

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social

Marcos Antônio Silva

**RELIGIÃO E ESCOLA: AS CONDIÇÕES DE ESCOLARIZAÇÃO DE
ESTUDANTES EVANGÉLICOS EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE ENSINO MÉDIO**

Belo Horizonte

2023

Marcos Antônio Silva

**RELIGIÃO E ESCOLA: AS CONDIÇÕES DE ESCOLARIZAÇÃO DE
ESTUDANTES EVANGÉLICOS EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE ENSINO MÉDIO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social (PPGE), da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (FaE/UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Educação.

Linha de Pesquisa: Sociologia da Educação – escolarização e desigualdades sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Alice Nogueira

Coorientador: Prof. Dr. Glauber Loures de Assis

Belo Horizonte

2023

S586r T	<p>Silva, Marcos Antônio, 1983- Religião e escola: as condições de escolarização de estudantes evangélicos em uma escola pública de ensino médio [manuscrito] / Marcos Antônio Silva. -- Belo Horizonte, 2023. 190 f. : enc, il., color.</p> <p>Tese -- (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação. Orientadora: Maria Alice de Lima Gomes Nogueira. Coorientador: Glauber Loures de Assis. Bibliografia: f. 156-164. Apêndices: f. 165-190.</p> <p>1. Educação -- Teses. 2. Educação -- Aspectos religiosos -- Teses. 3. Religião nas escolas públicas -- Teses. 4. Igreja e educação -- Teses. 5. Pentecostalismo -- Aspectos educacionais -- Teses. 6. Protestantismo -- Aspectos educacionais -- Teses. 7. Liberdade acadêmica -- Teses. 8. Ambiente escolar -- Teses. 9. Sociologia educacional -- Teses. 10. Ribeirão das Neves (MG) -- Educação -- Teses.</p> <p>I. Título. II. Nogueira, Maria Alice de Lima Gomes, 1949-. III. Assis, Glauber Loures de, 1987-. IV. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.</p>
	CDD- 377

Catálogo da fonte: Biblioteca da FaE/UFMG (Setor de referência)
Bibliotecário: Ivanir Fernandes Leandro CRB: MG-002576/O



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO: CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL

ATA DA DEFESA DE TESE DO ALUNO

MARCOS ANTONIO SILVA

Realizou-se, no dia 19 de maio de 2023, às 14:00 horas, na sala 402 da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Minas Gerais, a 927ª defesa de tese, intitulada *RELIGIÃO E ESCOLA: AS CONDIÇÕES DE ESCOLARIZAÇÃO DE ESTUDANTES EVANGÉLICOS EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE ENSINO MÉDIO*, apresentada por MARCOS ANTONIO SILVA, número de registro 2019650244, graduado no curso de CIÊNCIAS SOCIAIS, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em EDUCAÇÃO - CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL, à seguinte Comissão Examinadora: Prof(a). Maria Alice de Lima Gomes Nogueira - Orientador (UFMG), Prof(a). Paulo Agostinho Nogueira Baptista (PUC MINAS), Prof(a). Heli Sabino de Oliveira (UFMG), Prof(a). Giseli do Prado Siqueira (PUC MINAS), Prof(a). Tania de Freitas Resende (UFMG).

A comissão considerou a tese: aprovada, destacando a riqueza do material empírico que traz contribuições teóricas e metodológicas originais. Indica a publicação.

Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos membros da Comissão.

Belo Horizonte, 19 de maio de 2023.

Prof(a). Maria Alice de Lima Gomes Nogueira (Doutora)

Prof(a). Paulo Agostinho Nogueira Baptista (Doutor)

Prof(a). Heli Sabino de Oliveira (Doutor)

Prof(a). Giseli do Prado Siqueira (Doutora)

Prof(a). Tania de Freitas Resende (Doutora)



Documento assinado eletronicamente por Maria Alice de Lima Gomes Nogueira, Servidor(a), em 22/05/2023, às 17:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por Tania de Freitas Resende, Chefe de departamento, em 25/05/2023, às 10:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por Luiz Paulo Ribeiro, Coordenador(a) de curso de pós-graduação, em 02/06/2023, às 14:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 2293221 e o código CRC 1382F2E0.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, especialmente à minha mãe, que, devido à sua fé inabalável no papel transformador da educação, me trouxe até aqui.

À minha amada esposa, Nívia, pela parceria e compreensão durante este árduo processo.

Ao pequeno Cauã, meu gaviãozinho, que fez esta tese ser escrita literalmente durante as suas sonecas.

Às minhas amigas Nayara e Cirlene, pelo apoio nas leituras e nos ombros cedidos para chorar minhas incertezas.

Às professoras Licínia e Maria Amália, por fazerem acreditar que eu poderia ir além.

Ao Claudio, à Tereza e aos demais professores e professoras da Pós-graduação da Faculdade de Educação, pela entrega e generosidade.

Ao professor Heli Sabino, por compartilhar a sua expertise com relação ao tema analisado nesta tese.

Ao Willian, pelas palavras de incentivo.

Aos meus colegas de Linha de Pesquisa: Thainara, Tatiana, Túlio, Isis, Patrícia, Lorena e Aleksandra.

Aos professores e estudantes da escola Fernando Sabino, por me acolherem tão bem e confiarem as suas histórias, seus pontos de vista e suas inquietações.

Ao meu coorientador, Glauber, pela ajuda cirúrgica nas discussões do tema.

E, especialmente, à minha orientadora, Maria Alice Nogueira, pela generosidade, pelo profissionalismo, pela empatia, pela presença e pelo cuidado comigo durante toda a construção desta tese.

RESUMO

Esta tese tem por objetivo conhecer e analisar as condições de escolarização de estudantes evangélicos em uma escola estadual de ensino médio localizada na periferia da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) e marcada pela presença crescente de jovens alunos de crença pentecostal. Foram focalizadas dimensões fundamentais do processo de ensino-aprendizagem, tais como as relações interpessoais entre educadores e educandos, o currículo, as práticas pedagógicas e a sociabilidade entre os pares. A opção metodológica foi por um estudo de caso que abrangeu a observação direta do cotidiano escolar, a aplicação de questionários a docentes e alunos e a realização de entrevistas com um pequeno grupo de estudantes. Os resultados da pesquisa evidenciaram a forte presença de igrejas evangélicas pentecostais no território da escola e seu papel, na comunidade, em áreas como lazer, esporte, cultura e assistência social. Destacaram-se os conflitos entre o pertencimento/prática religiosa dos jovens e a escola pública que se declara laica. Estes conflitos impactam na transmissão dos saberes escolares em sala de aula, na constituição da identidade e da sociabilidade juvenis e nas interações com os pares e os profissionais do ensino.

Palavras-chave: Religião e escola; estudantes evangélicos e escolaridade; condições de escolarização de alunos evangélicos.

ABSTRACT

This thesis aims to know and analyze the schooling conditions of evangelical students in a state high school on the outskirts of Belo Horizonte Metropolitan Region (RMBH), with an increasing number of young pentecostal students. We focused on key dimensions of the teaching-learning process, such as the interpersonal relationships between educators and students, the curriculum, the pedagogical practices, and peer socialization. We opted for a case study encompassing the direct observation of school routine, questionnaires with students and teachers, and interviews with a small group of students. Our findings point out a strong presence of Pentecostal evangelical churches in the school territory and their role in the community in areas like leisure, sport, culture, and social assistance. We highlight the conflicts between students' religious practice/belonging and the public school, which states to be laic. These conflicts impact the transmission of school knowledge in the classroom, the establishment of youth identity and sociability, and the interaction with peers and educational personnel.

Keywords: Religion and school; evangelical students and schooling; schooling conditions of evangelical students.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
FPE	Frente Parlamentar Evangélica
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IIGD	Igreja Internacional da Graça de Deus
IQVU-BH	Índice de Qualidade de Vida Urbana de Belo Horizonte
IURD	Igreja Universal do Reino de Deus
km	quilômetro
km ²	quilômetro quadrado
LGBTQIA+	lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, transgêneros, <i>queer</i> , intersexuais, assexuais e mais
m ²	metro quadrado
RMBH	Região Metropolitana de Belo Horizonte
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
TGA	Teste Global de Aprendizagem

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 - Município de Ribeirão das Neves, na RMBH.....	17
Mapa 2 - Distrital de Ribeirão das Neves (MG) – 2012.....	30
Gráfico 1 - População da cidade de Ribeirão das Neves: década de 1950 a 2020.....	22
Gráfico 2 - Percepção da resistência a conteúdos curriculares entre os estudantes e famílias.....	111
Gráfico 3 - Professores que deixaram de utilizar materiais didáticos com potencial de gerar conflito.....	113
Gráfico 4 - Percepção sobre a relação entre comportamento dos estudantes e a prática de uma religião.....	115

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Análise comparativa das condições socioeconômicas entre os municípios de Belo Horizonte e Ribeirão das Neves.....	19
Tabela 2 - População segundo o pertencimento religioso.....	25
Tabela 3 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB/2019).....	32
Tabela 4 - Sexo/gênero dos professores.....	98
Tabela 5 - Raça/cor dos professores da escola investigada.....	99
Tabela 6 - Idade dos professores.....	99
Tabela 7 - Remuneração dos professores da escola – faixa salarial.....	100
Tabela 8 - Local de moradia.....	102
Tabela 9 - Grau de escolaridade.....	103
Tabela 10 - Religião dos professores.....	104
Tabela 11 - Frequência dos docentes em atividades religiosas.....	105
Tabela 12 - Visão dos docentes sobre a relação entre os conhecimentos escolares e os ensinamentos das igrejas.....	109
Tabela 13 - Sexo dos estudantes.....	125
Tabela 14 - Raça/cor dos estudantes (autodeclaração).....	126
Tabela 15 - Idade dos estudantes.....	126
Tabela 16 - Arranjo familiar.....	126
Tabela 17 - Arranjo familiar x pertencimento religioso.....	127
Tabela 18 - Renda familiar.....	127
Tabela 19 - Escolaridade da mãe.....	128
Tabela 20 - Escolaridade do pai.....	128
Tabela 21 - Pertencimento religioso dos estudantes.....	129
Tabela 22 - Raça/cor do estudante x pertencimento religioso.....	131
Tabela 23 - Frequência dos estudantes a templos religiosos.....	132
Tabela 24 - Realiza atividade na igreja ou no espaço de culto.....	132
Tabela 25 - Presença de temas relacionados à religiosidade nas disciplinas que compõem o currículo.....	135
Tabela 26 - Relação entre disciplinas do currículo e religiosidade.....	136
Tabela 27 - Desempenho dos Estudantes no TGA.....	144
Tabela 28 - Taxa de reprovação entre os estudantes x religião.....	145

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 – A CONSTRUÇÃO DO OBJETO, O TERRITÓRIO DA PESQUISA E O PERCURSO INVESTIGATIVO	16
1.1 O objeto de estudo	16
1.2 O território da pesquisa	17
1.2.1 <i>O perfil religioso da população de Ribeirão das Neves e do entorno da escola investigada</i>	24
1.3 O percurso investigativo	29
1.3.1 <i>A seleção do estabelecimento de ensino</i>	30
1.3.2 <i>Os sujeitos da pesquisa</i>	32
1.3.3 <i>O acesso ao campo de pesquisa</i>	33
1.3.4 <i>A observação direta</i>	34
1.3.5 <i>A aplicação do questionário</i>	36
1.3.6 <i>A realização das entrevistas</i>	38
1.3.7 <i>Os imponderáveis da pesquisa: o impacto da pandemia de Covid-19</i>	38
CAPÍTULO 2 – SOCIOLOGIA DA RELIGIÃO: DOS AUTORES CLÁSSICOS AOS CONTEMPORÂNEOS	41
2.1 Durkheim e a religião na constituição da sociedade moderna	41
2.2 Marx e a crítica da religião	42
2.3 Max Weber: a religião e as origens do capitalismo	44
2.4 Teoria da secularização: o conceito e seus limites	46
2.4.1 <i>As religiões contemporâneas e o reencantamento do mundo: as críticas à teoria da secularização</i>	48
2.4.2 <i>Secularização como lente para leitura do fenômeno religioso no século XXI</i> ..	50
2.4.3 <i>Teoria da escolha racional no campo da religião</i>	51
2.4.4 <i>Matizando a teoria da secularização</i>	52
2.5 Sociologia da religião no Brasil	55

CAPÍTULO 3 – O PANORAMA RELIGIOSO BRASILEIRO E O CRESCIMENTO DOS EVANGÉLICOS.....	59
3.1 As mudanças no perfil religioso da população brasileira.....	60
3.2 Evangélico ou evangélicos: o crescimento do número de evangélicos no Brasil e sua diversidade.....	63
3.3 Histórico e desenvolvimento dos evangélicos no Brasil.....	65
<i>3.3.1 O pentecostalismo no Brasil: origens e expansão.....</i>	<i>67</i>
<i>3.3.2 Crítica e limites da teoria das três ondas do pentecostalismo brasileiro.....</i>	<i>74</i>
3.4 Juventudes evangélicas no Brasil.....	77
<i>3.4.1 Identidades juvenis e o espaço religioso evangélico.....</i>	<i>78</i>
CAPÍTULO 4 – EDUCAÇÃO, RELIGIÃO E JUVENTUDES.....	83
4.1 Relação entre a religião e o sistema de ensino no Brasil.....	83
<i>4.1.1 O atual ativismo político de lideranças evangélicas.....</i>	<i>85</i>
<i>4.1.2 Religião e as práticas docentes no Brasil.....</i>	<i>89</i>
4.2 Os evangélicos e a escola no Brasil.....	92
CAPÍTULO 5 – RELAÇÃO ENTRE RELIGIÃO E ESCOLA – PERSPECTIVA DOS PROFESSORES.....	98
5.1 Perfil sociodemográfico, socioeconômico e acadêmico dos professores..	98
5.2 Pertencimento e práticas religiosas dos professores.....	103
5.3 Currículo e religiosidade.....	108
5.4 Disciplina, desempenho escolar e religiosidade.....	115
5.5 Religiosidade e sociabilidade entre os estudantes.....	118
5.6 Presença de atores e lideranças religiosas no espaço escolar.....	119
CAPÍTULO 6 – RELAÇÃO ENTRE RELIGIÃO E ESCOLA – PERSPECTIVA DOS ESTUDANTES.....	125
6.1 Perfil demográfico, socioeconômico e sociocultural dos estudantes.....	125
6.2 Pertencimento e práticas religiosas dos estudantes.....	129
6.3 Currículo e religiosidade.....	135
6.4 Disciplina, desempenho escolar e religiosidade.....	140

6.5 Religiosidade e sociabilidade entre os estudantes.....	145
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	152
REFERÊNCIAS.....	156
APÊNDICES.....	165

INTRODUÇÃO

Por dez anos, ministrei aulas de sociologia no ensino médio da Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais. No decurso dessa experiência, foi possível constatar, no discurso dos educadores (professores, gestores escolares e representantes da Secretaria de Educação), a afirmação da laicidade da escola pública, mas também uma negligência em promover o debate sobre os efeitos, na vida escolar, do fato objetivo do pertencimento religioso dos membros da comunidade escolar (educadores, estudantes e suas famílias).

Possivelmente, no intuito de evitar conflitos, esses profissionais, escudados na laicidade legal do contexto escolar, desconhecem o próprio pertencimento religioso dos jovens e suas consequências para os processos escolares, na linha do ditado popular de que “política, religião e futebol não se discutem”.

Entretanto, minha presença no espaço escolar me fazia constatar que a religiosidade dos alunos, especialmente os de orientação evangélica pentecostal, estava presente nas discussões cotidianas na sala dos professores, em conselhos de classe e reuniões pedagógicas e durante as próprias aulas, sendo objeto constante de embates entre estudantes e professores, bem como entre a escola e a comunidade do entorno. Constatava, também, que os profissionais responsáveis por prevenir, mediar e solucionar os conflitos (coordenadores pedagógicos, diretores e inspetores) estavam muito pouco equipados para fazê-lo.

A propósito da questão da presença do fenômeno religioso no espaço da escola pública, laica e republicana, Willaime (2011) – com base no atual contexto educacional francês¹ – sinaliza para a necessidade de movimentos em favor do diálogo entre a instituição escolar e a pluralidade de credos religiosos que estão contidos em seu interior, mas que são ignorados pelo discurso da laicidade. Este autor aponta para a necessidade de governos, universidades, gestores e educadores realizarem investimentos voltados para uma melhor compreensão dos “fatos religiosos” no ambiente escolar, no intuito de superar a ideia de “uma laicidade de incompetência”, que considera que temas ligados à religião não devem ser abordados pela escola. Ele

¹ A esse respeito, cabe lembrar que mudanças no perfil religioso da sociedade francesa foram promovidas, nas últimas décadas, pela chegada de imigrantes oriundos das antigas colônias francesas, que, em sua maioria, professam a religião muçulmana. Essa questão ganhou maior folego após o 11 de setembro de 2001, com o lançamento de um documento intitulado **Relatório Debray**.

defende um posicionamento reflexivo sobre a relação religião e escola, propondo, em contrapartida, “uma laicidade de inteligência”, alertando para o dever da comunidade escolar de compreender e dialogar com o contexto sociocultural e religioso no qual está inserida.

Trazendo esse mesmo argumento para a realidade brasileira, Andrade e Teixeira (2014) ponderam que, no espaço escolar, a questão religiosa não pode ser silenciada sob o argumento da laicidade, por dizer respeito igualmente à identidade dos jovens educandos. Quando adentra no espaço escolar, um aluno (ou mesmo um professor) não renuncia – e nem seria conveniente que o fizesse – a suas crenças ou descrenças religiosas. É que o sujeito chega à escola, por inteiro, com sua cor, gênero, orientação sexual, geração, cultura, origem geográfica e convicções políticas, pedagógicas e religiosas.

No entanto, é notável a lacuna existente, no campo da sociologia da educação, no tratamento dessas questões. Segundo Setton e Valente (2016), a reflexão acerca das relações entre religião e educação formal, ainda que significativa para o campo sociológico, parece ser um capítulo pouco atraente para seus pesquisadores. Não obstante, as autoras advertem tratar-se de um assunto que revela aspectos expressivos e fundamentais do comportamento individual e grupal, assumindo diferentes facetas a partir de sua interlocução com variáveis sociológicas como a origem social, o gênero e a etnia/raça, bem como a geração e o local de moradia.

Em vez disso, os estudos brasileiros que abordam a relação entre religião e escola, em geral, têm por foco o papel do ensino religioso no currículo das escolas públicas. Para Setton e Valente (2016), ainda que essa questão seja importante, a discussão não costuma levar em consideração a perspectiva processual e cultural do fenômeno religioso brasileiro, por vezes ignorando o fato de que – independentemente da presença ou não dessa disciplina nas grades curriculares – elementos religiosos apresentam-se de forma patente nas maneiras de ser, agir e pensar dos sujeitos que frequentam a escola pública.

Oliveira (2000) e Minarelli (2020) assumem postura parecida ao se perguntarem sobre as razões que fazem com que os estudos realizados na área de educação quase não se debrucem sobre as crenças religiosas de alunos e professores, num cenário em que se avolumam pesquisas acerca da diversidade cultural no seio da sociedade. Os autores salientam também que, no caso específico

dos evangélicos pentecostais, essa questão se mostra ainda mais premente, pois, a despeito do seu incontestável crescimento (em número de fiéis) nas periferias brasileiras e do ativismo de suas lideranças na área da educação, poucos estudos, nos últimos anos, propuseram-se a discutir os impactos desse importante fenômeno social nos meios educacionais.

Todo esse cenário aponta para a necessidade de se realizar pesquisas sobre o papel do pertencimento religioso dos alunos em contexto de profundas mudanças no perfil religioso da população brasileira, buscando compreender os desafios e as potencialidades que esse novo cenário coloca para as instituições públicas de ensino, que, em seus documentos oficiais, se propõem a respeitar a diversidade étnico-racial, religiosa e de gênero e a orientação sexual, constitutivas da identidade de estudantes, professores, gestores e demais membros que compõem a comunidade escolar. É o que se propõe a fazer – dentro dos seus limites – esta tese ao analisar as condições de escolarização de estudantes evangélicos em uma escola estadual de ensino médio localizada na periferia da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) e marcada pela presença crescente de jovens alunos de crença pentecostal.

O trabalho está estruturado em seis capítulos, além desta introdução e das considerações finais. O primeiro capítulo discorre sobre o processo de construção do objeto da pesquisa e apresenta o território onde ela foi realizada e o percurso metodológico trilhado. O capítulo 2 reconstitui os principais marcos teóricos no campo da sociologia da religião a partir de um percurso que vai dos autores clássicos às discussões contemporâneas, tendo como foco a teoria da secularização e seus limites para a compreensão do fenômeno religioso na contemporaneidade. O terceiro capítulo aborda a evolução do panorama religioso brasileiro, com foco no expressivo aumento da população evangélica. O capítulo 4 analisa a relação entre a religião e o sistema de ensino brasileiro, buscando compreender como as mudanças mais recentes no perfil religioso da população influenciam as políticas educacionais e a relação família/escola. O quinto capítulo examina as condições de escolarização observadas na escola investigada, a partir da perspectiva dos professores. O capítulo 6 aborda, igualmente, as condições de escolarização verificadas na escola investigada, mas a partir da perspectiva dos alunos. Por fim, as considerações finais buscam evidenciar os achados da investigação no que diz respeito à relação existente entre escola, igrejas evangélicas pentecostais, juventudes e religião.

CAPÍTULO 1 – A CONSTRUÇÃO DO OBJETO, O TERRITÓRIO DA PESQUISA E O PERCURSO INVESTIGATIVO

1.1 O objeto de estudo

Até algumas décadas atrás, tanto a sociedade brasileira, de um modo geral, quanto sua escola pública, em particular, traziam a marca da hegemonia do catolicismo entre seus membros. Entretanto, o momento atual assiste não somente ao aumento da pluralidade religiosa, como também ao crescimento das religiões cristãs pentecostais, tanto entre a população brasileira, em geral, quanto entre sua juventude, em especial², principalmente nas periferias dos grandes centros urbanos.

Na sua dissertação de mestrado (SILVA, 2016), o pesquisador pôde verificar a importância da dimensão religiosa para a constituição identitária e da sociabilidade dos jovens moradores de regiões periféricas, pouco assistidas por serviços públicos em áreas como lazer, cultura, esporte, emprego e renda e educação, o que permite supor que tais fenômenos tenham forte repercussão, tanto sobre o cotidiano das escolas como, também, sobre os processos de escolarização dos novos sujeitos adeptos dessas religiões. Esta pressuposição ganha fundamento quando se atenta para o fato de que a mídia, setores acadêmicos e a sociedade de maneira geral – com maior ou menor embasamento – descrevem, frequentemente, esse grupo como portador de posturas conservadoras e, muitas vezes, avessas ao conhecimento científico e em favor do texto bíblico e dos dogmas sagrados.

Em particular, é de se indagar se esses fenômenos afetam (e de que maneira) dimensões fundamentais do processo de ensino-aprendizagem, tais como as relações interpessoais entre educadores e educandos, a transmissão de conhecimentos e as práticas pedagógicas e a sociabilidade entre os pares, entre os mais importantes.

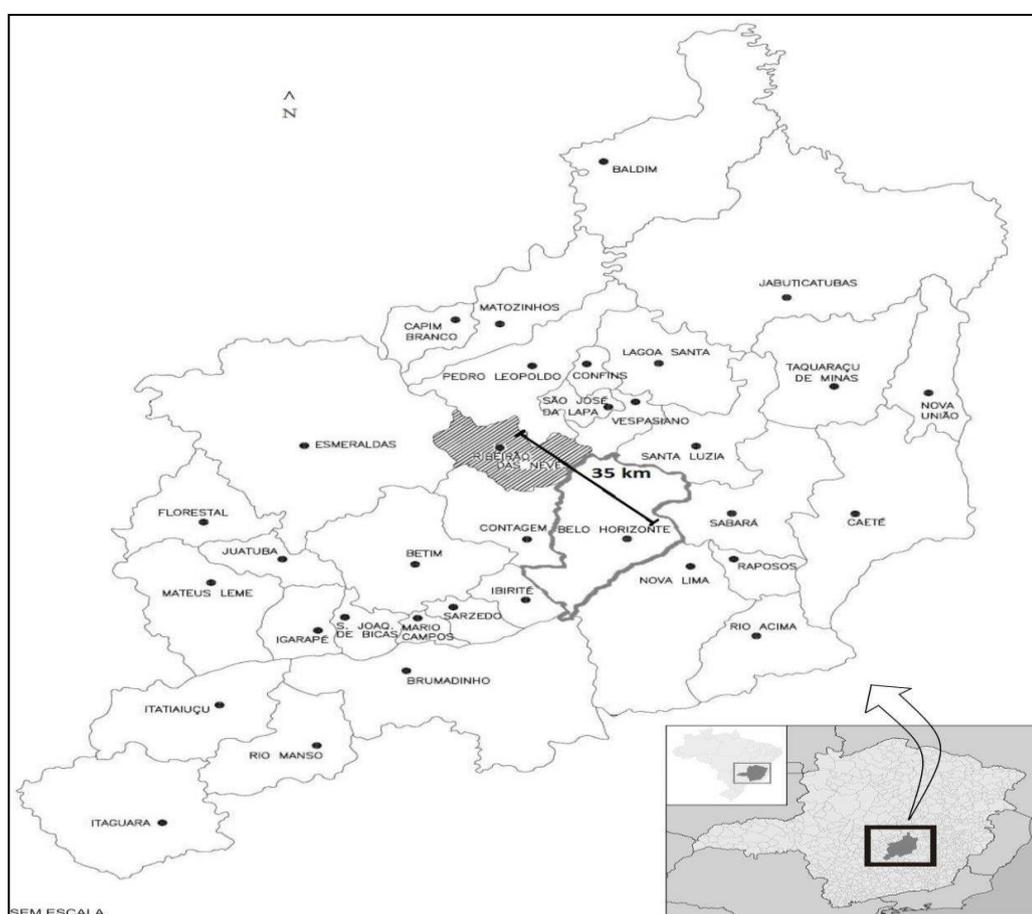
Assim, a presente pesquisa se propõe a investigar as condições de escolarização de estudantes evangélicos em uma escola estadual de ensino médio localizada na periferia da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) e marcada pela presença crescente de jovens alunos de crença pentecostal.

² O fenômeno da mudança no quadro religioso da sociedade brasileira será tratado, em detalhes, nos próximos capítulos desta tese.

1.2 O território da pesquisa

Ribeirão das Neves – município onde está instalada a Escola Fernando Sabino³ – destaca-se, no contexto da RMBH, em razão do elevado crescimento populacional, dos indicadores socioeconômicos desfavoráveis e da forte presença de evangélicos pentecostais. Localizado a aproximadamente 35 km da capital mineira, possui uma área de 154.018 km² (mais da metade da extensão do território de Belo Horizonte) e densidade demográfica de 1.905,07 habitante/km², conforme o Mapa 1.

Mapa 1 - Município de Ribeirão das Neves, na RMBH



Fonte: Ribeirão das Neves (2006).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a cidade já apresentava, em 2021, a sétima maior população do Estado de Minas Gerais, atingindo a marca de 341.415 habitantes, descrita pelo censo demográfico de 2010

³ O nome atribuído à escola, bem como aos sujeitos investigados, é fictício, por razões éticas e de preservação das instituições e dos indivíduos que voluntariamente participaram deste estudo.

como predominantemente composta por pardos ou pretos (72,5%), crianças e jovens (54,4%) ou adultos (38,2%), com baixo índice de escolaridade (média de 7 anos), e por pessoas pobres, com renda média dos trabalhadores formais, em 2019, de 1,9 salários, e com 34,5% da população vivendo com até meio salário mínimo.

A economia do município se revela pouco desenvolvida e voltada para a produção de hortifrutigranjeiros, pecuária ligada à bovinocultura mista (corte e leite) e destinada ao consumo local, exploração de recursos naturais (areia, argila e brita), fábricas de tijolos pré-moldados para construção civil, artigos de vestuário, têxteis, etiquetas, tubos de PVC, materiais elétricos e comércio local. Em 2020, segundo o IBGE, dada a reduzida geração de empregos, apenas 9,2% de sua população exerciam atividade remunerada com carteira assinada dentro do município, com a maior parte da população ativa trabalhando na cidade de Belo Horizonte. Trata-se, portanto, de um caso exemplar do que a literatura classifica como cidade-dormitório (VILLAÇA, 1998; SANTOS, 2005; CORREA, 2006). Além do emprego, a ausência de oportunidades de educação escolar, cultura e lazer leva a população do município a realizar longos deslocamentos diários que, por vezes, podem resultar em viagens de até quatro horas, entre ida e volta e entre a residência e o local de trabalho e/ou estudo, o que impacta diretamente na qualidade de vida e no sentimento de pertencimento de seus moradores.

Desde a fundação do município, em 1953, sua população enfrenta altos índices de vulnerabilidade e segregação socioespacial, resultantes, entre outros, da relação de troca desigual com Belo Horizonte, configurando um abismo social entre essas duas localidades, como fica evidenciado na Tabela 1.

Tabela

1 - Análise comparativa das condições socioeconômicas entre os municípios de Belo Horizonte e Ribeirão das Neves

	Belo Horizonte	Ribeirão das Neves
IDHM	0,810 [2010]	0,684 [2010]
PIB <i>per capita</i> [2018]	R\$ 36.759,66	R\$ 12.392,14
Índice de Gini	0,60	0,39
Salário médio mensal dos trabalhadores formais [2019]	3,4 salários mínimos	1,9 salários mínimos
População ocupada [2019] ⁴	58,70%	9,20%
População com rendimento nominal mensal <i>per capita</i> de até 1/2 salário mínimo [2010]	27,80%	34,50%
Receitas oriundas de fontes externas [2015]	48%	74,80%
Esgotamento sanitário adequado [2010]	96,20%	74,30%
Urbanização de vias públicas [2010]	44,20%	8,50%

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados do IBGE (2021).

Entre os fatores apresentados na Tabela 1, destaca-se o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM): entre os 5.565 municípios brasileiros, Belo Horizonte ocupava a 20ª posição, evidenciando a oferta de uma qualidade de vida muito boa a sua população, apesar das grandes desigualdades existentes no seu território, sendo esse índice alavancado pela renda *per capita* de sua população que, em 2018, atingia a média de R\$ 36.759,66 por habitante/ano. Já o município de Ribeirão das Neves ocupava 2.332ª posição, oferecendo a seus moradores uma qualidade de vida classificada como média, diretamente influenciada pela baixa renda *per capita* (R\$ 12.392,14 habitante/ano) e pela baixa escolaridade de sua população.

A população do município apresenta um perfil socioeconômico homogêneo, como evidenciado pelo seu índice de Gini (0,39), que aponta para um baixo grau de desigualdade, com a população se concentrando na faixa de baixa renda, sendo que, de acordo com o censo do IBGE (2010), pouco mais de 0,1% da população tinha renda maior que dez salários mínimos. Outro dado apresentado na Tabela 1 que evidencia o abismo existente entre esses dois municípios diz respeito a questões estruturais ligadas à urbanização de vias públicas. Em 2010, Belo Horizonte apresentava uma taxa de 48% de suas vias urbanizadas, enquanto essa proporção

⁴ Referente as pessoas que exercem atividade remunerada dentro do município, no caso de Ribeirão das Neves este dado confirma a classificação de cidade-dormitório, pois sinaliza que a maior parte de sua população economicamente ativa exerce atividade remunerada fora dessa localidade.

em Ribeirão das Neves era de apenas 8,5%.

Esses dados ratificam a análise de Campos (2010), que descreve a relação entre Ribeirão das Neves e a capital mineira a partir da lógica centro-periferia, que reserva às classes dirigentes e às elites locais as áreas centrais providas dos melhores equipamentos em termos de infraestrutura urbana e qualidade de vida, restando aos grupos mais pobres e marginalizados as antigas e novas periferias metropolitanas. Longe de ter surgido de maneira espontânea, esse abismo socioeconômico entre os dois municípios explica-se pelo fato de Ribeirão das Neves, desde sua fundação e por meio de dispositivos legais e administrativos, receber a população considerada como indesejável pela sociedade e pelo poder público belo-horizontino. Assim, dentre as características que singularizam esse município com relação aos demais da RMBH, destacam-se a forte presença, em seu território, de unidades prisionais – abrigando grande parte da população carcerária da capital mineira e dos municípios vizinhos – e um intenso processo de crescimento populacional iniciado na segunda metade do século XX.

A presença de unidades prisionais em Ribeirão das Neves foi iniciada já em 1938 – quando ainda era um distrito do município de Contagem –, com a fundação da Penitenciária Agrícola de Neves (PAN), que abrigava detentos oriundos de diferentes regiões do Estado de Minas Gerais. A partir da instalação dessa primeira unidade prisional, a população presenciou, ao longo da segunda metade do século XX, a implantação de outras instituições da mesma natureza em seu território. De tal modo que, em 2021, o município contava com seis unidades prisionais, abrigando cerca de 15% da população carcerária do Estado de Minas Gerais, algo bastante desproporcional, tendo em vista que esse território abrigava, nesse mesmo ano, apenas 1,6% da população mineira.

Entre as consequências trazidas pelo estigma de “cidade carcerária”, Campos (2010) aponta a sobrecarga nos serviços públicos oferecidos pelo município. É que a instalação dessas unidades carcerárias não foi acompanhada de uma ampliação da infraestrutura de serviços básicos (saúde e assistência social), resultando no agravamento do já deficiente atendimento ao público geral, uma vez que os detentos dividem com a população o acesso a esses serviços. Sem falar no fato de que – por razões de segurança – eles gozam de acesso prioritário face aos demais usuários. Outra consequência dessa política do governo mineiro foi o afastamento das classes

médias desse território. É que o receio de rebeliões e/ou fugas de presos não era compensado por vantagens como a proximidade da capital, a existência de amplas áreas verdes e o baixo custo das terras. Esse afastamento induziu à desvalorização dos imóveis da região e à homogeneização do perfil socioeconômico de seus moradores.

Já o acelerado processo de expansão populacional sofrido, a partir dos anos 1960, por Ribeirão das Neves, deve ser concebido no quadro da dinâmica de surgimento e expansão de Belo Horizonte. Souza (2008) dá conta de que, no momento de fundação, em 1897, o projeto original da nova capital mineira não contemplava espaços destinados à moradia das classes pobres, gerando, já nas primeiras décadas após a inauguração, um intenso processo de segregação socioespacial que expulsava para fora dos limites da cidade planejada as populações tidas como indesejáveis. Assim, ao contrário do que previa o projeto inicial – cujo crescimento organizado deveria seguir um fluxo de dentro para fora de seus limites –, a cidade de Belo Horizonte cresceu, desde as primeiras décadas de sua fundação, de maneira desordenada no sentido margem para o centro, deixando evidente, já na década de 1930, a existência de uma cidade oficial dotada de equipamentos administrativos, educacionais, culturais, comerciais e industriais que contrastavam com a existência de uma cidade real, que refletia as necessidades e carências de serviços urbanos para a maior parcela da população.

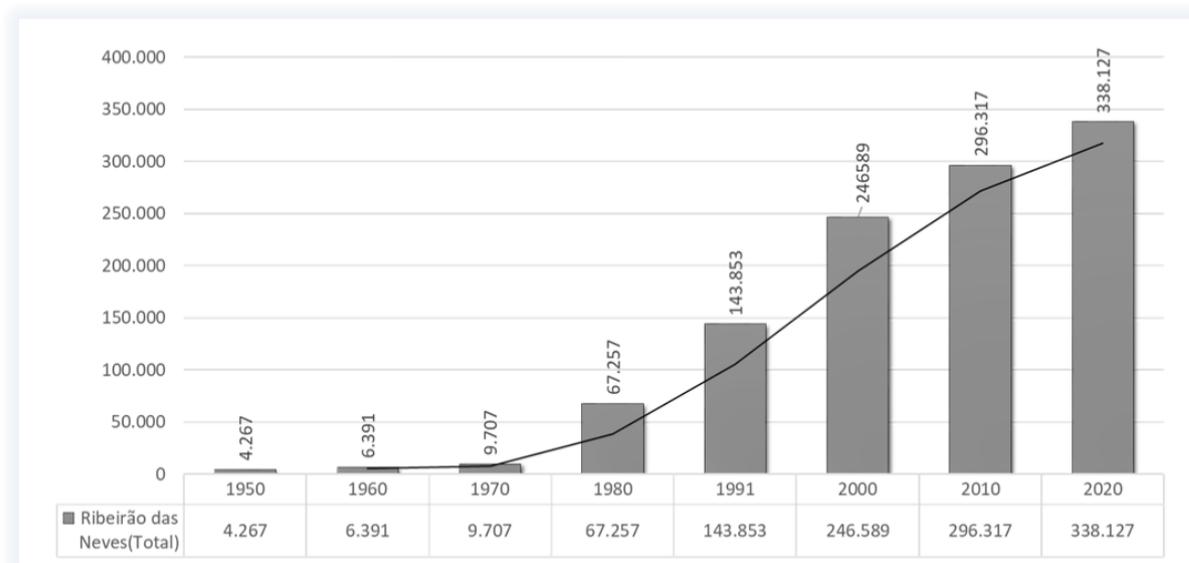
Na tentativa de controlar esse processo de expansão desordenada, a Prefeitura de Belo Horizonte buscou impor, já nesse período, medidas restritivas ao lançamento de novos loteamentos. No entanto, essas medidas surtiram o efeito contrário: ao invés de inibir a expansão desordenada, acabaram por acelerar a formação de novas periferias, cada vez mais distantes do centro, com estímulo ao surgimento de bairros, vilas e loteamentos clandestinos. É desnecessário dizer que a carência de infraestrutura não apenas permanecia generalizada, mas se tornava ainda mais aguda (SOUZA, 2008), resultando, nas décadas seguintes, em um processo de explosão demográfica nas cidades pobres de seu entorno.

Assim, o município de Ribeirão das Neves tornou-se espaço preferencial para loteamentos que se notabilizavam por sua precária infraestrutura (quase inexistência de saneamento básico, pavimentação de ruas, transporte público, iluminação etc.) e ausência de espaços comunitários e equipamentos públicos nas áreas de saúde,

educação, assistência social, lazer e cultura. Devido ao baixo investimento, esses loteamentos – destinados a um público de baixa renda atraído pela proximidade da capital – permitiam aos agentes imobiliários e proprietários de terras locais a obtenção de grandes lucros.

Esse processo de expansão irregular, sem o acompanhamento da ampliação da infraestrutura, da oferta de serviços públicos e do desenvolvimento econômico, pode ser evidenciado no Gráfico 1, que mostra o crescimento populacional do município nas últimas décadas.

Gráfico 1 - População da cidade de Ribeirão das Neves: década de 1950 a 2020



Fonte: IBGE (2021).

Estes dados mostram que, já na década de 1970, o município contava com uma população de 9.707 habitantes, representando um crescimento de 51,8% quando comparado à década anterior, ou seja, uma média de 5,2% ao ano, algo próximo da taxa apresentada por Belo Horizonte, que, nesse período, já era vista como grande centro receptor de migrantes. Mas, ao longo da década de 1970, observa-se um intenso processo de inchaço populacional, com o município de Ribeirão das Neves adentrando os anos 1980 com uma população de 67.257 habitantes, o que representou a astronômica taxa de crescimento de 592,8% de sua população em apenas uma década, ou seja, média de 59,3% ao ano, mais de dez vezes superior à apresentada pelo município ao longo da década anterior e, com isso, consolidando-se como espaço da RMBH destinado a abrigar as populações de baixa renda e baixa

escolaridade e com alta vulnerabilidade social e que não puderam se instalar na capital devido aos altos custos dos imóveis e à especulação imobiliária.

Esse intenso crescimento populacional prosseguiu, nas duas últimas décadas do século XX, em ritmo menor, mas ainda acelerado para os padrões de crescimento das cidades que compõem a RMBH, sendo que, no censo de 1991, o município atingiu a marca de 143.853 habitantes, crescimento de 113,8% com relação ao censo anterior, e adentrou o século XXI com uma população de 246.589 habitantes, crescimento de 72% em relação à aferição realizada na década anterior.

Porém, nas duas primeiras décadas do século XXI, foi observada uma redução das taxas de crescimento populacional, com o município apresentando taxa de crescimento de sua população (20,3%) em uma década significativamente inferior, quando comparada ao último quartil do século XX. Segundo Campos (2010), Souza (2008) e Salgado (2017), essa desaceleração se deve às pressões externas de órgãos governamentais e à mudança de postura da própria Prefeitura local, que, nesse período, adotou medidas que regulamentavam a fragmentação do solo no município, mediante a formulação de um Plano Diretor Municipal, buscando, assim, impor maiores exigências para a criação de novos loteamentos. Tais medidas tinham o intuito de diminuir a expansão irregular na cidade, uma vez que o poder público local lida, ainda hoje, com o passivo criado pela falta de regulamentação do uso e fragmentação do solo, assumindo demandas ligadas à criação de infraestrutura básica de loteamentos irregulares surgidos nas décadas anteriores, mas não ofertada pelos então responsáveis pelos empreendimentos.

Entretanto, a partir dos anos 2000, é perceptível a intensificação do processo de verticalização, com a construção de centenas de imóveis de quatro ou mais andares ou de casas geminadas. Esses empreendimentos, mesmo sendo construídos sob normas mais rígidas e contando com boa infraestrutura, trazem consigo a continuidade do processo de inchaço populacional do município, pois, via de regra, não são acompanhados por investimentos ligados à ampliação dos serviços públicos (escolas, postos de saúde e áreas de lazer e cultura), transporte coletivo, geração de emprego e infraestrutura de ruas, entre outras ações necessárias para que Ribeirão das Neves apresente um ritmo de crescimento sustentável. Entre os empreendimentos imobiliários construídos ao longo das duas primeiras décadas do século XXI, destaca-se o Condomínio Jardim Alterosa, instalado na região do bairro

Veneza e que contou com recursos do programa Minha Casa, Minha Vida, do Governo Federal. O empreendimento, inaugurado em 2013, trouxe para o município 1.640 famílias divididas em 82 blocos, cada qual com 20 apartamentos de 41 m². Instalado em local com infraestrutura e oferta deficitária de serviços, esse empreendimento, desde sua inauguração, vem sendo alvo de inúmeras reclamações por parte de antigos e recém-chegados moradores, os quais afirmam que o bairro não estava preparado para receber tamanho incremento populacional.

Esse exemplo – como apontam estudos acerca da dinâmica populacional do município (SOUZA 2008; SILVA; SALGADO 2020; SILVA; SALGADO, 2021) – comprova que Ribeirão das Neves convive, ainda hoje, com um processo intenso de inchaço populacional e com consequências geradas pela não ampliação da infraestrutura e da rede de serviços públicos na medida do necessário. Isso sinaliza para a continuidade de um processo de crescimento desordenado, com a cidade apresentando taxas de crescimento populacional muito acima da média dos municípios que compõem a RMBH.

1.2.1 O perfil religioso da população de Ribeirão das Neves e do entorno da escola investigada

Os dados demográficos, econômicos e territoriais acima expostos erigem Ribeirão das Neves como espaço amplamente favorável à expansão do pentecostalismo, ao reunir características indicadas pela literatura (SOUZA; ARENARI, 2012; NOVAES, 2018; SPYER, 2020) como ideais para a expansão desse grupo religioso, a saber: população predominantemente jovem, negra e com baixa escolaridade e alto grau de vulnerabilidade social e composta por migrantes vindos do interior do Estado ou por seus descendentes, que, ao chegarem aos grandes centros urbanos, não foram totalmente integrados à sociedade. A análise do perfil religioso da população do município confirma essas suposições fomentadas pela literatura, como pode ser observado na Tabela 2.

Tabela 2 - População segundo o pertencimento religioso

	Católica	Evangélicas	Espírita	Umbanda e candomblé	Sem religião	Outras
Brasil	64,63	22,16	2,02	0,31	8,04	2,84
Minas Gerais	70,43	20,19	2,14	0,09	5,03	2,12
Belo Horizonte (MG)	59,87	25,06	4,07	0,16	8,02	2,82
Ribeirão das Neves (MG)	49,05	35,38	0,92	0,07	10,79	3,79

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados do censo demográfico do IBGE (2010).

Como pode ser observado, Ribeirão das Neves possuía, em 2010, um percentual de evangélicos em sua população (35,4%) expressivamente superior aos percentuais nacional (22,2%), estadual (20,2%) e da capital Belo Horizonte (25,1%), contando com uma proporção de católicos (49,1%) abaixo desses demais entes da federação. Em 2010, o município apresentava, ainda, uma proporção ligeiramente mais elevada de evangélicos entre os pretos (37,5%) e pardos (35,5%) do que entre os brancos (34%), maior entre as mulheres (38,9%) do que entre os homens (31,8%) e superior entre os jovens de 5 a 24 anos (37,1%) em relação à dos adultos de 25 a 59 anos (34%) e idosos acima de 60 anos (32,9%).

O censo demográfico de 2010 evidencia ainda que, a exemplo do que ocorreu no cenário nacional, o grupo dos evangélicos do município era composto, predominantemente, por evangélicos de origem pentecostal (57,3%), seguido pelos evangélicos de missão (22,2%) e evangélicos não determinados (20,5%).

Especificamente no território onde se situa a Fernando Sabino – localizado na região não central do município e composto por três bairros onde reside a clientela desse estabelecimento de ensino –, tais dados se materializam em uma ostensiva presença de templos religiosos de denominações evangélicas pentecostais, em contraste com um cenário de completa ausência do Estado em áreas como assistência social, lazer, cultura e emprego, entre outras. A maciça presença de templos de denominações pentecostais é verificada, inclusive, em áreas mais degradadas, onde, por vezes, essas igrejas se apresentam como os únicos espaços de sociabilidade da comunidade.

Nesse território, há uma visível distinção entre a zona localizada em terreno pouco acidentado – e que dispõe de rede de saneamento básico, acesso a linhas de ônibus, ruas pavimentadas, serviços regulares de coleta de lixo e rede de comércio

estruturada – e a outra zona, situada em terreno acidentado e caracterizada por construções precárias (muitas sob sério risco de desabamento), ruas estreitas e não pavimentadas, ausência de transporte público e falta de saneamento básico, de coleta regular de resíduos e de serviços ligados à saúde e à educação.

Essa última característica é fonte de forte impacto na dinâmica da escola, já que, para acessar a instituição de ensino, os estudantes moradores das áreas mais precarizadas deslocam-se por grandes distâncias a pé, percorrendo um trajeto realizado em área com altos índices de criminalidade e presença ostensiva do tráfico de drogas, e por vias pouco iluminadas, o que é especialmente problemático para os estudantes do turno noturno.

No que diz respeito à reduzida presença do Estado no território investigado, que se estima abrigar mais de 12 mil pessoas, as únicas instituições públicas encontradas foram três escolas (duas estaduais e uma municipal) e dois postos de saúde (sendo um mais bem estruturado e outro instalado em uma pequena sala comercial). Não se encontrou nenhum órgão responsável pela assistência social e promoção de lazer, esporte e cultura.

Esse quadro de ausência do Estado, em que a escola investigada constitui um dos poucos órgãos públicos com efetividade, contrasta com a presença institucional de entidades religiosas no território. No trabalho de mapeamento⁵ (Apêndice F) realizado ao longo de setembro de 2021, encontram-se 51 templos religiosos, na sua maioria (90,2%) pertencentes ao ramo pentecostal. Este trabalho exigiu grande atenção de parte do pesquisador, pois boa parte dessas igrejas não apresenta a arquitetura tradicional que indica a instalação de um templo religioso, o que evidencia que o propósito de inaugurar obra de ação missionária pentecostal pode se valer de qualquer tipo de espaço.

Na busca por classificar essas igrejas, formulou-se uma categorização segundo o grau de estruturação de cada uma delas, em que as instalações que apresentavam arquitetura típica de templos religiosos tradicionais (pé-direito alto, acomodação para mais de 100 pessoas, altar elevado em relação ao solo, fachada destacada e distinta de outros pontos comerciais – Apêndice G) foram classificadas como “estruturadas”. Neste caso, incluem-se 11 templos, com a presença de três vinculados à igreja católica, um às Testemunhas de Jeová (não-trinitária), um à Igreja Batista tradicional

⁵ Para realização do mapeamento foram percorridas todas as ruas do território investigado.

(missões), um à Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), um à Igreja Rosa de Saron, um à Igreja Presbiteriana, um à Igreja Adventista do Sétimo Dia e dois pertencentes à Congregação Cristã do Brasil. Estes últimos contavam com uma imponente arquitetura, com um deles estrategicamente construído em um dos pontos mais altos do território, e uma iluminação especial para ser visto de várias partes da localidade.

Os demais templos, em um total de 40, foram classificados como “não estruturados”, por estarem instalados em espaços construídos para fins comerciais que antes abrigavam bares, galpões, salões de festa etc. (Apêndice H); poucos deles têm capacidade para receber mais de 100 pessoas.

Mas, independentemente de questões estruturais, a maioria desses templos contava com uma caprichosa decoração que exibia altar com um púlpito, equipamento multimídia para projetar a letra dos hinos na parede e estrutura mínima de equipamento de som visando à realização de apresentações artístico-religiosas, como peças teatrais, danças ou musicais. Apresentações musicais foram observadas em todos os templos, variando desde a simples apresentação solitária de voz e violão até a execução de números com alto grau de sofisticação, chegando a contar com uma orquestra composta por dezenas de músicos, como, por exemplo, na igreja Congregação Cristã do Brasil. Em alguns casos, dada a enorme proximidade – com alguns templos literalmente instalados de frente para outros –, fez-se necessário um tratamento acústico, com a instalação de portas blindex para que a altura do som do templo vizinho não interferisse na realização do culto.

Ao percorrer o território durante um domingo no início da noite, foi possível perceber como essas igrejas contribuíam para que a comunidade assumisse uma dinâmica específica. Nesse horário, as ruas que, durante a semana, se apresentavam silenciosas e vazias, ganhavam vida e movimento, com intenso fluxo de pessoas, entre elas muitos jovens, circulando com suas Bíblias à mostra e dirigindo-se a algum dos templos pentecostais. Também foram observadas longas filas de carros estacionados em frente a essas instituições, permitindo confirmar que, mesmo sem ostentar a arquitetura característica, ali funcionava um templo religioso. É lícito, portanto, supor que, nesse território, cada templo, para além de um local religioso, funciona como um espaço de sociabilidade que busca integrar membros (ou não membros), mas, também, como uma espécie de centro cultural, onde os jovens, além de ouvir a pregação dos pastores, podem assistir ou mesmo desenvolver intervenções

artístico-culturais classificadas por esses grupos religiosos como ministérios. Eles se mostram como alternativas de recreação e fruição artístico-cultural para a população local, diante da total ausência de instituições de caráter público ou laico com essa finalidade.

Por outro lado, a variedade de templos pentecostais encontrados na localidade parece ser uma evidência da diversidade do pentecostalismo no Brasil. Com efeito, encontram-se denominações que se distinguem em relação à doutrina, à visão teológica e às estratégias de expansão, além de novíssimas igrejas surgidas das constantes fragmentações no interior do meio evangélico pentecostal.

Com relação à participação das lideranças evangélicas na vida político-partidária local, há indicativos de que alguns representantes dessas igrejas pentecostais buscam aumentar seu grau de influência na comunidade, sobretudo em áreas ligadas à assistência social, por meio do envolvimento direto e indireto com o poder público e lideranças políticas da região (Apêndice I). De fato, é comum, entre essas instituições religiosas, ações sociais voltadas para arrecadar e distribuir cestas básicas e roupas para as famílias carentes. A confiança daí angariada se converte em grande capital político e votos para aqueles que se aventuram na vida política no município. São exemplos significativos dessa atuação o grande número de representantes de grupos religiosos dentre os 14 vereadores que compõem a Câmara Municipal de Ribeirão das Neves⁶; em particular, a eleição, para a legislatura 2020-2024, de três pastores.

Essas ações estendem-se ao Conselho Tutelar. Nas eleições realizadas em 2019 pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município, houve forte presença de candidatos ligados a igrejas evangélicas, disputando as 15 cadeiras oferecidas para um dos três Conselhos Tutelares de Ribeirão das Neves. A forte ação das lideranças junto a suas igrejas fez com que a presença de eleitores no dia do pleito fosse recorde e garantisse a eleição de vários de seus candidatos, em um processo eleitoral bastante conturbado e marcado por longas filas e acusação de fraude.

É bom lembrar que, na condição de mediador entre a família e a escola, o conselheiro tutelar desempenha papel estratégico na vigilância de pautas caras ao

⁶ Informação extraída do site da Câmara Municipal (RIBEIRÃO DAS NEVES, 2022), de textos editados pelos próprios parlamentares.

ativismo político-evangélico, como a defesa da visão conservadora de família e a oposição à transmissão curricular de conteúdos vinculados aos movimentos feministas e LGBTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, transgêneros, *queer*, intersexuais, assexuais e mais), a questões étnico-raciais e aos direitos humanos, podendo aceitar e conduzir denúncia contra escolas que promovam o que chamam de “ideologia de gênero” e “marxismo cultural”⁷.

1.3 O percurso investigativo

A opção metodológica por um estudo de caso de um determinado estabelecimento de ensino deveu-se, em primeiro lugar, por se tratar de temática ainda pouco pesquisada no Brasil e na sociologia da educação, impondo a necessidade de uma observação de caráter exploratório que possibilitasse evidenciar os fatores (em boa parte, ainda desconhecidos) que estão em jogo quando se analisa a presença de alunos e famílias evangélicas pentecostais no ambiente escolar. Acreditava-se que essa escolha metodológica permitiria capturar a dinamicidade dos fenômenos inseridos no contexto da vida real.

Nesse sentido, a estratégia de investigação visou, a partir da presença do pesquisador no campo, à constituição de redes com estudantes, professores, direção e demais membros da comunidade escolar que deveriam propiciar o desenvolvimento de procedimentos de pesquisa como o acompanhamento de professores e estudantes no espaço escolar, a aplicação de questionários e a realização de entrevistas.

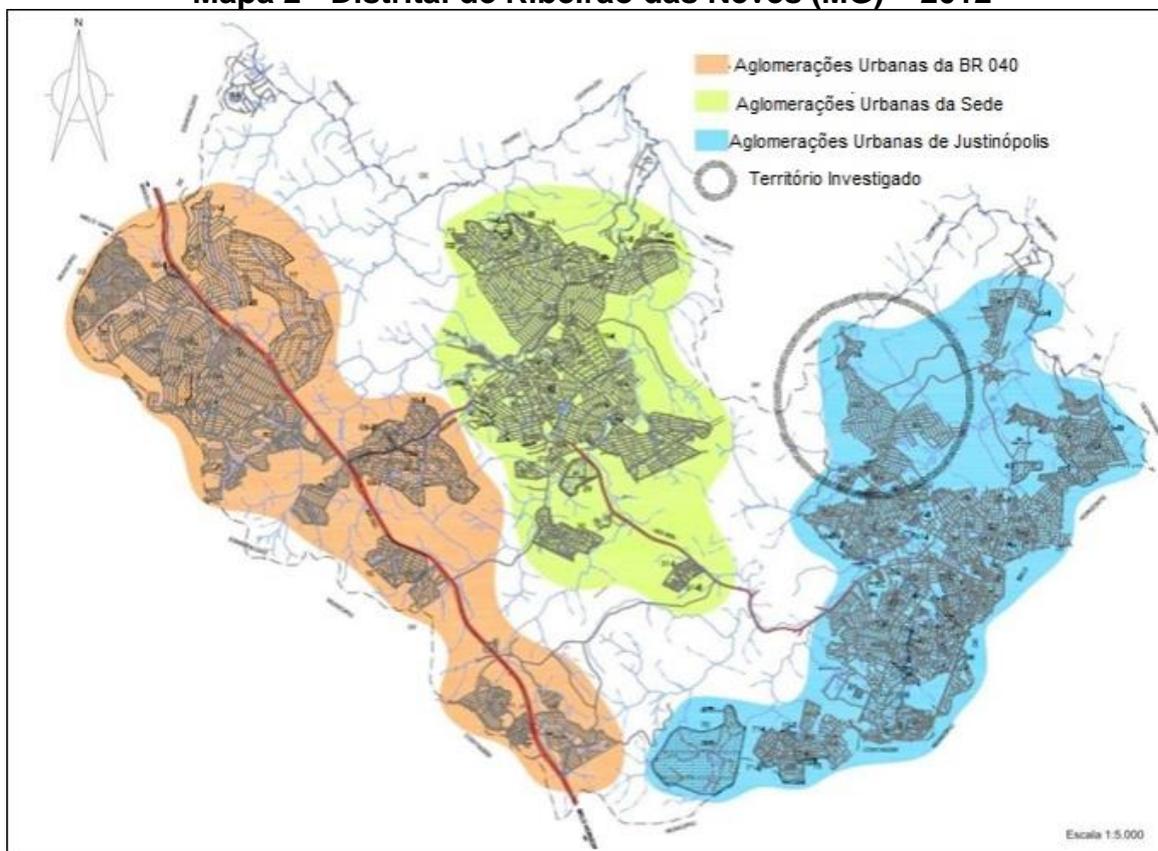
⁷ O uso do termo marxismo cultural data do início da década de 1990, quando foi utilizada por cristãos fundamentalistas, ultraconservadores e supremacistas, ou seja, a extrema-direita estadunidense (COSTA, 2011). Segundo a autora esses grupos, em análise inconsistente e próxima das teorias da conspiração, defendem a tese de que as correntes de pensamento de natureza progressista constituiriam uma fachada para a promoção do comunismo, colocando em risco o modelo de sociedade tradicional e tendo como propósito a destruição da família, o controle dos meios de comunicação, o engodo das massas, o esvaziamento das igrejas e a promoção do consumo de álcool. Já o termo Ideologia de Gênero surgiu entre meados da década de 1990 e início dos anos 2000 no âmbito do Conselho Pontifício para a Família, da Congregação para a Doutrina da Fé, antigamente conhecida como Santa Inquisição Romana e Universal, ala conservadora da Igreja Católica. Esse termo, mesmo não reconhecido academicamente, é utilizado por grupos conservadores contrários aos estudos de identidade de gênero. No contexto brasileiro, o uso desses termos ganhou espaço na última década, configurando-se como tese central de grupos de extrema-direita e lideranças religiosas católicas e evangélicas ultraconservadoras, que veem no “marxismo cultural” e na identidade de gênero uma suposta estratégia da esquerda, que, com sua ascensão nos governos Fernando Henrique (PSDB), Lula (PT) e Dilma Rousseff (PT), teria deixado de buscar o poder pelas armas e passado a travar sua disputa política no âmbito da cultura.

1.3.1 A seleção do estabelecimento de ensino

Em primeiro lugar, definiu-se que a escola a ser investigada deveria – por razões de exequibilidade da pesquisa (acesso por parte do pesquisador) – situar-se na RMBH e, dentro dela, em território com características apontadas pela literatura como favoráveis à expansão do pentecostalismo juvenil. Esse é o caso de Ribeirão das Neves, como foi possível constatar nas seções anteriores deste capítulo, pois, além de todas as características listadas, o município apresentou, no censo demográfico de 2010 (IBGE 2010), a segunda maior proporção de evangélicos registrada na RMBH.

E, dentre as 36 instituições públicas de ensino médio existentes nesse município, selecionou-se a Escola Fernando Sabino, que está localizada em território periférico formado por três bairros de uma região não central de Justinópolis, distrito de Ribeirão das Neves que faz divisa com a região de Venda Nova, em Belo Horizonte, como pode ser observado no Mapa 2.

Mapa 2 - Distrital de Ribeirão das Neves (MG) – 2012



Fonte: Adaptado pelo autor a partir de Ribeirão das Neves (2012).

Dentre as duas escolas de ensino médio localizadas no território delimitado, esta instituição de ensino foi selecionada em razão de já ter feito parte da amostra utilizada pelo pesquisador em sua dissertação de mestrado, realizada em 2016. Naquela ocasião, a instituição havia se destacado pela alta porcentagem (67,2%) de alunos evangélicos pentecostais e, também, pela influência desse pertencimento religioso sobre a vida desses jovens em áreas como lazer, namoro, trabalho e relação com os estudos, entre outras.

Trata-se de um estabelecimento de ensino fundado em 1991, em local onde era um campo de futebol e que, por sinal, consistia, naquela feita, no único espaço de recreação da comunidade que foi sacrificado frente à demanda crescente dentro do território investigado por vagas em ensino fundamental. Essa passou a ocupar lugar de destaque em 2000, ao se tornar a primeira instituição de ensino na região a oferecer a modalidade de ensino médio. Seu nome original é uma homenagem a um morador antigo do bairro pertencente a uma família tradicional que doou o terreno para a construção da escola e que possui descendentes que ainda estudam nessa instituição.

Em sua fundação, contava com instalações precárias, mas, frente a investimentos dos governos e ao bom trabalho da atual direção ao longo dos anos, possui, hoje, uma boa infraestrutura, com dois prédios de dois pavimentos, que, além de 24 salas de aula, dispõe de cantina, refeitório, sala de informática, laboratório de ciências e quadra poliesportiva, que, inclusive, é utilizada por membros da comunidade nos finais de semana. Entretanto, devido ao terreno acidentado onde foi construído e a problema de drenagens, o muro de arrimo acabou por desabar em cima de um dos prédios de 2021, obrigando os alunos a assistirem às aulas em salas na quadra esportiva da escola construída de forma improvisada, sendo que as obras de reconstrução do muro e recuperação do prédio, até o encerramento da pesquisa, em 2023, nem havia sido iniciada.

Segundo o Censo Escolar de 2022 (BRASIL, 2022), estavam matriculados na instituição 1.299 alunos nas modalidades de ensino fundamental I e II, ensino médio e educação de jovens e adultos, ofertadas nos turnos da manhã, tarde e noite. No que concerne à aprendizagem e à proficiência dos alunos, os dados apresentados por este censo sinalizam as dificuldades enfrentadas pela instituição, conforme mostra a Tabela 3.

Tabela 3 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB/2019⁸)

	Fundamental I	Fundamental II	Ensino médio
Brasil	5,9	4,9	4,2
Minas Gerais	6,5	4,6	4,0
Ribeirão das Neves	5,7	4,2	3,5
Escola Fernando Sabino	5,8	4,4	3,4

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados de Brasil (2019).

Como se vê, em 2019, o IDEB apresentado pela escola, a exemplo do índice do município de Ribeirão das Neves, demonstrou resultado inferior às médias estadual e nacional, tendo no ensino médio a sua maior fragilidade (3,4), abaixo das médias nacional (3,9) e estadual (4,0) e até mesmo do próprio município (3,5) e muito distante do que seria o mínimo aceitável (6,0).

Entre as justificativas para o fenômeno apontadas pelos gestores do estabelecimento, figuram: (i) a baixa participação das famílias na vida escolar dos filhos; (ii) o baixo capital educacional das famílias (apenas 2% dos pais têm ensino superior incompleto ou completo); (iii) a concorrência que a escola enfrenta em relação ao mercado de trabalho informal; (iv) a gravidez na adolescência; e (v) a falta de serviços ligados à assistência social, entre outras dificuldades de natureza extraescolar.

1.3.2 Os sujeitos da pesquisa

Para a realização do estudo de caso, optou-se pelo nível médio de ensino, por conta da faixa etária dos estudantes e por mais de uma razão. A primeira delas se prende ao fato de que alunos mais velhos apresentam, em geral, maior capacidade de discernir e exprimir suas próprias experiências escolares e as relações com seus credos religiosos. E há mais chances de eles reconhecerem e vocalizarem os fatores associados aos processos de socialização a que estão submetidos, tanto no espaço religioso quanto no espaço escolar.

De fato, essa opção se mostrou acertada ao longo da pesquisa, pois considerou

⁸ Descartam-se, aqui, os dados mais atuais do IDEB/2021 em razão de suas distorções e, conseqüentemente, da sua total dissonância em relação à série histórica, o que se deveu à pandemia. Dentre elas, destaca-se o fato de todos os estudantes terem sido aprovados compulsoriamente, nesse ano, independentemente de terem cumprido a carga horária mínima e obtido nota suficiente e, também, o reduzido número de estudantes que realizaram a Prova Brasil e o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB).

a existência, entre os evangélicos pentecostais, do fenômeno de uma espécie de conversão dos próprios jovens fiéis, que, após o batismo nas águas, entre 14 e 15 anos, são convidados a exercerem uma postura de protagonismo frente ao seu grupo religioso, passando a ser mais exigidos por parte de famílias e lideranças de suas igrejas, no que tange à defesa da doutrina e dos valores do grupo. E essa conversão tem reflexo direto no comportamento do jovem nos diferentes meios frequentados, com destaque para o ambiente escolar.

A princípio, pretendia-se observar apenas os estudantes evangélicos, ocupando o professor um lugar secundário na pesquisa. Mas, ao longo do trabalho de campo, ficou evidente a necessidade de se efetuar uma articulação entre as visões desses dois atores. Efetivamente, essa abordagem se apresentou profícua, pois os depoimentos se mostraram completares, na convergência ou na contradição, resultando em informações importantes para a compreensão mais ampla da influência da religiosidade evangélica pentecostal no contexto de uma escola de ensino médio.

1.3.3 O acesso ao campo de pesquisa

No intuito de iniciar a coleta de dados empíricos, foram realizados, no começo de 2020, os primeiros contatos com a instituição de ensino selecionada⁹. Nessa ocasião, o pesquisador foi informado de que a instituição não possuía professor titular da disciplina de sociologia e necessitava de profissional para ocupar o cargo. Tendo em vista sua disponibilidade e antevendo a oportunidade de maior acesso ao campo de pesquisa, o pesquisador assumiu a vaga de docente nessa instituição¹⁰, vislumbrando o acesso a conselhos de classe, reuniões de pais e mestres, estudantes e grupos de professores, entre outras atividades.

No entanto, a proximidade com os sujeitos da pesquisa demandou esforços metodológicos para contornar possíveis vieses. Assim, desde o primeiro contato com a Escola Fernando Sabino, foi adotado o uso do diário de campo, no qual foram

⁹ A presente pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (COEP) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob o número 27301219.0.0000.5149 e Parecer Consubstanciado número 4.003.136. Logo após, a pesquisa foi apresentada à direção escolar da instituição investigada que autorizou sua realização junto à escola através da assinatura do Termo de Anuência. Todos os sujeitos participantes da pesquisa, assim como seus responsáveis em caso de menores de idade, assinaram termo autorizando a participação na pesquisa.

¹⁰ O fato de o pesquisador ser professor contratado da rede permitia a mobilidade entre escolas, tendo em vista que cada contrato vigorava por apenas um ano. Assim, ele pôde ocupar a vaga na Escola Fernando Sabino por estar habilitado para assumir o cargo, sem maiores dificuldades.

registrados falas de professores, estudantes e demais sujeitos, eventos do cotidiano escolar que envolviam a questão da religiosidade e, ainda, pré-conceitos, reflexões e mudanças na percepção do pesquisador sobre o campo.

Na volta do campo, o pesquisador relia as observações registradas no caderno de campo e buscava sistematizar as anotações e associá-las à literatura que, ao longo do processo de construção da tese, foi apropriada nas áreas de sociologia da religião e sua interface com o campo da educação.

1.3.4 A observação direta

No começo de 2020, o pesquisador iniciou as observações de campo com a visita às instalações da escola, o acompanhamento de reuniões pedagógicas de planejamento do início do ano letivo e a observação dos estudantes nas duas primeiras semanas de aula. Contudo, devido ao agravamento da pandemia de Covid-19, a Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais decidiu por fechar as escolas, em março de 2020. No final de maio desse mesmo ano, a Secretaria de Educação implementou, em toda a rede de ensino, o Regime Especial de Atividades Não Presenciais (REANP), impossibilitando a interação entre os estudantes, os professores e a direção escolar e, conseqüentemente, o desenvolvimento da pesquisa¹¹.

Deste modo, as observações de campo só puderam ser retomadas, efetivamente, em agosto de 2021, quando as escolas ainda funcionavam no regime híbrido¹². Nesse período, o número reduzido de estudantes presentes às aulas restringiu o universo de observação, prejudicando a representatividade do grupo. Assim, o pesquisador optou por observações e conversas informais com os

¹¹ Segundo levantamento da própria direção da escola, apenas 30% dos estudantes acompanharam, efetivamente, as aulas nesse regime não presencial. Dentre outros motivos, figura o pequeno número de famílias que possuíam acesso a redes rápidas de internet, o que possibilitaria que seus filhos acompanhassem, efetivamente, as aulas nesse novo formato.

¹² Nesse período, e para se adequar às regras sanitárias, a escola passou a receber os alunos no sistema de bolhas, que consistia na divisão das salas em até sete grupos de seis alunos, em um modelo no qual, enquanto o primeiro grupo assistia à aula de maneira presencial, os demais continuariam realizando as atividades de forma remota, e assim sucessivamente até que os sete grupos comparecessem à escola, iniciando-se um novo ciclo. Nesse período, a presença dos estudantes era facultativa e dependia da assinatura de um termo de consentimento pelos responsáveis. Na prática, em razão da baixa adesão a esse formato, cada sala formou apenas um grupo de sete alunos que frequentava as aulas todas as semanas, com o restante dos colegas acompanhando as aulas apenas pelo regime não presencial.

estudantes, dedicando, nesse período, maior atenção ao grupo de professores do ensino médio que já estavam presentes na escola em sua totalidade. O acompanhamento sistemático junto aos alunos foi realizado apenas em 2022, com a retomada das aulas em formato totalmente presencial.

Mesmo compondo o quadro de professores da Escola Fernando Sabino, o pesquisador procurou fazer uma distinção entre essas duas funções. Ministrava aulas na sexta-feira, no período da manhã, e na segunda-feira, no período da noite, deixando as atividades de pesquisa para quarta-feira, no período da noite, e quinta-feira, no período da manhã, ao longo do 4º trimestre do ano letivo de 2021 – quando acompanhou, de maneira sistemática, a rotina dos professores – e no 1º semestre de 2022 – quando observou os estudantes em suas rotinas escolares, totalizando cerca de 344 horas de observação. Esse comportamento despertou a curiosidade de professores, estudantes e demais funcionários da escola, que questionavam a razão da presença mais intensa naquele espaço. Esse fato ensejou a obtenção de muitos relatos espontâneos ligados à experiência desses sujeitos no que tange à influência da religiosidade no desenvolvimento de suas atividades junto aos estudantes, bem como conflitos causados pela influência das famílias e lideranças evangélicas pentecostais no interior do espaço escolar – estes fatos foram devidamente documentados no caderno de campo.

No que diz respeito à observação dos professores, a rotina do pesquisador consistia em chegar às 6h50, às quintas feiras, e às 18h30, às quartas-feiras, momento de entrada dos professores, e sair às 11h30, às quintas feiras, e às 22h20, às quartas-feiras, quando os docentes encerravam o expediente, ao longo de todo o 4º trimestre de 2021. Estes profissionais foram acompanhados nos conselhos de classe, nas reuniões pedagógicas, em reuniões com pais e nas demais atividades voltadas para o corpo docente.

Entre os espaços de observação, a sala dos professores se mostrou uma importante fonte de informação, onde se podia registrar a conversa informal dos docentes em horário vago e que, recorrentemente, tinha como objeto o perfil das turmas e as dificuldades enfrentadas na relação com os pais, os alunos e a direção da escola. Estimulados pelo pesquisador, esses profissionais, em várias oportunidades, discutiram temas ligados à religião no recinto escolar, bem como as relações entre a escola e as igrejas presentes na comunidade.

Já os estudantes foram acompanhados, de maneira sistemática, ao longo do 1º semestre letivo de 2022, nos momentos da coleta (às quartas e quintas-feiras), durante os intervalos, as entradas e as saídas de turnos e as aulas de educação física, além das excursões e dos eventos promovidos pela escola, tais como festa junina, *halloween*, semana da consciência negra, mostra de profissões etc. Nesses espaços, para além da observação de posturas, gestos, comportamentos, padrões de vestimenta, recusa de determinadas atividades etc., foi possível manter conversas informais nas quais os jovens falavam de suas rotinas na escola e na igreja, de relações intrafamiliares, com suas lideranças religiosas, e dos dilemas motivados pela convivência com colegas não praticantes de sua religião – conversas devidamente registradas no caderno de campo.

Outro espaço que se mostrou proveitoso para se captar as especificidades do grupo dos alunos evangélicos foi a sala da coordenação pedagógica. Nesse local, os/as coordenadores/as atendiam os estudantes e seus respectivos pais e/ou responsáveis, no intuito de sanar dificuldades e conflitos vivenciados na instituição. E, não raras vezes, a religiosidade evangélica pentecostal se apresentou como um fator da tensão nos relacionamentos. Nessas ocasiões, foram ouvidos relatos de queixas, por parte de alunos evangélicos, frente a atitudes, posturas e ações adotadas por estudantes não evangélicos e professores ou pela direção, em particular, de comentários preconceituosos a respeito de sua forma de se vestir e de se comportar no ambiente escolar.

Para além dessas observações, a própria regência das aulas de sociologia que abarcam, inevitavelmente, conteúdos associados à diversidade (de classe, de gênero, de raça, de religião etc.) se mostrou um importante espaço de escuta dos estudantes que explicitavam seus posicionamentos, os quais, em muitos casos, eram fortemente influenciados por seu pertencimento religioso.

1.3.5 A aplicação do questionário

No 1º trimestre de 2022, aplicou-se um questionário (em formato *on-line*) a todos os professores que lecionavam nas turmas de ensino médio, resultando em um total de 37 respondentes. O instrumento compreendia 44 perguntas divididas em 5 blocos (Apêndice B), a saber: (i) perfil sociodemográfico, socioeconômico e

acadêmico dos docentes; (ii) perfil e práticas religiosas; (iii) visão da relação entre conhecimentos escolares e religiosidade dos alunos; (iv) visão da relação entre disciplina, desempenho escolar e religiosidade dos alunos; e (v) visão da relação entre religiosidade e sociabilidade dos alunos e presença de lideranças religiosas na vida da escola.

Em razão do fácil acesso aos professores¹³, após responderem ao questionário, esses profissionais foram estimulados pelo pesquisador a narrarem episódios vividos por eles na escola, envolvendo a questão da religião. Esse procedimento gerou dez depoimentos – enviados no formato de áudio, por meio do aplicativo de mensagens instantâneas –, com duração de 5 a 12 minutos e que foram transcritos e cruzados com as respostas obtidas no questionário.

Outro questionário – também no formato *on-line* – foi aplicado aos estudantes, ao longo do 2º trimestre de 2022. Todos os 420 estudantes matriculados no ensino médio nas turmas do 1º, 2º e 3º anos foram convidados a respondê-lo por meio de um *link* enviado por meio de aplicativo de mensagens instantâneas. Obteve-se um total de 116 respondentes, ou seja, 27,6% do universo total dos estudantes matriculados no ensino médio de 2022.

Seu conteúdo era composto por 61 questões divididas em 5 blocos (Apêndice A), a saber: (i) perfil sociodemográfico e socioeconômico dos estudantes; (ii) perfil e práticas religiosas; (iii) visão da relação entre currículo e religiosidade; (iv) visão da relação entre disciplina, desempenho escolar e religiosidade; e (v) percepção da relação entre religiosidade e interação com os pares e os professores.

As respostas obtidas foram tratadas com o uso do *software Statistical Package for Social Science* (SPSS), o que permitiu realizar cruzamentos entre os dados pessoais, os dados escolares, as visões e o pertencimento e as práticas religiosas dos jovens, evidenciando, assim, especificidades do grupo dos alunos evangélicos pentecostais face aos demais estudantes.

¹³ O pesquisador foi incluído em um grupo de mensagens instantâneas (WhatsApp) dos professores do ensino médio. Esse meio permitiu coletar depoimentos via áudio desses profissionais, procedimento entendido como oportuno, pois permitiu a dispensa da realização de entrevistas em profundidade com os mesmos e assim diminuindo os impactos das políticas de distanciamento social no cronograma de execução da pesquisa.

1.3.6 A realização das entrevistas

Por fim, uma entrevista semiestruturada foi realizada com um grupo menor dentre os alunos interrogados por meio do questionário. A seleção desse grupo obedeceu a critérios de raça/cor e gênero, além da série escolar frequentada. Dentre os 15 estudantes que foram inicialmente convidados a participar da entrevista, 10 aceitaram ser entrevistados, sendo 4 homens e 6 mulheres. As denominações frequentadas por esses estudantes eram: dois da Igreja Cristã do Brasil, dois da Igreja Assembleia de Deus, dois da Igreja Batista Ágape, um da Igreja do Evangelho Quadrangular, um da Igreja Rosa de Saron, um da Igreja Casa de Oração Shalon e um ex-membro da Igreja Batista Renovada que se declarou desviado.

A entrevista foi realizada ao longo do 3º trimestre de 2022 e tinha o intuito de aprofundar os dados obtidos no questionário. Seu roteiro (Apêndice C) compreendia cinco temas, a saber: (i) identidade religiosa; (ii) impactos da crença pentecostal no desempenho e nas condutas escolares; (iii) relação saberes escolares e religiosidade; (iv) sociabilidade e religiosidade; e (v) religião no espaço escolar.

Os estudantes foram ouvidos no laboratório de informática da escola, às quartas-feiras, à noite, e às quintas-feiras, pela manhã, durante seu turno escolar, tendo sido liberados pelos professores e pela direção do estabelecimento. As entrevistas duraram entre 35 e 90 minutos e foram gravadas com o consentimento dos entrevistados e seus respectivos responsáveis e, em seguida, transcritas.

1.3.7 Os imponderáveis da pesquisa: o impacto da pandemia de Covid-19

Como afirmado anteriormente, a presente pesquisa foi expressivamente impactada pelo advento da Covid-19, acarretando sucessivas mudanças, por parte do pesquisador, no projeto original, em razão de alterações na dinâmica do campo e no acesso aos sujeitos da pesquisa.

Nesse sentido, os problemas mais graves enfrentados foram, sem dúvida, o fechamento da escola e a impossibilidade de contato com estudantes e professores. Foi necessário aguardar o retorno das aulas presenciais para dar continuidade à coleta de dados empíricos, sobretudo entre os alunos, em razão do quadro de exclusão digital que vigora entre eles.

Ao longo do período de fechamento das escolas estaduais (março de 2020 a agosto de 2021), restou ao pesquisador realizar a coleta de dados secundários, bem como o investimento na leitura da literatura sociológica sobre a religião e a relação entre religião, juventude e educação. Essas atividades contribuíram para o aperfeiçoamento dos instrumentos de pesquisa que foram utilizados no momento da coleta de dados.

Nesse período, realizaram-se, também, o mapeamento e a distribuição das instituições religiosas presentes no território onde está instalada a Escola Fernando Sabino. Foram realizadas visitas (com duração de cerca de duas horas) a 8 igrejas evangélicas de diferentes denominações¹⁴. Esse material, mesmo não utilizado intensamente nesta tese, foi de muita valia para a compreensão das condutas dos sujeitos no espaço escolar, uma vez que boa parte deles estava presente no templo e na escola de modo concomitante, e auxiliou, também, na compreensão da visão das lideranças das instituições religiosas sobre o papel da escola e dos saberes escolares na vida de seus membros.

Com o avanço da vacinação e o início da retomada das aulas presenciais, as observações *in loco* foram retomadas, com o acompanhamento de professores e alunos em seu cotidiano escolar, mas não sem prejuízo para a pesquisa, tendo em vista que o cenário de investigação havia passado por mudanças que modificaram o comportamento dos sujeitos no espaço escolar, o que significou um desafio adicional para a coleta de dados.

Dentre as alterações promovidas por esse longo período de escolas fechadas, e que impactou diretamente na pesquisa, destaca-se o fato de os estudantes do 3º ano do ensino médio terem estudado os dois anos anteriores de maneira não presencial. É de se supor que isso tenha impactado diretamente na sua visão da relação entre currículo, sociabilidade *inter pares* e religiosidade, considerando que os embates entre os conhecimentos escolares e os ensinamentos das igrejas costumam ocorrer de maneira mais intensa durante as aulas presenciais, quando os sujeitos tendem a manifestar com mais ênfase seus pontos de vista e questionamentos sobre os conteúdos ensinados pelos docentes.

Por fim, cabe destacar que, segundo professores e gestores, esse longo

¹⁴ maior parte das igrejas evangélicas pentecostais que atuavam na comunidade permaneceu aberta durante a pandemia, o que permitiu ao pesquisador, logo após tomar a primeira dose da vacina, acompanhar suas atividades.

período de ausência dos estudantes desativou o grupo de oração e as demais ações evangelísticas que eram, costumeiramente, realizadas nas dependências da escola durante os turnos escolares e nos finais de semana. Mais um prejuízo para a pesquisa, pois há evidências de que tais ocasiões se apresentavam como constante foco de debate entre professores, gestão escolar e alunos não evangélicos, o que certamente teria constituído um elemento importante a ser observado durante o trabalho de campo.

CAPÍTULO 2 – SOCIOLOGIA DA RELIGIÃO: DOS AUTORES CLÁSSICOS AOS CONTEMPORÂNEOS

Para analisar a influência que o fenômeno social da religião exerce sobre a sociedade do século XXI, em especial sobre o campo da educação, faz-se necessário visitar – ainda que rapidamente – os processos de transformação sofridos pelas instituições religiosas no decorrer dos últimos séculos, em suas relações com o espaço público no ocidente.

Para adentrar nesta problematização, este trabalho partirá de uma breve reflexão sobre o pensamento dos autores clássicos da sociologia – Durkheim, Marx e Weber –, no que diz respeito às suas contribuições para o debate e a compreensão do papel da religião na dinâmica das sociedades de seu tempo e, mais especificamente, à formulação da teoria da secularização. Em seguida, será examinada a discussão contemporânea em torno do surgimento, do desenvolvimento e da crítica ao controverso processo de secularização no ocidente atravessado pela modernidade plural e multifacetada.

2.1 Durkheim e a religião na constituição da sociedade moderna

Talvez se possa afirmar que o traço mais marcante do pensamento de Émile Durkheim (1858-1917), no que concerne ao fenômeno religioso, seja a mudança de perspectiva ocorrida ao longo de sua obra. Em seus primeiros escritos, sob influência de pensadores positivistas como Comte e Spencer e em um contexto em que o próprio conhecimento científico se pensava emancipado da tutela da religião, Durkheim (1895/2004) defendia a superação do discurso religioso e mítico, em favor de uma visão fundada na razão e no método científico.

Segundo Sanchis (1997), Durkheim, em suas primeiras análises, alinha-se a uma luta contra os mitos, para liberar a humanidade daquilo que a impediria de ascender à visão científica (ou “racional”) do mundo das coisas e das relações sociais. Essas primeiras obras denotam uma nítida adesão a um programa iluminista, positivista e laicizador do campo ético e político, bem como a defesa da necessidade da instauração de uma cosmovisão “científica”, que deveria superar o “misticismo”.

No que tange à educação, caberia a uma “escola laica”, libertada do estorvo da

religião, apresentar às novas gerações representações coletivas cada vez mais racionais, contribuindo para a construção de uma sociedade laica.

Mas uma mudança de posição sobre o lugar da religião na obra de Durkheim ocorrerá em seus últimos estudos, com destaque para a obra **As formas elementares da vida religiosa**, publicada em 1912 e na qual ele elabora um argumento sistemático sobre o papel da religião na coesão do tecido social.

Nesse texto, Durkheim (1912/1989) assume que a própria institucionalidade dos fatos religiosos é exercida em prol de satisfazer uma necessidade do organismo social. Esse novo posicionamento epistemológico leva o autor a defender que as forças religiosas dentro de uma sociedade são projetadas para fora das consciências dos indivíduos. Como resultado, tem-se a despersonalização das crenças, formando um sistema social que une indivíduos em uma comunidade moral, de tal maneira que, sem a presença da religião, seria impossível de fazê-lo.

Ao assumir uma postura antropológica, se utilizando de estudos etnográficos para fundamentar sua argumentação, o autor busca colocar-se no estado de espírito do crente, defendendo que isto não significava aderir à sua crença. Apresentava, assim, uma abordagem analítica e metodológica que indicava a necessidade de se entender as experiências com o sagrado no seio da sociedade, em vez de simplesmente negá-las.

No que tange à educação, Durkheim passou a crer que, sem os princípios morais e éticos presentes na religião – que ao longo de vários séculos fundamentavam as relações sociais –, os processos educativos oferecidos às novas gerações se mostrariam impotentes em cumprir seu papel principal de inculcar, nos indivíduos, valores morais coletivos.

2.2 Marx e a crítica da religião

Entre os clássicos da sociologia, Karl Marx (1818-1883) foi o autor que dedicou menor espaço em sua obra para a análise da presença dos fenômenos religiosos e seus impactos sobre o contexto social de sua época. Em um percurso contrário ao efetuado por Durkheim, o lugar da religião nos estudos realizados por Marx foi perdendo espaço e importância ao longo do tempo.

Nos escritos do “jovem Marx”, ainda filósofo, a análise do fenômeno religioso e

sua relação com a sociedade, mesmo não se apresentando central, se mostra significativamente presente, como se pode constatar na obra **Crítica da filosofia do direito de Hegel** (1927/2010), na qual a crítica à religião é entendida como premissa para toda a crítica à política. Posteriormente, o “Marx maduro”, um jornalista e analista social militante político, que já dispunha do materialismo histórico como método científico para compreensão da sociedade, passa a entender a crítica à religião como um ponto superado. Nos seus escritos produzidos nesse período, as discussões ligadas à religião se apresentam de maneira difusa, sendo a religião apenas entendida como uma forma de alienação, entre tantas outras, como pode ser percebido em sua mais célebre obra, **O capital** (1867).

No entanto, a importância das contribuições de Marx, junto de Friedrich Engels (1820-1895), no campo da sociologia da religião consiste no fato de que seus escritos colocaram em pauta muitos problemas que perduram nas abordagens sociológicas da religião até os dias atuais, como o entendimento da religião a partir do conceito de alienação, que permite entendê-la como instrumento de legitimação da dominação atravessada pelo conflito de classes.

Do ponto de vista sociológico, Marx classifica a religião, ao lado do direito e da arte, como parte de uma superestrutura, entendida como dimensão ideológica submetida aos interesses econômicos de uma elite dominante, detentora dos meios de produção (superestrutura). Nessa perspectiva, o propósito último da existência das religiões seria a legitimação de um regime que oprime a classe trabalhadora.

Assim, na esteira das leituras iluministas, que anunciavam a superação da religião em uma sociedade fundamentada em bases racionais, Marx acreditava que, no socialismo, ao findar-se a alienação, a religião se tornaria desnecessária e desapareceria paulatinamente. Esse pensamento é explicitado por ele ao afirmar que “o reflexo religioso no mundo real só poderá desaparecer quando as condições de trabalho e vida prática apresentarem aos homens relações transparentes e racionais com os seus semelhantes e com a natureza” (MARX, 1867/2011, p. 216). Desta forma, na perspectiva de Marx, lutar contra a religião seria lutar contra esse tipo de mundo, no qual esta se apresenta como expressão máxima da alienação. Assim, a abolição da religião enquanto felicidade ilusória do povo seria necessária para que este alcançasse uma felicidade real.

2.3 Max Weber: a religião e as origens do capitalismo

Os estudos realizados por Max Weber (1864-1920) sobre o lugar da religião no processo de constituição da sociedade moderna destoam, substancialmente, dos apresentados por Marx e Durkheim. A originalidade presente em suas análises consiste na compreensão da existência de um processo de racionalização no interior das próprias instituições religiosas.

Weber, ao buscar compreender a constituição da modernidade ocidental, tema central de sua obra, afirma que sua característica principal é o processo de racionalização ligado à predominância de uma visão técnico/científica em diversos setores da sociedade, em detrimento de uma visão mágica/religiosa do mundo que, até então, se mostrava balizadora das relações sociais. No que diz respeito ao fenômeno religioso, este se apresenta de maneira ostensiva em seus estudos, nos quais as categorias religião e racionalização não, necessariamente, se configuram como antagônicas, sendo, por vezes, descritas em uma complexa relação de colaboração, denominada pelo próprio autor como “afinidades eletivas”.

No livro **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo** (1904), Weber apresenta, de maneira metódica e minuciosa, como ocorre em sua obra, essa relação entre religião e racionalidade. Ao analisar o processo de desenvolvimento econômico e técnico em diferentes países, constata padrões em que as nações protestantes do norte europeu se apresentavam em expressiva superioridade nesse quesito quando comparadas aos países católicos de tronco latino, bem como verifica que a maioria dos homens de negócios, donos de capitais e técnicos de alto nível eram protestantes. A partir desses dados, busca analisar a relação existente entre o fenômeno da reforma protestante e os avanços no processo de modernização e desenvolvimento do capitalismo.

Para isso, argumenta que a adoção por parte desse grupo religioso de uma postura ligada ao ascetismo intramundano resultou no surgimento de religiões éticas, que passaram a entender o trabalho como uma vocação e a riqueza como sinal divino, abrindo margem para adoção de posturas religiosas que não mais compreendiam os negócios e a obtenção do lucro como algo pecaminoso. Essas religiões, ao constituírem um novo *ethos*, promoveram uma mentalidade que orientava seus adeptos a pensar e a agir de um modo que se mostrava expressivamente favorável à

edificação de um destino calcado em racionalizações, levando-os a adotarem posturas pragmáticas frente ao mundo que admitia o recuo das religiões na esfera pública em espaços que até então exerciam grande influência (política, educação e economia, entre outros), sendo essa lacuna preenchida por narrativas não religiosas, com grande destaque para as ciências.

Weber argumenta que, ao adotar uma ética ligada ao trabalho racional, essas religiões, com destaque para o calvinismo, passaram a contribuir com o processo de “desencantamento do mundo”, promovendo entre seus membros uma verdadeira cruzada antimagia, ao condenar a irracionalidade na vida e na religião como sinônimo de distanciamento do Deus judaico/cristão. Com isso, auxiliam no aprofundamento da “dominação racional”¹⁵ dentro dessa sociedade, permitindo a dessacralização do mundo, que se mostrou, nessa nova perspectiva, passível de ser mensurado e explorado na busca por lucro.

Portanto, o conceito de afinidades eletivas permitiu Weber (1904/2004) afirmar que a racionalização das religiões ocidentais, surgidas após a reforma protestante, seria um dos fatores que resultariam na emergência da sociedade moderna e industrial, sem a qual, provavelmente, esta última, assim como é conhecida, não teria se desenvolvido. Nesse sentido, o autor entende essas mudanças ocorridas no interior do cristianismo, promovidas pelo advento da reforma protestante, como um primeiro passo para que, posteriormente, diversos setores da sociedade adquirissem autonomia suficiente para dispensar o arrimo ético-religioso inicial, redesenhando o sentido original do desencantamento realizado por esses grupos religiosos, tendo como resultante uma sociedade progressivamente mais secularizada.

No entanto, Weber alerta que a relação existente entre o desenvolvimento do capitalismo e o surgimento e a expansão das religiões protestantes deve ser percebida de maneira complexa e não a partir de uma simples relação de causa e efeito, já que se trata de processos históricos que caminharam juntos, mas que se deram de maneira independente. Para afastar acusações ligadas à adoção de posturas utilitárias e autointeressadas por parte dos fiéis frente a esse processo, Weber enfatiza o quanto os protestantes, ao propagarem esse discurso, agiam

¹⁵ Para exemplificar os efeitos secularizadores da reforma religiosa, Weber analisa o processo de desenvolvimento dos Estados Unidos, nação capitalista mais próspera economicamente ao longo dos séculos XVIII e XIX, apresentando, com riqueza de detalhes, como esses sucessos estavam ligados à influência dessa nova forma religiosa dentro do cristianismo, que, nesse país, avalizava, junto aos seus fiéis, uma vida centrada na ambição do lucro e do desenvolvimento material.

honestamente, convictos da prestação de um bom serviço a Deus, e não de acordo com ambições egoístas, interesses escusos ou adesão frívola às ordens do mundo¹⁶.

Tendo em vista o percurso realizado até aqui, fica evidente a influência das obras dos autores clássicos na formulação dos preceitos que levariam à constituição e consolidação da sociologia da religião, especialmente em sua mais controversa vertente, que é a teoria da secularização. A seguir, serão analisados, com maior vagar, o processo de constituição dessa teoria, que se mostrou hegemônica no campo da sociologia da religião durante a maior parte do século XX, bem como as críticas que esta vem sofrendo nas últimas décadas, em um contexto de ressurgimento da presença de atores religiosos em espaços entendidos como já secularizados.

2.4 Teoria da secularização: o conceito e seus limites

A teoria da secularização surgiu da tentativa de pesquisar, de forma sistematizada, as mudanças históricas ocorridas na Europa ao longo de séculos, como a reforma protestante, o iluminismo, a revolução industrial e a urbanização, entre outros eventos que tiveram como resultado a diminuição da influência das instituições religiosas no espaço público. Nesse sentido, segundo Berger (1985), o termo secularização poderia ser entendido como um fenômeno quase espontâneo, sem autor, de longa duração e que se refere aos caminhos percorridos pela cultura ocidental, desde a interpretação metafísica da realidade até àquela em que o mundo histórico, social e finito passou a dominar o horizonte da responsabilidade e da explicação do destino humano.

Segundo este autor, o termo secularização teve origem no século XVI, durante as Guerras da Religião¹⁷. Naquele período, indicava a perda de terras e propriedades

¹⁶ Weber (1904/2004) aponta, inclusive, para um componente de irracionalidade presente no comportamento ascético dos protestantes, que, ao entenderem a prosperidade como sinal de sua salvação, passam a dedicar-se com devoção ao trabalho a ponto de não desfrutarem de tempo livre para se beneficiarem do próprio produto de labor. Esses grupos, inclusive, entendiam a própria disposição de tempo livre como prática pecaminosa – “ócio como oficina do Diabo” –, negando qualquer manifestação do hedonismo em suas vidas, o que levou o autor a se questionar o que teria de racional nessa forma de existência.

¹⁷ As Guerras da Religião podem ser entendidas como uma série de conflitos entre vários reinos europeus por motivos dinásticos, territoriais e comerciais, em que a religião serviu de gatilho para opor católicos e protestantes. Entre 1559 e 1648, quando chegou ao fim a Guerra dos Trinta Anos, 25 guerras internacionais e 26 guerras civis, pelo menos, foram motivadas por divergências de fé entre reis ou aspirantes a rei. O conflito ceifou 7,5 milhões de vidas e mudou, drasticamente, o mapa da Europa. Entre as mudanças, a Holanda ganhou independência, a Suécia saiu fortalecida, os Habsburgos foram enfraquecidos, a igreja católica perdeu influência no norte do continente e o

por parte da igreja católica, sendo descrito como não valorativo, ou seja, sem influência das correntes filosóficas existentes nessa época. Mas, no final do século XIX, passa a ser interpretado a partir de perspectivas vinculadas a diferentes correntes ideológicas. Assim, em um cenário de extremos, grupos vinculados a movimentos liberais e radicais entendiam esse conceito como sinônimo de libertação do homem moderno da tutela da Igreja. Já entre os grupos de orientação cristã e/ou conservadora, o conceito de secularização assume conotação negativa, pois representaria a descristianização do ocidente e, conseqüentemente, sinalizava para um processo de desestruturação da sociedade judaico/cristã.

Nesse contexto, Berger (1985) alerta que o primeiro desafio enfrentado ao pesquisar o processo de secularização vivido pelas sociedades ocidentais nos últimos séculos consiste no movimento de fugir de perspectivas ligadas a posicionamentos ideológicos, ou seja, se distanciar de correntes filosóficas que se colocam contra ou a favor desse processo, e, assim, investigar, de forma distanciada e imparcial, o seu surgimento e alcance. Com o intuito de realizar este movimento analítico, o autor retoma a análise de Weber (1904/2004) sobre a existência de afinidades eletivas entre o protestantismo histórico e o desenvolvimento do sistema capitalista.

Entre as mudanças ocorridas com o advento da reforma protestante, Berger (1985) analisa que essas religiões, quando comparadas ao catolicismo vigente na época da reforma e ao buscarem se distanciar da Igreja de Roma, despiram-se tanto quanto possível dos três mais antigos e poderosos elementos do campo do sagrado: o mistério, o milagre e a magia. Assim, os protestantes passaram a professar a crença em um Deus transcendental e que aceita sacrifícios, mas que não depende dessa experiência para existir. Portanto, nota-se aí a ideia de um Deus que não aceitava barganhas e intermediários, algo comum no catolicismo, que tinha na figura do sacerdote o mediador entre o céu e a terra.

A tese da teoria da secularização defendida por Berger (1985) coloca o protestantismo como uma espécie de prelúdio histórico decisivo no processo de secularização do ocidente. Portanto, os adeptos dessa teoria avaliam que as transformações ocorridas dentro das religiões protestantes, ao longo dos últimos séculos, teriam contribuído de maneira significativa para o desenvolvimento de uma sociedade que se mostra progressivamente mais secularizada.

feudalismo entrou em decadência.

Esta teoria se apresentou como hegemônica entre os sociólogos da religião até a década de 1960. Os pesquisadores que adotavam suas teses, dentre eles Berger (1985), chegaram a afirmar que a secularização se mostrava como uma tendência irreversível e eram unânimes em sentenciar a expansão contínua desse processo, iniciado na Europa, para o resto do mundo. Nessas análises, previam-se cenários em que as religiões assumiriam uma postura cada vez mais secundária dentro da dinâmica social, com sua influência restringindo-se apenas à vida privada de alguns dos indivíduos que a seguiriam por opção ou tradição.

A seguir, serão discutidos os fatores que levaram à quebra de hegemonia das análises fundamentadas na teoria da secularização clássica dentro do campo da sociologia da religião. Para tanto, serão apontados eventos históricos ocorridos a partir da segunda metade do século XX e que levaram os pesquisadores dessa área a reverem as projeções que descreviam a expansão da secularização para todo o mundo como algo linear e alardeavam a progressiva ausência da influência da religião em áreas como educação, política e economia.

2.4.1 As religiões contemporâneas e o reencantamento do mundo: as críticas à teoria da secularização

Os acontecimentos vivenciados no final do século XX e início do século XXI – entre os quais o surgimento da República Islâmica do Irã (1979) e de movimentos de militantes islâmicos em outras regiões do Oriente Médio; o engajamento da direita cristã e dos evangélicos na política norte-americana; a expansão da teologia da libertação na América Latina; o crescimento do pentecostalismo na mesma região, no sudeste asiático e na África subsaariana; a resistência católica ao regime comunista polonês nos anos 1980; e o ressurgimento de identidades religiosas na Europa oriental pós-comunista – abalaram as certezas dos sociólogos da religião acerca da existência de um processo linear e contínuo de retirada das instituições religiosas do espaço público.

Esses acontecimentos, além de permitirem o questionamento da plausibilidade da teoria da secularização, deram margem para o surgimento de análises que dialogam com um cenário de forte presença das religiões no espaço público. Neste debate, destacam-se os posicionamentos adotados por Habermas (2007), que, em

suas análises, cogita a possibilidade de estarmos ingressando numa era pós-secular, e Huntington (1993), que alerta para possíveis conflitos globais entre civilizações motivados por questões culturais e religiosas em um contexto de pós-Guerra Fria.

Esse novo cenário obrigou os sociólogos da religião, adeptos da teoria da secularização, a reverem suas projeções acerca do lugar que as religiões ocupariam em diferentes partes do mundo no século XXI, inclusive na Europa ocidental, considerada como berço da secularização. O próprio Berger (2001) realizou uma revisão de seus trabalhos no campo da sociologia da religião, na qual argumentou que, ao contrário do que ele próprio defendeu na década de 1980, o mundo dos anos 2000 era “tão ferozmente religioso quanto antes, e até mais em certos lugares” (BERGER, 2001, p. 10). Nessa nova análise, ele admite que o processo de mudança vivenciado no campo das artes, das ciências e da filosofia, ocorrido nas sociedades ocidentais nos últimos séculos e, de forma mais acentuada, ao longo do século XX, produziu efeitos secularizantes, mas, também, fomentou poderosos movimentos de contrassecularização. Em sua releitura sobre a presença das religiões no ocidente, o autor chama a atenção para um fenômeno tipicamente ocidental, ou seja, a coexistência de sociedades fortemente secularizadas e com indivíduos profundamente religiosos, sem que isso signifique alguma contradição.

Para além dessa revisão, Berger (2001) sugere a existência, hoje, de um processo de dessecularização, com o recente retorno da religião a espaços da sociedade que deixara de ocupar havia algum tempo. Como consequência deste processo, chama a atenção para o crescimento de movimentos religiosos com tendências fortemente antisseculares e que possuem grande poder de atrair pessoas com ressentimentos originados, às vezes, em motivações claramente não religiosas, mas sim identitárias ou ideológicas, ligadas a outras dimensões da vida, nas quais a religião, por si só, não pode ser o único elemento explicativo.

Nesse contexto, a própria teoria da secularização clássica passou a ser entendida como ideológica, devido às influências que sofreu dos pioneiros da sociologia, que, por sua vez, foram influenciados pelas ideologias florescentes no século XIX, como o liberalismo, o socialismo, o positivismo e o republicanismo, que, em maior ou menor grau, para além da análise do contexto social, defendiam a necessidade da substituição, dentro do espaço público, do discurso religioso por um discurso que permitisse o progresso da ciência.

O novo panorama dos estudos ligados à sociologia da religião, motivado pela crise da teoria da secularização, desencadeou embates entre especialistas e promoveu profundas mudanças dentro deste campo de estudos. Nesse processo, três linhas de abordagem sobre este tema se destacam: a linha de pesquisadores composta por sociólogos da religião que ainda defendem a visão clássica do processo de secularização da sociedade; os pesquisadores que questionam a própria existência do processo de secularização como fenômeno universal; e, por fim, os pesquisadores desse campo de estudos que buscam reformular a teoria da secularização a partir do diálogo com a tese da existência de múltiplas modernidades.

2.4.2 Secularização como lente para leitura do fenômeno religioso no século XXI

Dentre os sociólogos da religião que ainda adotam uma visão clássica da teoria da secularização para analisar a relação entre religião e sociedade contemporânea, destaca-se o sociólogo escocês Steve Bruce, que sustenta a posição de que ainda hoje existiria uma forte conexão entre os processos de modernização e secularização. Ao afirmar que o aumento do pluralismo religioso se mostra como uma das consequências do processo de secularização, Bruce (2016) retoma o argumento apresentado por Berger (1985) de que esse processo teria como consequência o surgimento de um mercado religioso, que, frente a uma grande disputa por fiéis, enfraqueceria a plausibilidade da religião nas sociedades modernas.

Apesar de reconhecer os avanços, nas últimas décadas, do surgimento de religiões alternativas que buscam a reconciliação entre o universo mágico/sobrenatural e leituras acerca da realidade social, o autor argumenta que esses movimentos não representam um retrocesso frente ao processo de secularização da sociedade, pois não seriam capazes de gerar uma “revitalização da presença” do religioso nas sociedades modernas (BRUCE, 2016, p. 182).

Em sua análise, o autor nota que as manifestações de espiritualidades no século XXI teriam como característica um alto grau de individualismo por parte da maioria de seus membros, já que tal maioria teria dificuldade em assumir o discurso religioso professado por esses grupos de maneira completa, vivendo uma espiritualidade customizada e que incorpora e exclui elementos das religiões à sua vida cotidiana conforme sua conveniência. Assim, o cenário religioso no início do

século XXI seria marcado pelo enfraquecimento das religiões, devido à pulverização e diminuição da sua influência sobre os fiéis, o que favorece a expansão do processo de secularização.

Portanto, para Bruce (2016), o processo de aumento da presença de manifestações religiosas, acompanhado do aumento da pluralidade entre essas instituições, no final do século XX e início do século XXI, representaria apenas mais uma etapa do longo processo de expansão da secularização no mundo ocidental.

2.4.3 Teoria da escolha racional no campo da religião

No outro extremo das discussões acerca da validade da teoria da secularização, há as leituras realizadas pelos sociólogos Finke (1997), Iannaccone (1998) e Stark (1999), que, no final do século XX, formularam a teoria da escolha racional da religião. Em seus estudos, estes pesquisadores trouxeram para o campo da sociologia da religião análises fundamentadas em axiomas e conceitos básicos da teoria econômica para explicar os fenômenos religiosos em nível macrossocial, os quais entendiam as noções de economia religiosa e mercado religioso como centrais.

O ponto de ruptura trazido pela teoria da escolha racional da religião frente à teoria da secularização consiste na defesa da existência de uma “demanda geral e inexaurível” de religião dentro de todas as sociedades, que variam muito pouco ao longo do tempo e espaço. Para explicar essa demanda, Stark (1999) parte do pressuposto de que a maioria dos seres humanos “quer religião”, uma vez que esta se configura como a única fonte plausível a certas demandas por bens intangíveis e não disponíveis aqui e agora para todos – por exemplo, a tão desejada vida após a morte. Assim, a teoria da escolha racional da religião, ao entender a demanda por ações e produtos religiosos como independente dos contextos históricos e culturais, desloca o foco de suas análises para a oferta de ações e produtos religiosos.

Finke (1997) analisa que, frente a contextos em que predominam a regulação e/ou imposição pelo Estado de uma determinada orientação sobre o tema, observa-se um arrefecimento do sentimento religioso, com adoção de expressiva parte da população de uma relação protocolar e menos fervorosa ao grupo religioso considerado oficial. Já em contextos em que predomina a desregulação religiosa, observa-se o aumento da pluralidade, com a presença de um maior número de grupos

religiosos atuando num determinado território, resultando em uma acirrada concorrência e, conseqüentemente, em uma maior dinamização deste mercado religioso.

O autor aponta que, para sobreviver em ambientes competitivos, os líderes das igrejas passariam a optar por empregar técnicas e estratégias de evangelismo mais atraentes e eficazes, adaptando-se às demandas de leigos e virtuais adeptos. Assim, esses novos atores religiosos que atuam em mercados desregulados não teriam escolha a não ser abandonar modos ineficientes de produção e produtos impopulares em favor de outros mais atraentes. Portanto, o pluralismo teria como consequência o acirramento da competição, tendendo a aumentar o volume e a diversificar e a “melhorar” o conjunto de bens e serviços produzidos pelos provedores religiosos.

2.4.4 Matizando a teoria da secularização

A partir das críticas sofridas pela teoria da secularização clássica nas últimas décadas do século XX e no início do século XXI, passou-se a debater sobre a pertinência de um modelo analítico que condicionava a modernidade a um processo histórico de secularização da sociedade, no qual a presença das religiões não seria admitida dentro do espaço público. Assim, vários pesquisadores da área, que ainda entendiam como válido o uso do conceito, passaram a defender uma nova perspectiva sobre esse processo, buscando evidenciar os seus limites.

O diálogo com a teoria das múltiplas modernidades, que possui como premissa a existência de traços comuns entre todas as sociedades modernas, que as diferenciam das sociedades pré-modernas, mas que, ao mesmo tempo, admitem que esse processo se daria de maneira distinta em diferentes partes do mundo, se mostrou fundamental para uma mudança de perspectiva entre sociólogos da religião. A partir dessa constatação, mesmo não negando a existência de um processo de secularização dentro da modernidade, muitos estudiosos, ao evidenciarem o hibridismo das práticas e dos discursos sociais que caracterizavam as sociedades no final do século XX, reconhecem a multiplicidade desse fenômeno. Ao levarem em conta, em seus estudos, a influência de atores regionais específicos em diferentes partes do globo, esses pesquisadores passaram a entender o processo vivido pelo ocidente (sociedades europeias) apenas como mais uma das múltiplas formas de

modernização que se desenvolvem e se cristalizam em diferentes regiões do mundo, o que permitiria a existência de diferentes arranjos ligados à presença de entidades e atores religiosos no espaço público, apresentando um cenário global que possibilitaria a existência de múltiplas secularizações (MONIZ, 2017).

Entre os estudos realizados nessa linha, destaca-se a obra da socióloga inglesa Grace Davie. Em seus trabalhos, a autora não questiona a existência de um efeito secularizante associado ao processo de modernização das sociedades, mas contesta a hipótese de que a religião é, terminantemente, incompatível com a modernidade (DAVIE, 2007).

Ao investigar, nas últimas décadas, o panorama religioso dos Estados Unidos, que apresenta um vibrante mercado religioso, com forte presença na vida pública, a autora lança um novo olhar sobre o fenômeno da secularização dentro das sociedades modernas. Assim, critica a teoria da secularização clássica, que, no seu entendimento, teria sido elaborada a partir da crença teleológica de que a secularização da sociedade ocidental se daria de forma unilinear e homogeneizante.

Em seus estudos, Davie (2006) ainda apresenta uma Europa secularizada, onde as religiões estão cada vez menos presentes no espaço público e o número de pessoas nativas adeptas a uma religião sofre grande redução, apenas como um caso excepcional, não se configurando como um exemplo, mas sim como exceção frente ao fato sobre como ocorre a relação entre religião e sociedade no resto do mundo na contemporaneidade. Tendo em vista esses exemplos, a autora argumenta que o processo de secularização “comporta diferentes arranjos onde a presença das religiões no espaço público não representaria necessariamente um problema, assim negando a incompatibilidade entre religião e modernidade” (DAVIE, 2007, p. 48).

O sociólogo espanhol José Casanova é outro importante nome da sociologia da religião que critica e aponta limites para a teoria da secularização clássica, mas sem negá-la por completo. Em seus trabalhos (1994, 2006 e 2007), o autor reflete sobre as incoerências de algumas análises no campo da sociologia da religião ligadas a uma visão radical da teoria da secularização e que se fundamentam na hipótese da existência de uma relação indissociável entre modernidade e eliminação da presença das religiões do espaço público.

Este autor salienta que o uso do termo secularização entre os estudos ligados à sociologia da religião, de maneira geral, mostra-se ambíguo e multivalente. A partir

dessa afirmação, apresenta três definições que buscam sumarizar as diferentes perspectivas adotadas pelos pesquisadores: i) secularização como diferenciação da esfera secular das instituições e normas religiosas; ii) secularização como declínio das crenças e práticas religiosas; e iii) secularização como marginalização da religião para a esfera privada.

A partir dessas conceituações, Casanova (1994) afirma que, mesmo em um contexto histórico que testemunha a crescente presença das religiões no espaço público, prevalece a tendência entre os sociólogos em utilizarem a terceira das definições listadas acima, advogando a necessidade da marginalização da religião à esfera privada. Esses estudos teriam como principal foco a análise do islamismo e de grupos religiosos classificados, arbitrariamente, como fundamentalistas por esses pesquisadores. Assim, sem um amplo conhecimento das complexidades de suas composições, especificidades e diversidades, esses grupos teriam suas doutrinas e práticas descritas como incompatíveis aos princípios democráticos, pois estariam ligados às ideias de “tradição” – entendida como algo do passado – e “superstição”, sendo apresentadas como contraponto ao “necessário” processo de secularização, que aparece, automaticamente, associado aos conceitos de “modernidade”, “racionalidade”, “ciência” e “progresso”.

Ao se opor à conceituação hegemônica, Casanova (1994) se aproxima da definição que compreende a secularização como diferenciação da esfera secular das instituições e normas religiosas, mas sem negar a possibilidade de que atores religiosos, assim como os demais grupos que compõem a sociedade, possam se expressar e influenciar decisões dentro do espaço público. Nesse cenário, vislumbra-se, em um Estado secularizado, a possibilidade da presença de movimentos e grupos de pressão religiosos, definidos pelo próprio autor como “religiões públicas” e que concorreriam em pé de igualdade por espaço, poder e recursos com grupos seculares na sociedade. Esta proposição sustenta que o Estado secularizado, ou Estado neutro, teria, entre outras, a função de garantir que nenhum grupo social, sendo religioso ou não, desfrutasse de privilégios.

Por sua vez, Taylor (2010), ao se dedicar a entender as sociedades multiculturais, apresenta três formas possíveis para se compreender o processo de secularização. A primeira é a tradicional separação entre Igreja e Estado, marcada pelos princípios do racionalismo e do liberalismo moderno. A segunda defende que a

secularidade consistia no abandono de convicções e práticas religiosas como as únicas possíveis de darem sentido à vida social. Por fim, a terceira forma de se entender a secularização, à qual o autor se dedica especialmente, é a compreensão da fé como um entre muitos outros elementos identitários, uma opção entre outras para significar a vida, o mundo, as relações humanas e a sociedade. Um ponto relevante em sua análise é o fato de esta evidenciar a necessidade de superação do binarismo que resume as discussões em posturas contra ou a favor dos processos de laicização e secularização da sociedade, entendendo essa polarização, trazida pelo conceito liberal de secularização, como uma falsa questão.

Em sua análise, Taylor (2011) discorda da adoção de posições que defendem que a razão pura (ou laica) deve ser a única a ter espaço na esfera pública. Para ilustrar seu argumento, afirma que, assim como uma lei não poderia ser justificada com argumentos do tipo “como diz a Bíblia...”, tampouco poderia ter argumentos como “Marx mostrou que a religião é o ópio do povo...” ou “Kant demonstrou que a única coisa boa sem qualificação é a boa vontade” (TAYLOR, 2011, p. 50). Portanto, o Estado laico não pode ser cristão, muçulmano ou judeu, mas também não pode ser marxista ou kantiano.

2.5 Sociologia da religião no Brasil

No contexto brasileiro, a sociologia da religião sofreu forte influência dos estudos realizados pelos autores clássicos e da teoria da secularização, bem como das suas críticas e reformulações, com essas abordagens sendo amplamente utilizadas para tentar compreender o complexo cenário do país, marcado pela diversidade e busca de segmentos religiosos por privilégios junto ao poder público.

Um dos pioneiros da sociologia da religião no Brasil foi o francês Roger Bastide (1971, 2006), que, em seus trabalhos, com forte base empírica, apresenta a identidade religiosa brasileira como produto de uma mesma matriz simbólica, fortemente influenciada pelas religiosidades afro-brasileiras e indígenas, que existem de maneira paralela, mas também no interior de uma tradição judaico-cristã trazida pelos colonizadores que buscavam, a todo custo, domesticar o sagrado em terras brasileiras.

Reforçam esta linha de análise os estudos sobre o catolicismo popular e as

religiões de matriz africana realizados por Prandi (1996). Este autor apresenta um cenário religioso pouco influenciado pelo processo de secularização e que nunca deixou de ser encantado e mágico para a grande maioria da população, especialmente entre as classes populares.

Outro destaque é a obra do sociólogo Antônio Flávio Pierucci, que toma como referência a teoria da secularização para analisar a tentativa, por parte de lideranças católicas, de naturalizar a presença dessa instituição dentro do espaço público no Brasil. Pierucci (1986) aponta que, mesmo em um Estado declaradamente laico, a partir da Proclamação da República (1889), as lideranças católicas se utilizaram, ao longo do século XX, de diferentes estratégias para manter e garantir novos privilégios frente às demais instituições religiosas. O argumento para tais reivindicações se alicerçava na convicção professada por essas lideranças da existência de uma “aliança mística Igreja-Nação”, que entendia o Brasil como país eternamente “condenado ao catolicismo”. Pierucci (1989) e Pierucci e Mariano (1992) também analisam o nascente ativismo político de grupos evangélicos na Constituinte de 1985 e nas eleições de 1990, apontando que, já neste período, lideranças desse segmento religioso buscavam desenvolver estratégias para concorrer no cenário nacional a privilégios até então obtidos apenas pela igreja católica.

Na última década do século XX e no início do século XXI, ganharam destaque no Brasil estudos que tinham o intuito de compreender a diminuição do número de católicos e o crescimento de evangélicos e sem religião. A princípio, para realizar a análise desse fenômeno social, os pesquisadores brasileiros passaram a dialogar com a tradição de estudos latino-americanos sobre religião que associavam essas mudanças à ausência institucional do catolicismo nas periferias dos grandes centros urbanos, que, em toda sua região, haviam, a partir da segunda metade do século XX, crescido de maneira desordenada devido aos grandes fluxos migratórios do campo para a cidade. Essa ausência se justificava em virtude da estruturação eclesial da igreja católica centralizada e burocrática e que não conseguia fazer frente à mobilidade dos deslocamentos populacionais, abrindo, assim, espaço para as ágeis redes evangélicas pentecostais (ANTONIAZZI, 2003; JACOB *et al.*, 2003).

Mas a consolidação da tendência de crescimento e intensificação da presença nos meios de comunicação, o ativismo político, o envolvimento em casos de intolerância religiosa, acusações de charlatanismo e exercício de medicina ilegal e

escândalos fiscais e políticos, entre outros acontecimentos envolvendo lideranças evangélicas pentecostais no início dos anos 1990, fomentaram o interesse dos estudiosos por esse segmento religioso. Assim, a partir desta década, observou-se um expressivo aumento do número de estudos voltados à compreensão da presença desse segmento religioso na sociedade brasileira.

Destacam-se, nesse período, os trabalhos realizados por Freston (1993) e Mariano (1999), que buscaram mapear o campo de estudos vinculados ao pentecostalismo brasileiro. Dando continuidade a essa linha de pesquisa, os trabalhos realizados por Mariano (2004, 2008), Oro (2001), Giumbelli (2001) e Siepierski (2004) buscaram compreender o perfil brasileiro contemporâneo, marcado pela mudança do padrão de pertencimento religioso da população, que, como poderá ser observado com mais vagar no próximo capítulo, deixou de ser associado à tradição e à herança familiar para se tornar uma questão de opinião pessoal e motivada por experiências subjetivas e singulares.

Esta mudança favoreceu o aumento da oferta de serviços religiosos e a intensificação da competição entre igrejas evangélicas pentecostais, instituições que se mostraram mais adaptadas ao novo cenário religioso, produzindo um dinâmico mercado dentro dessa vertente do cristianismo no Brasil. Nesse contexto, segundo Mariano (2008), as pesquisas que possuíam como referência a teoria da secularização passaram a ser questionadas, e os estudos ligados à teoria da escolha racional da religião ganharam espaço. Esta nova abordagem teórica, mesmo apresentando limites para a compreensão do contexto religioso brasileiro, possui como vantagem o fato de responder, de maneira mais satisfatória, às questões ligadas ao intenso dinamismo imposto pelo crescimento exponencial do número de denominações evangélicas independentes no país. Portanto, configura-se como uma importante ferramenta para complexificar as leituras simplistas que atribuem o crescimento dos grupos evangélicos no Brasil, exclusivamente, à ausência institucional da igreja católica nas periferias dos grandes centros urbanos.

Destacam-se, também, no contexto nacional, trabalhos como os de Giumbelli (2008) e Andrade e Teixeira (2014), que dialogam com as discussões realizadas por Casanova (1994) e Taylor (2010, 2011) ao chamarem a atenção para a necessidade de superar análises fundamentadas na teoria da secularização clássica, amplamente utilizada no país entre parte dos pesquisadores e em meios escolarizados que

entendem a presença de atores religiosos dentro do espaço público como ilegítima e contrária à modernidade. Apontam, ainda, a importância, no contexto brasileiro, de se pensar formas legítimas para que os atores religiosos, bem como atores de outros segmentos da sociedade, sejam ouvidos e possam participar dentro do espaço público de maneira legal e igualitária, mas sem que nenhum grupo, religioso ou não, desfrute de privilégio ou seja alvo de perseguição.

Por fim, cabe ressaltar novíssimas tendências sobre o panorama religioso brasileiro, como as indicadas pelo trabalho de Picolotto (2016) sobre os limites dos estudos que buscam categorizar o pentecostalismo no Brasil, tendo em vista que tais estudos não dariam conta de compreender as mudanças ocorridas dentro do grupo dos evangélicos nas duas primeiras décadas do século XXI. Neste contexto, ainda ganham destaque os trabalhos realizados por Souza e Arenari (2012), Novaes (2018) e Spyer (2020), que, a partir de análises microssociológicas, buscam compreender, para além da atuação de instituições e lideranças religiosas, a expressiva adesão às religiões pentecostais pelos extratos menos favorecidos da sociedade. Estas análises apontam que, dentro do campo de possibilidades apresentadas às populações das periferias dos grandes centros urbanos, as igrejas evangélicas se mostram como importante espaço de apoio, ao buscarem atender, em muitos casos a partir de métodos heterodoxos, às demandas ligadas à empregabilidade, ao combate à violência, à proteção das juventudes da criminalidade e à oferta de lazer, cultura e esporte, entre outros serviços, promovendo, nesses espaços, marcados pela ausência quase total de instituições governamentais, uma espécie de Estado de bem-estar social informal.

O próximo capítulo terá como objetivo apresentar o perfil religioso da população brasileira, no qual, para além da análise dos números das séries históricas do censo demográfico nacional sobre o tema, será realizado um diálogo com as teorias discutidas neste capítulo, buscando contextualizá-las ao cenário nacional. Portanto, pretende-se, a seguir, aprofundar as discussões apresentadas neste capítulo no intuito de obter uma maior compreensão sobre como as mudanças ocorridas nas últimas décadas impactam a relação dos brasileiros com a religião e, mais especificamente, como as juventudes, público-alvo do presente trabalho, vivenciam essas mudanças e, assim, compõem sua identidade religiosa.

CAPÍTULO 3 – O PANORAMA RELIGIOSO BRASILEIRO E O CRESCIMENTO DOS EVANGÉLICOS

Entender o campo religioso brasileiro, parafraseando o grande maestro Antônio Carlos Jobim, “não é para principiantes”. Esse exercício demanda investigação que vai além das análises estatísticas que apontam para o crescimento da diversidade religiosa e para uma transição dentro do campo cristão, com uma consistente diminuição do número de católicos e um aumento expressivo de evangélicos e daqueles sem religião. É que compreender os caminhos que levaram, nas últimas décadas, a essas mudanças religiosas e a suas consequências em diversos setores da sociedade passa pela análise da relação dos brasileiros com o sagrado.

E uma das grandes marcas da religiosidade brasileira reside no fato de que o país conviveu (e ainda hoje convive), ao longo de sua história, com a contradição entre, por um lado, os registros oficiais – que sinalizam um cenário religioso pouco diversificado, no qual predominaria o cristianismo com maioria católica – e, por outro, as inúmeras religiosidades não oficiais, produto de um diálogo entre as matrizes religiosas europeias e as religiosidades negras e indígenas que o processo de colonização buscou esconder. Segundo Holanda (1995), a própria relação do povo brasileiro com o catolicismo, que se apresenta avessa a cerimônias e à distância com os santos, Cristo e o próprio Deus, mostra essa faceta de cordialidade do brasileiro frente à religiosidade.

Tal contradição pode representar um primeiro passo para a análise dos motivos que levaram ao crescente número de pessoas que, nas últimas décadas, aderiram às religiões evangélicas pentecostais no Brasil e à própria pentecostalização do catolicismo, com a expansão da renovação carismática¹⁸. Segundo Alencar (2013), essa nova forma de vivenciar a religiosidade, surgida no início do século XX nos Estados Unidos, mas profundamente modificada no contexto brasileiro, encontra aqui terreno fértil por possuir características que dialogam com as preferências religiosas

¹⁸ A Renovação Carismática Católica (RCC), surgida no Brasil na década de 1970, sob influência da igreja católica estadunidense, possui como principais características as crenças no batismo pelo espírito santo, no dom de falar em línguas estranhas e nas curas milagrosas. A incorporação desses elementos e crenças no interior de sua ritualística a distingue das demais correntes do catolicismo e a aproxima do universo das igrejas evangélicas pentecostais a tal ponto que, em alguns casos, a única característica que a diferencia desse grupo é a permanência do culto mariano. Nesse sentido, quando se faz referência ao avanço do pentecostalismo no Brasil, devem-se incluir os católicos adeptos da renovação carismática.

da população, trazendo para o universo das religiões oficiais uma relação com o sagrado que marca a própria forma de o povo brasileiro se relacionar com manifestações de espiritualidade que, até então, existiam apenas de maneira clandestina. Dentre os elementos desse novo movimento religioso presente no interior do cristianismo, destacam-se a abertura para a manifestação do êxtase religioso e suas variantes; a capacidade de evocar uma relação com o sagrado, no qual os deuses estão mais próximos dos homens; e o entendimento de que os milagres constituem o fruto de trocas diretas entre fiéis e Deus, mediadas pelas lideranças religiosas.

Essas pistas, certamente, contribuem para a compreensão das razões que levaram à expansão do pentecostalismo observada nas últimas décadas, principalmente entre os grupos socialmente menos favorecidos. Como uma primeira aproximação do fenômeno, serão examinados, a seguir, dados da série histórica do censo demográfico brasileiro, dedicando uma maior atenção ao último censo, realizado em 2010 e que traz um retrato mais preciso dessas mudanças.

3.1 As mudanças no perfil religioso da população brasileira

A segunda metade do século XX, especialmente em seu último quartil, foi marcada pela aceleração do processo de transformação do perfil religioso da população brasileira, iniciado já no final do século XIX, com o fim do monopólio da igreja católica e a busca de um Estado Laico.

A destraditionalização e o aumento da diversidade religiosa no Brasil, segundo Mariano (2013), são evidenciados pelos dados apresentados nas séries históricas do censo demográfico. Entre 1980 e 2010, o número de católicos na população caiu de 89,2% para 64,6%, diminuição de 24,6 pontos percentuais, deixando o catolicismo de ocupar o lugar simbólico da “religião dos brasileiros” para assumir o posto de “religião de maioria”, mas longe de ser hegemônica, como informa Mafra (2013). Na contramão desse processo, verifica-se o expressivo aumento do número de evangélicos, que passaram de 6,6% para 22,2%, apresentando, ao longo do período, um crescimento de 15,6 pontos percentuais. Mariano (2013) aponta, ainda, como sinal da redução da influência do catolicismo sobre a sociedade brasileira, o fato de que, ao longo da última década, houve, pela primeira vez na história, a redução do número absoluto de

católicos no Brasil, que passou de 125,5 milhões para 123,3 milhões.

Outro sinal importante desse processo de destraditionalização das religiões no Brasil é o expressivo aumento do grupo de pessoas que se declaram sem religião, que, entre 1980 e 2010, quintuplicou de tamanho, passando de 1,6% a 8,1% (15,3 milhões de indivíduos). No intuito de melhor compreender esse último grupo, o censo de 2010 inovou ao discriminar as pessoas que se declaram ateus (615.096) e aqueles que se dizem agnósticos (124.436). A explicitação do lugar ocupado por ateus e agnósticos, que, somados, representavam pouco mais de 10% do grupo que se declara sem religião, leva à pergunta de qual seria a relação dos demais membros desse grupo com a dimensão da espiritualidade, tendo em vista que o fato de se declarar sem religião não significa indiferença às autoridades eclesíásticas (MARIANO, 2013).

Entre as tentativas de explicar a relação das pessoas que se declaram sem religião com a espiritualidade no seio das classes populares, destaca-se a hipótese de Mariz (2012) de que o crescimento das igrejas evangélicas teria acarretado, entre os brasileiros, uma expressiva mudança na própria concepção do que significa “ter uma religião”. A autora argumenta que, no mundo evangélico (pentecostal e protestante histórico), identificam-se como membros de uma igreja apenas os indivíduos que, de fato, participam de uma comunidade religiosa, na qual ter uma religião está intimamente ligado à frequência a uma igreja.

Portanto, ao contrário do que ocorre entre os católicos, se alguém nasceu em um lar evangélico ou se tornou evangélico ao longo da vida, mas parou de frequentar a igreja por um longo período, em geral, essa pessoa passa a se declarar como “sem religião”. Mariz (2012) argumenta que, nesse grupo, o termo “sem religião” é entendido como sinônimo de “desviado”, categoria nativa utilizada para designar uma pessoa cuja socialização, posições ideológicas e valores são fortemente influenciados pelo “mundo evangélico”, mas que não mais frequenta ou segue as doutrinas de uma denominação em particular. Hipótese que, se confirmada, aumentaria ainda mais o grau de influência da religião evangélica sobre a população brasileira.

Com relação às religiões que não compõem o grupo das classificadas como cristãs, como o espiritismo e as afro-brasileiras, observou-se, entre os anos de 1980 e 2010, um tímido crescimento, passando de 2,5% para 5% da população, mas que não se deixa apresentar como um indicador da expansão do pluralismo religioso no

Brasil dentro das estatísticas oficiais. Como consequência, entre 1980 e 2010, a proporção de cristãos (católicos e evangélicos) entre os brasileiros diminuiu de 89,5% para 86,8%, representando uma queda de 2,7 pontos percentuais.

Entre os grupos considerados não cristãos, os espíritas representavam 40%, passando de 1,3% da população (2,3 milhões) no censo de 2000 para 2% da população brasileira (3,8 milhões) em 2010, representando um crescimento de 70%, algo bastante expressivo se comparado ao crescimento vegetativo da população nesse período, que foi de 12%.

Recentemente, as tendências apresentadas pelo censo de 2010, que sinalizavam para a destradicionalização do campo religioso brasileiro, com a diminuição do número de católicos e o crescimento dos evangélicos e sem religião, foram confirmadas por pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha¹⁹ em 2019. Os resultados apontam que 50% da população brasileira se declaram católicos e 31%, evangélicos. 10% disseram não ter religião. 3% são espíritas, 2%, pertencentes a religiões de matriz africana e 1%, ateus. 2% responderam outras.

Essa última pesquisa destaca, ainda, que o percentual de crescimento dos evangélicos é maior entre os jovens (15 a 29 anos) e entre pessoas de meia-idade (30 a 45 anos), bem como entre as mulheres e os negros. Já no quesito renda, católicos e evangélicos pentecostais apresentavam perfis socioeconômicos semelhantes, com ambos os credos ostentando maior concentração de adeptos entre os mais pobres. Esses dados encontram confirmação em estudos realizados ao longo da última década (SOUZA; ARENARI, 2012; NOVAES, 2018; SPYER, 2020) e que, ao examinarem marcadores sociais ligados à classe social, gênero e raça, demonstram que os adeptos do pentecostalismo são, predominantemente, pobres, negros, jovens, mulheres e portadores de baixa escolaridade. Em busca de explicação para o fenômeno, os autores argumentam que, em razão de seu perfil social, esses grupos são alvos recorrentes de violência e discriminação social por parte da sociedade brasileira, encontrando na conversão às religiões evangélicas pentecostais tanto uma forma de enfrentamento de sua condição de cidadania incompleta quanto um meio de luta por ascensão social.

¹⁹ Com a não realização do censo demográfico em 2020, devido ao agravamento da pandemia causada pela Covid-19, os dados apresentados por pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha entre os dias 5 e 6 de dezembro de 2019, que ouviu 2.948 pessoas em 176 municípios brasileiros, se mostraram como a fonte que mais se aproxima de uma visão censitária do perfil religioso brasileiro na última década.

Na tentativa de melhor cernir e compreender o grupo religioso que mais cresceu no país nas últimas décadas, buscar-se-á refletir sobre: (i) quem são os evangélicos brasileiros; (ii) como eles caminham na direção de superar, numericamente, os católicos no futuro próximo; (iii) quais são as principais mudanças que trazem para a sociedade brasileira no que tange à visão de mundo e relação entre Estado e religião; e (iv) qual é o impacto das igrejas evangélicas sobre as juventudes brasileiras e seus valores e comportamentos.

3.2 Evangélico ou evangélicos: o crescimento do número de evangélicos no Brasil e sua diversidade

No Brasil, segundo o censo de 2010, os evangélicos já correspondem a 22,2% da população. Projeções – como a realizada por Alves, Barros e Cavenaghi (2012) – indicam que, caso esse grupo mantenha o ritmo de crescimento, terá, ainda na primeira metade do século XXI, ultrapassado o catolicismo em número de fiéis. Mas uma análise refinada dos dados apresentados pelas séries históricas do censo demográfico, em diálogo com a caracterização dos evangélicos no Brasil, aponta para a diversidade que marca esse grupo, que está longe de apresentar consenso no que se refere a doutrinas, crenças, ritos e posicionamento ideológico e que ostenta profundos conflitos e franca disputa entre as denominações que o integram.

Spyer (2020) salienta que raras são as pessoas pertencentes às classes médias, inclusive os acadêmicos, que conseguem distinguir um protestante histórico, um pentecostal e um neopentecostal, classificando-os, genericamente, como “evangélicos”. No entanto, para este autor, é fundamental que se estabeleçam as especificidades de cada caso, se se quer compreender, por um lado, o sucesso do pentecostalismo, do neopentecostalismo e da sua teologia da prosperidade entre as camadas mais empobrecidas e moradoras de periferias, mas, também, por outro, a predominância entre as classes médias e escolarizadas do protestantismo histórico.

No censo de 2010, os evangélicos, que, como já foi informado, compõem 22,2%, se apresentavam subdivididos em três grandes grupos – “evangélicos de missão/históricos” (4%), “evangélicos pentecostais” (13,3%) e “evangélicos não determinados” (4,7%) –, que, por sua vez, se subdividem em centenas de igrejas que se organizam de maneira autônoma e que serão analisadas mais adiante neste

capítulo.

A diversidade dentro do próprio grupo dos pentecostais se mostra como outro ponto que merece atenção. Como observa Mariano (1999), o pentecostalismo no Brasil nunca se apresentou como grupo homogêneo, corroborando estudo de Giumbelli (2001), que salienta a dificuldade de classificar as igrejas pentecostais, tendo em vista sua grande “diversidade interna”.

O termo genérico encobre, portanto, uma pretensa unidade entre os evangélicos, que se distinguem em vários pontos, a começar pela resistência de parte de lideranças religiosas ligadas às igrejas protestantes históricas ou de missões em admitir as igrejas pentecostais (especialmente aquelas denominadas neopentecostais) como componentes do grupo dos evangélicos, em razão do alto grau de inovação e incorporação em seus cultos de elementos da espiritualidade popular brasileira (fortemente influenciados pelas tradições indígenas e africanas) e da transgressão dos textos bíblicos cometida por esses grupos.

Outro fator que merece destaque é a desaceleração do crescimento das igrejas pentecostais no último censo. Em 2010, elas representavam a maioria absoluta dos evangélicos brasileiros (60%), com 25,4 milhões de adeptos, o que significava, naquele ano, 13,3% da população brasileira, tendo ocorrido um crescimento de 44% (número quase quatro vezes maior do que o crescimento vegetativo da população entre 2000 e 2010). No entanto, esses números significam uma forte diminuição da expansão dessas igrejas, quando comparados aos dados dos censos demográficos das décadas anteriores: 1991 (aumento de 111,7%) e 2000 (aumento de 115,4%).

Por fim, chama a atenção o crescimento do número de evangélicos não determinados com o surgimento de igrejas evangélicas que não se enquadram em nenhuma das categorizações apresentadas. Esse fenômeno pode ser entendido como sinal de resistência – no interior do próprio grupo dos evangélicos – ao posicionamento adotado por certas lideranças carismáticas que buscam exercer forte dominação sobre os fiéis, em áreas como sexualidade, política, educação e finanças.

Tudo isso indica que não se trata de um grupo coeso, mas sim de um movimento difuso que se localiza em um amplo espectro de denominações que, por vezes, se distinguem por completo umas das outras. É nesse sentido que se deve privilegiar a expressão “evangélicos” no plural, que demanda a continuidade de estudos que permitem entender mais profundamente essa diversidade.

Assim, serão apresentadas, em seguida, algumas das facetas dessa diversidade que caracteriza esses grupos, buscando examinar e entender suas dinâmicas no seio da sociedade brasileira.

3.3 Histórico e desenvolvimento dos evangélicos no Brasil

Segundo Matos (2006), a presença de evangélicos na América do Sul ocorreu ainda no século XVI, com a chegada de missionários huguenotes franceses, que, perseguidos em seu país de origem, migraram para terras recém-descobertas. Porém essas missões não prosperaram devido a dificuldades encontradas no território e à perseguição da coroa portuguesa. Já a instalação das primeiras igrejas protestantes no Brasil ocorreu ainda no período colonial, durante o domínio holandês no nordeste (1637-1644), com a fundação de 22 igrejas na região, sendo a maior delas instalada no Recife. Mas a empreitada dessa missão cristã reformada foi encerrada com a reintegração dessas terras à coroa portuguesa, após o fim da Guerra da Retomada (1668).

Ainda segundo Matos (2006), a permissão da coroa portuguesa – Estado-nação declaradamente católico – para a presença oficial de pessoas que professavam a fé evangélica ocorreu somente durante o período joanino (1808-1821). Com a abertura dos portos, inicia-se a chegada de imigrantes – principalmente de origem britânica – que instalam nestas terras a primeira Igreja Anglicana (1810). Essa presença se intensificou com a declaração da Independência do Brasil e a promulgação da Constituição de 1824, que permitia a concessão de certos benefícios aos evangélicos. Nesse período, instalaram-se, no Brasil, igrejas de origem germânica (Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil, em 1824) e norte-americana (Igrejas Batista e Metodista, em 1871, e Adventista, em 1890), fundadas no sudeste e sul do país por imigrantes que fugiam de conflitos em sua terra natal.

O advento da República, em 1889, trouxe a liberdade religiosa com a separação legal entre Estado e igreja, além da garantia do pleno exercício da fé. Mas esse novo cenário de desregulamentação do mercado religioso e da quebra do monopólio da igreja católica não representou grande expansão do protestantismo histórico no Brasil, mantendo-se ligado a certos grupos étnicos e a setores da classe média que não se caracterizavam por realizar expressivos movimentos de

proselitismo, com o protestantismo apresentado reduzido o poder de atração frente aos membros das classes populares. Uma das possíveis explicações para o pequeno crescimento dessas igrejas ao longo do século XX seria o fato de se mostrarem próximas das teologias reformadas tradicionais, caracterizando-se por aquilo que Bastide (2006) chamou de “domesticação do sagrado”, com seus cultos, crenças, doutrinas e valores morais orientados por um alto grau de racionalidade.

A esse respeito, Holanda (1995) relata que um pastor anglicano que atuava no Brasil à época afirmava que sua igreja lucraria mais caso se entregasse à superstição e à influência popular, em vez de buscar disciplinar a população, evidenciando a quase impossibilidade da implantação, aqui, de formas rigorosas de cultos ligados às seitas nórdicas. De fato, não é difícil imaginar o baixo poder de atração de um discurso religioso altamente intelectualizado, que tinha como principal fundamento a livre interpretação da Bíblia, sobre uma população majoritariamente pobre e analfabeta, formada, em grande parte, por ex-escravos e seus descendentes, sem acesso a condições mínimas de educação, alimentação e moradia e que esposava a crença em um mundo mágico no qual santos, orixás e divindades indígenas ajudariam a “manipular” um mundo social extremamente injusto.

Esse histórico transparece nos próprios dados estatísticos sobre a presença desses grupos religiosos no Brasil contemporâneo. No censo de 2010, os protestantes históricos ou de missões contavam com 7,7 milhões de pessoas (4% da população), com um crescimento de 10,8% entre os anos de 2000 e 2010, ou seja, abaixo do crescimento vegetativo da população brasileira, e apresentando forte tendência de queda quando comparado ao crescimento de 58,1% experimentado por essas igrejas na década anterior. Em números absolutos, as igrejas evangélicas históricas cresceram 91% em 30 anos (1980-2010), resultado ínfimo se comparado ao apresentado pelo grupo dos pentecostais (556%) e pelos “sem religião” (685%) nesse mesmo período.

Entre as igrejas que perderam adeptos na última década, podem ser citadas: Igreja Evangélica Luterana, de 1.062.144 para 999.498 (-5,9%); Igreja Evangélica Congregacional, de 148.840 para 109.591 (-26,4%); e Igreja Evangélica Presbiteriana, de 981.055 para 921.209 (-6,1%). Esses dados confirmam a análise de Pierucci (2004), que estima que, assim como a igreja católica, nas últimas décadas, as igrejas protestantes históricas ou de missões vêm perdendo fiéis devido à forte concorrência

das igrejas pentecostais.

Para fazer frente a essa concorrência, algumas dessas denominações vêm passando por um processo de pentecostalização ao admitirem, e por vezes estimularem, experiências emocionais entre seus fiéis, como o batismo pelo espírito santo e a glossolalia, entre outros elementos que caracterizam o pentecostalismo. O exemplo mais exitoso desse processo foi verificado na Igreja Batista (ou nas Igrejas Batistas)²⁰, que, ao promover tais mudanças teológicas, apresentou um crescimento de 17,7% no censo de 2010 e se consolidou como a igreja protestante histórica do Brasil com o maior número de membros: 3.723.853 adeptos, ou seja, 61% dos protestantes históricos do Brasil.

3.3.1 O pentecostalismo no Brasil: origens e expansão

O cenário de desregulamentação religiosa e a quebra do monopólio da igreja católica favoreceram, já nas primeiras décadas do século XX, a instalação e consolidação da presença no Brasil de grupos evangélicos pentecostais recém-surgidos nos Estados Unidos²¹. Desde o início de sua atuação no Brasil, estes grupos adotaram estratégias de expansão, tais como a rápida formação de lideranças religiosas²² locais, o amplo movimento de proselitismo para captar adeptos e a adoção de uma cosmovisão que estimulava a relação direta e mágica entre fiéis e divindade. Essa última característica pode ser apontada como um dos principais elementos responsáveis por seu sucesso no Brasil, pois se aproxima das preferências e

²⁰ No atual panorama religioso brasileiro, existe uma grande diversidade de grupos denominados como Batistas, a saber: Convenção Batista Brasileira, Convenção Batista Nacional, Convenção das Igrejas Batistas Independentes, Convenção Batista Renovada, Associação das Igrejas Batistas Regulares do Brasil, Comunhão Batista Bíblica Nacional e muitas outras Igrejas Batistas independentes que não estão ligadas a nenhuma convenção ou associação.

²¹ As análises sobre o surgimento do pentecostalismo nos Estados Unidos fornecem pistas importantes para a compreensão do forte crescimento dessa vertente dos evangélicos no Brasil. É que o movimento realizado pelo pentecostalismo brasileiro se assemelha àquele ocorrido nos Estados Unidos, onde nasceu entre as classes populares desacreditadas pelas elites e ganhou, posteriormente, espaço junto a outros setores da sociedade, acarretando mudanças entre as próprias religiões então hegemônicas. A figura de William Seymour – pastor pobre, negro e com baixa escolaridade –, que, mesmo sofrendo preconceito dentro dos meios evangélicos, logrou fundar a primeira igreja pentecostal norte-americana e ver sua obra missionária se espalhar por várias partes do mundo, simboliza a imagem de inúmeras lideranças religiosas pentecostais espalhadas pelas periferias das grandes cidades brasileiras.

²² Cabe lembrar que a crença na conexão direta entre Deus e os homens isenta essas lideranças de longos processos de formação acadêmica baseados em estudos teológicos, como os que caracterizam a formação de lideranças religiosas do protestantismo histórico e do catolicismo. De fato, para o movimento pentecostal, qualquer pessoa, independentemente de sua formação teológica, pode se tornar um missionário caso, segundo essa cosmovisão, seja chamado por Deus para realizar essa obra.

demandas religiosas da população nativa, o que proporcionou a essas igrejas um expressivo crescimento, já nas primeiras décadas do século passado.

Face ao complexo quadro apresentado pelo movimento pentecostal brasileiro, as análises do fenômeno exigem grande esforço dos sociólogos da religião, no sentido de formular categorias que permitam compreender essas dinâmicas em escala societária, em particular as semelhanças e diferenças entre as centenas de denominações religiosas pentecostais existentes no Brasil que, como Campos Jr. (1995) afirma, se reproduzem por “cissiparidade”. Assim, estudos importantes realizados por autores como Freston (1993), Mariano (1999), Oro (2001), Giumbelli (2001) e Alves, Barros e Cavenaghi (2012) buscaram analisar o amplo espectro de igrejas que compõem o ramo pentecostal no Brasil.

Uma das primeiras propostas sistemáticas de categorização desse movimento religioso, que, devido à sua importância, passou a servir de base para grande parte das investigações sobre o tema, foi formulada por Freston (1993). Este autor se utiliza da metáfora das três ondas para classificar as igrejas pentecostais a partir de uma evolução temporal e de sua diversificação.

A primeira onda do pentecostalismo no Brasil

Segundo Freston (1993), a primeira onda do pentecostalismo no Brasil, ou pentecostalismo clássico (MARIANO, 1999), agrega as primeiras igrejas oriundas dos Estados Unidos, que aqui desembarcaram no início do século XX, tendo como representantes as Igrejas Cristã do Brasil e Assembleia de Deus. Os pontos de convergência que permitem classificar essas instituições como pertencentes à primeira onda do pentecostalismo brasileiro são: o “anticatolicismo”, o sectarismo radical, o ascetismo e a rejeição dos valores “mundanos”, a crença no batismo do espírito santo evidenciado pelo “dom de falar em línguas estranhas (glossolalia)” e a pregação do retorno de Cristo e da salvação. Mas, para além das semelhanças, essas duas igrejas apresentam peculiaridades em sua fundação e no seu desenvolvimento, o que as colocam em posições distintas no cenário atual.

A Congregação Cristã do Brasil, primeira igreja pentecostal a chegar ao país, em 1910, foi instalada na cidade de São Paulo, apresentando expressivo crescimento ao longo do século XX em todo o território nacional e se configurando, hoje, como a

segunda maior denominação pentecostal do Brasil, com 2.289.634 membros. Mas a análise do seu desempenho na última década aponta tendência de queda no número de fiéis, com perda de 8% entre os anos de 2000 e 2010. Mariano (2013) argumenta que uma das possíveis justificativas para essa queda é a resistência de suas lideranças em romper com o tradicionalismo de suas doutrinas, que ainda exerce forte influência na vida prática dos fiéis.

Já a Assembleia de Deus – segunda igreja pentecostal a chegar ao Brasil, em 1911, na cidade de Belém, no Estado do Pará – se caracterizava, no momento de sua fundação, por uma rigorosa doutrina imposta a seus membros em relação a usos e costumes cotidianos. Entretanto, ao longo das últimas décadas, buscou se modernizar, flexibilizando, quando não abolindo, regras rígidas, como o acesso à televisão e à internet, métodos contraceptivos, entre outros bens frutos da modernidade. Mais recentemente, algumas de suas lideranças adotaram estratégias surgidas em igrejas neopentecostais para atrair novos fiéis, como a utilização de técnicas modernas de *marketing*, o “televangelismo” e forte ativismo político. Estratégia bem-sucedida, o censo 2010 apontou a Assembleia de Deus como a igreja evangélica com maior número de adeptos no país, com 12.314.410 membros, o que corresponde a 48,5% do total de pentecostais brasileiros. Mas, segundo Mariano (2013), há controvérsias nesses dados, pois as pesquisas do autor sinalizam para a existência de uma diversidade de subdenominações no interior da Assembleia de Deus, com histórias, lideranças e envergadura distintas, sendo que as mais importantes se encontram vinculadas a duas grandes convenções nacionais rivais entre si.

A segunda onda do pentecostalismo no Brasil

Após dominarem o cenário pentecostal brasileiro nas décadas de 1930/1940, expandindo-se para várias áreas do território nacional, a Assembleia de Deus e a Igreja Cristã do Brasil passaram a sofrer, nos anos 1950, a concorrência de novas igrejas do ramo pentecostal. Essas igrejas, ainda que surgidas do movimento de expansão e desmembramento das igrejas pentecostais já existentes, foram classificadas por Freston (1993) como da segunda onda do pentecostalismo brasileiro, em razão de seu grau de inovação e de suas peculiaridades. Suas principais representantes são: Igreja do Evangelho Quadrangular, Deus é Amor e Brasil para

Cristo. Constituem denominadores comuns entre elas: a ênfase no poder divino de cura, a “crença na libertação espiritual das forças malignas”, a “benção por imposição das mãos”, a “unção de óleo” e a apropriação das “mídias modernas”.

Assim como na primeira onda, as igrejas que compõem a segunda onda do pentecostalismo brasileiro se distinguem entre si de forma substancial. A Igreja do Evangelho Quadrangular – que no censo de 2010 contava com 1.808.389 fiéis, com tendência de crescimento – se caracteriza por adotar doutrinas flexíveis no que tange a vestimentas e costumes, pelo investimento em áreas artísticas e culturais modernas (música, teatro e dança), pelo ativismo político e pela forte presença feminina entre suas lideranças. Já a Igreja Brasil para Cristo se notabilizou, nas décadas de 1960 e 1970, por ser a pioneira em realizar cultos em espaços seculares alugados, como cinemas, teatros, ginásios e estádios. Nesse período, devido à sua rápida expansão, mereceu forte atenção da mídia e das autoridades. Nas últimas décadas, em razão de dificuldades encontradas para se adaptar à modernidade e fazer frente à concorrência de novas igrejas, perdeu fiéis, contando, no censo de 2010, com apenas 196.665 membros e apresentando tendência de queda.

A terceira representante é a Igreja Deus é Amor, que se notabilizou por ser a pioneira na utilização de emissoras de rádio para promover a evangelização, tornando-se proprietária de várias empresas deste setor. Com relação às questões ligadas a costumes, é reconhecida, dentro e fora do meio evangélico, por sua forte resistência ao processo de modernização da sociedade e por submeter seus fiéis a uma rígida doutrina, que inclui proibição de assistir à TV, do uso de anticoncepcionais, de namoro e casamento com pessoas de fora da igreja, da prática de esportes e do porte de armas e de restrições de vestimentas e cortes de cabelo, entre outras. No censo de 2010, contava com 845.383 fiéis, apresentando um crescimento de 9,1% com relação ao censo demográfico anterior. Uma possível explicação para essa expansão – que, mesmo abaixo do crescimento vegetativo da população, é notável, dadas suas características – seria sua forte aceitação por parte de segmentos conservadores das classes populares que veem, em suas rígidas doutrinas, uma forma de proteger as famílias dos “males” da modernidade, tais como a violência, o uso de drogas e a sexualidade considerada como desregrada.

A terceira onda do pentecostalismo no Brasil

A terceira onda do pentecostalismo brasileiro, também conhecida como neopentecostalismo (MARIANO, 1999), teve início com a fundação da IURD, em 1977. Autores relevantes que se dedicam ao estudo dos evangélicos no Brasil (FRESTON, 1993; MARIANO, 1999; ALVES; BARROS; CAVENAGHI, 2012; GIUMBELLI, 2001; ORO; ALVES, 2013) encaram esse movimento como uma continuidade das igrejas pentecostais da primeira e da segunda ondas, por incorporar em suas práticas características das denominações que o antecederam, como a crença nos dons do espírito, a glossolalia e as curas milagrosas. Mas também registram, nessa terceira onda, certo diferencial inovador, à medida que essas igrejas adotam, em suas missões evangelizadoras, o “televangelismo”, técnicas de *marketing* com campanhas temáticas (prosperidade, empresários e cura de vícios, entre outras) e novas abordagens teológicas, como a teologia da prosperidade e a teologia do domínio.

Freston (1993, p. 95) argumenta que as igrejas da terceira onda surgiram, no país, em um contexto de modernização da “comunicação de massas”, de aprofundamento da industrialização e urbanização (“inchamento urbano”), de “crise do catolicismo”, de “crescimento da umbanda” e da “estagnação econômica dos anos 1980”. No que se refere à utilização da mídia, esse grupo de igrejas aprofundou o processo iniciado pelas igrejas da segunda onda, com a ocupação dos mais variados meios de comunicação. Para isso, investiu-se na produção de programas televisivos que buscavam tanto a conversão dos telespectadores quanto angariar recursos para suas obras religiosas, o que explicaria, em parte, segundo Freston (1993), a grande atenção que os meios de comunicação tradicionais dedicaram a essas igrejas. O maior exemplo desse processo foi vivido pela própria IURD, que, nos anos 1980, após grande expansão, iniciou a compra de empresas no ramo das comunicações, o que resultaria em um império que conta, atualmente, com uma emissora de TV, 30 emissoras de rádio, dois jornais impressos, uma editora, um banco, uma gravadora, uma construtora e milhares de imóveis (SIEPIERSKI, 2004).

Oro (2001), em seus estudos, afirma que as igrejas da terceira onda inovaram ao veicular cultos em rede nacional que davam ênfase à promoção de milagres, a exorcismos midiaticizados e a promessas de riqueza. Em seus programas, os pastores

realizam pregações que dialogam diretamente com a cultura e a religiosidade brasileira, principalmente com o catolicismo popular, o espiritismo e as religiões afro-brasileiras, a partir de leituras baseadas em forte apelo emocional e que, por vezes, resultam no estímulo à discriminação das religiões não evangélicas, de maneira mais incisiva ao candomblé e à umbanda.

A partir de uma interpretação particular do conceito de guerra espiritual, muito presente na cosmovisão das denominações evangélicas, as igrejas da terceira onda realizam leituras das mais diversas dimensões da vida, fazendo dos demônios os causadores do endividamento, do desemprego, de conflitos familiares, de problemas de saúde e de vícios e demais mazelas que afligem as populações mais vulneráveis. Para Spyer (2000), é perceptível a afinidade eletiva entre o discurso político ultraliberal e a visão de mundo das igrejas neopentecostais, já que em ambos se nega a conexão entre a pobreza e as estruturas sociais desigualitárias. Assim, relacionam a ausência de prosperidade na vida dos fiéis à sua falta de agência, tanto na vida espiritual quanto na vida profissional, associando elementos religiosos a um discurso de autoajuda.

No campo da política, suas lideranças buscam transformar a influência que exercem sobre os fiéis em capital político. Como assevera Mariano (1999), esses grupos rompem em definitivo com a postura apolítica das lideranças evangélicas até então cristalizada na máxima “crente não se envolve com política”, buscando substituí-la pelo imperativo “irmão vota em irmão” e partindo do princípio de que os cristãos devem estar presentes em todas as esferas da sociedade, levando para estes espaços sua visão de mundo.

Como estratégia para promover, junto aos fiéis, essa mudança de perspectiva face à política, as lideranças neopentecostais – ao lado de outras igrejas do ramo pentecostal – se utilizam da teologia do domínio, que, no campo da política²³, reivindica lugar especial para os evangélicos que estariam mais “próximos de Deus” e seriam mais aptos a levar o país à prosperidade e a afastar da sociedade os males da modernidade (FREESTON, 2020). Com o sucesso da eleição de seus representantes a diversas esferas de poder político, essas igrejas passaram a influenciar, expressivamente, a formulação de políticas públicas, especialmente no

²³ O livro **Plano de poder**: Deus, os cristãos e a política, escrito pelo líder da Igreja Universal, Edir Macedo, e por Carlos Oliveira e publicado em 2008, é um bom exemplo do ativismo político das lideranças evangélicas neopentecostais. Nessa obra, o bispo apresenta argumentos bíblicos para justificar a entrada dos evangélicos na política, afirmando que não se trata de uma escolha, mas sim de um chamado de Deus.

campo de educação e da ciência, como poderá ser observado no próximo capítulo, na forma de ações que, em muitos casos, chegam a ferir o caráter de laicidade do Estado e a impor desafios à democracia brasileira.

A terceira onda do pentecostalismo no Brasil se caracteriza, ainda, pela teologia da prosperidade, que difunde a “crença” de que o cristão deve ser próspero, saudável, feliz e vitorioso em seus empreendimentos terrenos, se distanciando das doutrinas ligadas ao “uso de costumes de santidade”, e que prega uma vida ascética e modesta, constituindo-se como tradicional símbolo de conversão e pertencimento ao pentecostalismo no Brasil (MARIANO, 2004, p. 123). Seus pastores se apresentam como guias que mostram aos fiéis caminhos para realizar o pacto com Deus, estimulando-os a efetuar sacrifícios financeiros para não mais pedir, mas sim exigir de Deus o sucesso econômico e sentimental, postura esta que desperta muitas críticas a essas igrejas, inclusive por membros da comunidade evangélica.

Spyer (2020), ao investigar a adesão de famílias pobres a igrejas que adotam a teologia da prosperidade, assinala existir uma relação real, mesmo que limitada, entre a conversão e uma melhora significativa na qualidade de vida. Um fato que poderia explicá-lo: a conversão dos fiéis se faz acompanhar, de um modo geral, do abandono de vícios e da vida desregrada, da diminuição da violência doméstica e de uma postura de maior disciplina e ambição ligadas à aquisição de bens materiais. Este último aspecto leva os fiéis a acreditarem que o sucesso financeiro é sinal da manifestação do poder de Deus em suas vidas. Nesse quesito, destaca-se o estímulo, por parte dessas igrejas, a uma visão empreendedora que leva Spyer (2020) a classificar as igrejas neopentecostais como uma versão religiosa do neoliberalismo.

Sobre as críticas que acusam os adeptos dessas igrejas de alienação política e de abraçarem uma fé interessada, Spyer (2020) defende que essa postura trata-se de uma faceta do preconceito de classe que, historicamente, as elites econômicas e culturais brasileiras alimentam contra as populações pobres, o que reverbera, especialmente, sobre os pentecostais e neopentecostais, qualificados, de forma implícita, como pobres que não sabem ocupar o seu lugar por não se conformarem com sua condição de pobreza e aspirarem a bens materiais e frequentarem espaços e desfrutarem de serviços até então restritos aos grupos favorecidos.

No que se refere ao número de fiéis das igrejas neopentecostais no Brasil, as quatro principais denominações que compõem esse segmento, somadas, não

chegaram a representar 5% do grupo dos evangélicos no censo de 2010. Portanto, apesar de sua grande presença simbólica na sociedade e de serem tomados por pessoas alheias ao meio evangélico, como símbolo dessa religião, os neopentecostais não se constituem, nem de longe, como grupo majoritário entre os evangélicos. A esse respeito, aliás, a IURD surpreendeu ao romper com seu histórico de crescimento, apresentando uma perda de 9,5% (228 mil) de seus fiéis, em comparação com o censo de 2000, contando com 1,8 milhão de fiéis no censo de 2010. Segundo Camurça (2013), uma das possíveis causas desse fenômeno residiria nas sucessivas fragmentações e lutas fratricidas travadas entre suas lideranças, muitas das quais acabam por abandonar as instituições de origem e fundar outras igrejas com características similares.

A primeira fragmentação sofrida pela IURD ocorreu em 1980. Em razão de divergências teológicas e de estratégias de expansão, Romildo Ribeiro Soares, um de seus fundadores, abandonou a Igreja Universal, criando, nesse mesmo ano, a Igreja Internacional da Graça de Deus (IIGD), que se consolida, entre as décadas de 1990 e 2000, como outra gigante do ramo neopentecostal brasileiro, contando, em 2010, com 356 mil membros, com forte tendência de crescimento. Outra ruptura significativa ocorreu com o desligamento do pastor Valdemiro Santiago, importante líder missionário da IURD que, em 1998, fundou a Igreja Mundial do Poder de Deus (IMPD). De acordo com Mariano (1999), assim como a IIGD, esta última igreja passou a “clonar” o estilo e o método da IURD, obtendo sucesso na atração de fiéis ao longo de toda a primeira década do século XXI. No censo de 2010, a igreja contava com cerca de 315 mil adeptos, parte expressiva composta por egressos da IURD.

A última fragmentação ocorrida dentro da Igreja Universal se deu em 2006, com a saída de Agenor Duque, que, em seguida, funda a Igreja Apostólica Plenitude do Trono de Deus (IAPTD). Com seus megacultos televisionados, reproduz técnicas de *marketing* e rituais aprendidos na IURD destinados a atrair fiéis. Estimativas apontam que, em 2020, esta igreja contava com cerca de 100 mil membros espalhados, principalmente nos Estados do sudeste brasileiro.

3.3.2 Crítica e limites da teoria das três ondas do pentecostalismo brasileiro

Mesmo reconhecendo a contribuição analítica proporcionada pela teoria das ondas do pentecostalismo brasileiro, alguns estudos (GIUMBELLI, 2001; ALMEIDA;

BARBOSA, 2015; SIEPIERSKI, 2004; PICOLOTTO, 2016), atentos à progressiva expansão e ao aumento da pluralidade do grupo dos evangélicos, passaram a evidenciar os limites das abordagens alicerçadas nessa teoria da evolução do pentecostalismo, tendo em vista o dinamismo e a grande capacidade das igrejas que compõem esse ramo de se reinventarem frente a um mercado religioso desregulado e altamente competitivo.

Com relação ao dinamismo, Almeida e Barbosa (2015) afirmam que, em um contexto marcado pela diversidade de igrejas evangélicas e pelo intenso trânsito religioso entre denominações, muitos indivíduos passam a viver sua fé com menos confiança nas instituições e/ou maior flexibilidade diante de dogmas segundo os quais é sua trajetória que determina sua denominação e suas práticas religiosas, e não o contrário. Nesse contexto, em que os indivíduos exigem das religiões uma espécie de customização em face de suas necessidades, diversas denominações e seus respectivos dogmas se influenciam reciprocamente, num movimento que favorece a constante reinvenção das igrejas já existentes, bem como o surgimento de novas denominações, em busca de atender às demandas dos fiéis. Esse fato sinalizaria para os limites de definições e conceituações rígidas, como a teoria das ondas apresentada por Freston (1993).

A reação às críticas de intelectuais (religiosos e acadêmicos) aos usos e abusos por parte das igrejas enquadradas na terceira onda (adoção da teologia da prosperidade, mercantilização da fé, leituras mágicas da realidade social e grande envolvimento com questões político-partidárias) resultou na tentativa de denominações surgidas recentemente de se afastarem do rótulo de igrejas neopentecostais. Segundo Picolloto (2016), essas novas denominações buscam um maior diálogo com as igrejas protestantes históricas, mas sem abandonar a crença nos dons do espírito e nos demais elementos que caracterizam o pentecostalismo. Ao promover adaptações simbólicas, teológicas e ritualísticas, tentam atrair pessoas, principalmente oriundas de famílias evangélicas que tiveram acesso a um maior nível de escolaridade e ascensão social, mas que não se identificam com as explícitas e pouco elaboradas teologias, doutrinas e práticas das igrejas pentecostais tradicionais.

Essas mudanças dentro do segmento dos evangélicos já podem ser percebidas no censo de 2010, com a forte tendência de crescimento do grupo classificado pelo IBGE como evangélicos não determinados, que apresentou um crescimento de

779,2%, saltando de 1.048.487 em 2000 para 9.218.129 em 2010. Esses dados apontam para uma maior diversificação entre os evangélicos, com o aumento de adeptos de denominações menores. No censo de 2000, cinco igrejas concentravam 85% dos pentecostais brasileiros; esse número caiu para 75,4% no censo de 2010, o que configura uma forte desconcentração denominacional, com as igrejas menores duplicando de tamanho nesse período.

Outro movimento que aponta para a existência de uma destradicionalização dentro do próprio campo evangélico é o surgimento de igrejas “inclusivas”, que possuem como principal característica a aceitação de pastores e de fiéis, independentemente de sua orientação sexual. Natividade (2017) afirma que essas igrejas, nascidas nos Estados Unidos, em um contexto de lutas por direitos civis da comunidade LGBTQIA+, chegaram ao Brasil a partir dos anos 2000 e vêm se notabilizando por representarem um contraponto ao discurso hegemônico de lideranças que se destacam por seus discursos antigêneros e homofóbicos.

Essa ampliação da diversidade dentro do campo evangélico se dá, ainda, com o surgimento de novas lideranças ligadas a movimentos sociais, como o jovem pastor da Igreja Batista do Caminho Henrique Vieira, que, com o apoio da mídia, de setores intelectuais e de uma classe média que se identifica, simultaneamente, com as teologias pentecostais e as pautas ligadas à defesa das minorias e dos direitos humanos, vem ganhando espaço dentro do meio evangélico e matizando ainda mais o já complexo universo dessas igrejas no Brasil.

Esses exemplos apontam para novas tendências desse grupo religioso e impossibilitam generalizações cristalizadas. Essas fragmentações ideológicas, no seio do campo evangélico, exigem que se interrogue sobre a pretensa unidade que pode levar a leituras menos rigorosas dos dados estatísticos. Nesse sentido, a superação do número de católicos pela soma dos evangélicos de todas as igrejas que compõem esse segmento representaria, de fato, um aumento da pluralidade religiosa no país e, conseqüentemente, a intensificação das disputas dentro do espaço público brasileiro por parte de esferas de influências que, até então, eram ocupadas exclusivamente pela igreja católica.

3.4 Juventudes evangélicas no Brasil

O processo de destraditionalização da identidade religiosa ocorrido nas últimas décadas no país atingiu também as juventudes brasileiras. De acordo com o censo demográfico do IBGE de 2010, a população de jovens (15 a 29 anos) era composta por 63% de católicos, 21,5% de evangélicos e o surpreendente número de 10,1% de jovens sem religião. Já a pesquisa realizada em 2013 pelo Instituto Datafolha, com jovens entre 16 e 24 anos, dá conta da intensificação desse processo, com o número de jovens católicos deixando de ser maioria absoluta (44,2%) e o crescimento do grupo dos evangélicos (37,6%) e dos sem religião (11,5%).²⁴

Em seus estudos, Novaes (2012; 2018) aponta a existência, entre os jovens, de um grande trânsito religioso ocasionado pelo fato de viverem em famílias multirreligiosas. Entre os evangélicos, esse trânsito pode também ser observado no âmbito denominacional, no qual há uma grande migração de jovens oriundos de famílias evangélicas pertencentes a denominações tradicionais e com doutrinas rígidas para instituições que apresentam maior diálogo com a modernidade. Esse fato dinamiza ainda mais o mercado religioso voltado para jovens, obrigando as igrejas evangélicas a se modernizarem e a mimetizarem setores seculares da sociedade em áreas como cultura, lazer e esportes, entre outras.

Sobre a crescente presença, entre os jovens, daqueles que se dizem sem religião, Mafra (2013) chama a atenção para o fato de que seu perfil muito se aproxima ao dos jovens evangélicos, a saber: pertencimento à base da pirâmide social, baixa escolaridade e autotransclassificação como pretos ou pardos. A hipótese da autora é que parte significativa dos jovens sem religião pode ter sido criada com mulheres (mães/avós/tias) que professam a fé evangélica e, por conseguinte, tiveram sua sociabilidade comunitária marcada pela forte influência evangélica.

Mafra (2013) retoma, assim, o argumento de Mariz (2012) de que, nos meios evangélicos, ao contrário do que ocorre no catolicismo, o pertencimento é entendido como sinônimo de “frequentar uma igreja”. De tal modo que, ao serem questionados

²⁴ Essa pesquisa ouviu, em maio de 2013, 1.501 pessoas de áreas urbanas de 100 cidades de todas as regiões do país. As diferenças entre os dados do censo de 2010 e aqueles obtidos pelo Datafolha poderiam se relacionar tanto ao fato de esta última pesquisa ter sido realizada apenas em áreas urbanas quanto à sua metodologia de coleta, que emprega a autodeclaração religiosa por parte do jovem entrevistado, ao passo que a metodologia do censo coleta o dado a partir da resposta do responsável do domicílio.

sobre sua religião, muitos jovens ligados por laços identitários ao mundo evangélico se autodeclararam sem religião, atribuindo a essa classificação o significado da categoria nativa de “desviado”. Segundo Novaes (2018), caso essa hipótese se confirme, esse fenômeno aumentaria, expressivamente, o grau de influência das igrejas pentecostais sobre a população, pois seus valores funcionariam como uma espécie de senso comum para essa parcela da juventude, influenciando, diretamente, sua vida escolar, seu universo de trabalho, suas relações amorosas, seus posicionamentos políticos, seu lazer e sua cultura, entre outras dimensões.

3.4.1 Identidades juvenis e o espaço religioso evangélico

Dayrell (2003) assevera que, nas sociedades ocidentais, as representações sociais dos jovens são fortemente marcadas por uma visão generalizante e negativa dessa categoria social, descrevendo a juventude como um momento de crise, uma fase dominada por conflitos relativos à autoestima e/ou à personalidade e/ou como um tempo de liberdade e prazer. Segundo o autor, essa perspectiva, baseada no comportamento das classes médias e das elites, associa ao período descrito como juventude a noção de moratória social, ou seja, um tempo para o ensaio, o erro e experimentações, um período marcado pelo hedonismo e pela irresponsabilidade.

Essa visão sobre a juventude, como aponta o autor, se distancia por completo da realidade vivida pelos jovens moradores das periferias, que são, desde cedo, lançados ao mercado de trabalho, seja para garantir o seu próprio sustento e de seu grupo familiar, seja para satisfazer um padrão de consumo imposto pelo mercado. Assim, esses jovens e suas famílias vivenciam o difícil dilema de investir tempo e recursos (de que em muitos casos não dispõem) em um projeto (incerto) de futuro acenado pelo diploma ou ingressar, precocemente, em postos de trabalho precários e de baixa qualificação. Cabe ainda ressaltar, como agravante desse quadro, o fato de que os jovens das camadas populares são vítimas da baixa tolerância a comportamentos entendidos como desviantes (uso de drogas, sexualidade e condutas próximas dos limites impostos pela lei), o que os coloca em constante conflito com a justiça.

Esta condição deve ser entendida como um dos fatores que justificam o crescimento da influência de lideranças evangélicas nas periferias, pois, entre os

jovens moradores dessas localidades, que contam com menos recursos e margens de escolha (quando comparados aos grupos favorecidos), a busca por ampliar suas redes sociais favorece a adesão às igrejas que se fixam no território onde moram e prometem garantir, a partir do discurso religioso, mais certezas em um mundo de constantes mudanças e crises. Cabe destacar o papel desenvolvido nessas comunidades pelas obras sociais das igrejas evangélicas, constituindo muitas a única opção de enfrentamento da criminalidade, do assédio, do tráfico de drogas e da violência doméstica que costumam assolar as juventudes populares. Segundo Novaes (2018), para os jovens das periferias, “ser da Igreja”, “andar com gente da Igreja” e “carregar a Bíblia debaixo do braço” aumentam as chances de se manterem longe do tráfico e de escaparem das constantes revistas policiais.

Nesse sentido, a participação dos jovens em grupos religiosos torna-se bem vista pelos adultos, em razão de seu potencial de controle das condutas. Novaes (2018) lembra que, nas últimas décadas, as igrejas pentecostais modificaram o espaço urbano das periferias, colocando-se, por vezes – face à quase total ausência do Estado –, como único espaço para usufruto do tempo livre, oferecendo aos jovens atividades culturais, esportivas e artísticas, com objetivos obviamente de conversão e difusão de sua visão de mundo.

De fato, essas igrejas – quando comparadas com outras instituições sociais, a exemplo da própria escola – atribuem maior importância à dimensão simbólica expressa pelas novas formas de comunicação, investindo em áreas como música, dança, vídeo e expressões corporais e visuais, dentre outras formas de manifestação artística. E disso se utilizam como mediadoras no processo de atração dos jovens ao discurso religioso, especialmente nas periferias das cidades, onde é exígua a disponibilidade de atividades dessa natureza oferecidas pelo Estado.

Mas, em grande parte dos casos, as lideranças dessas igrejas fazem esse trabalho ignorando as diferentes dimensões identitárias dos jovens. Assim, muitas vezes, a participação em tais grupos exige, destes, posturas que se aproximam de um tipo ideal de jovem evangélico, marginalizando aqueles que não se submetem às regras da instituição. Portanto, a utilização dessas manifestações artísticas entre as igrejas evangélicas pentecostais como estratégia para regular o comportamento dos sujeitos, por vezes, nega as diversidades e desigualdades que marcam esse grupo, exigindo total adesão aos discursos e valores propagados por suas lideranças.

No entanto, Novaes (2018), ao analisar relatos de jovens evangélicos pentecostais de diferentes classes sociais, encontra neles indivíduos que se relacionam de maneira reflexiva com sua religiosidade e que demonstram amplo diálogo com pautas identitárias, que, em princípio, não seriam esperadas da parte de um jovem evangélico, tais como defesa da liberdade reprodutiva, do feminismo, da diversidade religiosa e da comunidade LGBTQIA+. Com isso, a autora questiona a postura de parte dos pesquisadores do tema das juventudes que associam, de maneira direta, o progressivo crescimento do número de evangélicos pentecostais entre os jovens às características conservadoras e tradicionalistas desse segmento religioso. Assim, ela aponta a presença de uma diversidade no interior do grupo dos jovens evangélicos que sinaliza a existência de um campo de disputa no que tange à sua identidade. Mesmo não sendo majoritária entre os evangélicos, parte expressiva desses jovens atua em espaços institucionais ou em redes sociais, defendendo valores ligados ao respeito e à valorização da diversidade, e não deixa de influenciar o debate público em meios evangélicos, ao se contrapor às posições conservadoras tradicionais do pentecostalismo brasileiro, como aquelas defendidas pelos jovens membros da renovação carismática e pelos jovens evangélicos identificados com as pregações e pautas assumidas pelo que a autora denominou de “coronéis da fé”.

Por todas as razões acima expostas, Minarelli (2020) aponta que a presença de jovens evangélicos na instituição religiosa – como de resto, nas demais instituições – não consiste em adesão automática às suas normas, sendo esta o produto de intensas negociações, condicionadas por suas preferências e seus valores, bem como pela interferência de outros espaços frequentados por esses sujeitos, como escola, trabalho, família e grupos de pares, entre outros. Portanto, ao contrário do que é difundido pela mídia e mesmo por leituras acadêmicas pouco reflexivas que caracterizam os jovens evangélicos como alienados, fundamentalistas e manipulados por suas lideranças religiosas, esses sujeitos negociam as doutrinas mais do que aderem, cegamente, às concepções, às regras e aos dogmas das instituições religiosas que integram.

Isso significa a existência de um poder de agência que a presença dos jovens exerce sobre as estruturas religiosas, o que resulta em um dos principais fatores de renovação das doutrinas e dos dogmas dessas instituições. Stark (1999) afirma que um dos principais elementos de pressão para reduzir o rigor sectário de certos grupos

religiosos se estabelece a partir das novas gerações de membros, que tendem a exigir a redução dos sacrifícios comportamentais como condição para continuar integrando o grupo religioso. Esse fenômeno estrutura um intenso processo de negociação entre gerações no interior das denominações religiosas que, via de regra, é vencido pelas gerações mais jovens que nelas imprimem um alto grau de inovação.

Até mesmo a adesão ao discurso de luta contra os males trazidos pela modernidade, adotado pelas igrejas pentecostais/neopentecostais, é condicionada aos filtros analíticos de seus jovens fiéis. Minarelli (2020, p. 32) informa que, mesmo que essas igrejas, no plano do discurso, sustentem uma postura de distanciamento das “coisas do mundo” – predominando, em sua retórica, a recusa de “males” seculares, principalmente os ligados à indústria cultural –, as demandas trazidas pelos jovens integrantes por uma maior abertura no que tange aos valores contemporâneos obrigam essas instituições a modernizarem suas doutrinas, seus cultos e suas práticas, sob o risco da perda de fiéis.

Fenômeno semelhante pode ser observado com relação à maneira com que essas igrejas se relacionam com as leituras de mundo realizadas pelos currículos escolares, obrigando essas denominações a repensarem suas estratégias frente a esse discurso, bem como realizar leituras seletivas e adaptações desses conteúdos escolares à sua visão religiosa, em vez de simplesmente negá-los por completo, já que incorreriam na perda da maioria de seus fiéis. É nesse sentido que se constata, no interior de algumas dessas instituições, discussões ligadas à sexualidade, à ciência, ao gênero, à empregabilidade e à economia, entre outros, a partir de posturas que vão desde um viés conservador até visões mais progressistas, como é o caso das igrejas inclusivas.

Mas essas inovações e adaptações não conseguem frear o constante trânsito entre denominações e o intenso movimento de adesão e abandono de que essas instituições religiosas são o palco, em razão de suas dificuldades em atender às demandas das juventudes. Essa condição permite aproximar os jovens moradores das periferias da condição descrita por Pais (1993) como “geração ioiô”, que evidencia, como característica das juventudes contemporâneas, o contínuo trânsito entre diferentes instituições e grupos sociais que se apresentam à sua disposição.

Mesmo frente aos esforços para se adequarem às novas condições juvenis, essas instituições, assim como as escolas, não se reestruturaram para dialogarem

com a diversidade de sujeitos e realidades. Mas, por outro lado, muitas dessas igrejas conseguiram criar, em suas dinâmicas cotidianas, um conjunto de práticas e atividades que permite que a presença dos jovens em suas dependências seja menos enfadonha, deixando de ser entendida como uma “obrigação” pesada para se configurar como necessária e significativa para esses jovens.

CAPÍTULO 4 – EDUCAÇÃO, RELIGIÃO E JUVENTUDES

4.1 Relação entre a religião e o sistema de ensino no Brasil

A história da educação no Brasil registra a relação umbilical da instituição escolar com o universo religioso. Desde o início da colonização e durante o período imperial, a escolarização da população brasileira possuía como um de seus principais propósitos a evangelização e a formação moral dos educandos dentro de princípios cristãos. Segundo Ximenes (2009), nesse período, a presença de atores religiosos e a própria simbiose entre educação formal e educação religiosa, com grande destaque para a atuação dos jesuítas, se apresenta como algo incontestável.

No período imperial (1822-1889), a prevalência de atores ligados à igreja católica no seio do sistema de ensino foi garantida pela Constituição de 1824, outorgada por Dom Pedro I, que, no âmbito da educação, legava a instrução primária, preferencialmente, à família e à Igreja (TEIXEIRA, 2008), demonstrando que, mesmo com a independência do país, manteve-se a tradição colonial ligada à profunda vinculação entre Estado e Igreja, tendo em vista que essa carta constitucional não deixava margem para dúvidas quanto ao fato de a religião Católica Apostólica Romana ser a oficial do Império, com forte presença e poder de influência nas mais variadas instituições públicas.

Rocha (2013) informa que o primeiro efetivo movimento de mudança nesse cenário ocorreu com o advento da Proclamação da República, que tornou obrigatória a laicidade nas escolas públicas, por intermédio da Constituição de 1891. Os atores políticos que promoveram esse evento, inspirados na Terceira República Francesa e na doutrina positivista de Augusto Comte, se mostraram defensores de um modelo de escola pública e laica que possuía, entre seus propósitos, restringir o poder da Igreja no que diz respeito à transmissão de cultura, no sentido mais geral do termo. Assim, com a substituição, nos currículos das escolas públicas, do ensino do catolicismo pela disciplina de moral e cívica, pretendia-se eliminar a influência da igreja católica sobre o sistema educacional, garantindo a transmissão de um corpo comum de conhecimentos, valores e categorias de pensamento que deveriam tornar possível a comunicação entre os indivíduos chamados a viver na recém-fundada República brasileira.

Entretanto, esse propósito enfrentou forte resistência por parte de lideranças

da igreja católica, que, nesse período, estava presente em influentes setores da sociedade e dentro do próprio Estado. Assim, como reação à tentativa de supressão da influência da Igreja sobre o sistema de ensino público brasileiro, grupos confessionais ligados à igreja católica buscaram, ao longo do século XX e por diferentes vias, ocupar brechas legais, atuando politicamente nas Unidades da Federação e nos processos legislativos, obtendo, como resultado de seu ativismo político, um aumento de sua influência sobre os sistemas de ensino público e a volta da presença do ensino religioso convencional católico nas escolas públicas em 1931. Assim, como informa Saviani (2007), mesmo após a separação entre o Estado e a igreja católica, em 1891, as instituições religiosas continuaram a exercer papel de destaque nas disputas educacionais, buscando promover uma educação com princípios cristãos/católicos.

No âmbito institucional, esse cenário propiciou o surgimento de uma guerra de posições – que marcou a história da educação do Brasil republicano – entre grupos liberais – defensores de uma educação laica e que questiona a legitimidade da influência institucional de atores religiosos sobre o sistema educacional público – e grupos confessionais ligados à igreja católica e, mais recentemente, aos credos evangélicos – que advogam a necessidade de uma formação religiosa confessional dos estudantes. Nessa disputa, segundo Rocha (2013), cada vez que um desses atores sociais conquistava espaço na lei, cristalizando suas concepções em artigos da legislação vigente, os outros atores sociais organizavam-se para tentar minimizar a conquista.

Como afirma Giumbelli (2008), frente a esse embate, a estratégia adotada pela igreja católica para continuar influenciando nas decisões e garantir sua hegemonia no espaço público foi se valer de um arranjo liberal que dificultou a explicitação do reconhecimento de seus privilégios no seio da sociedade brasileira. De acordo com Valente (2019), ao contrário do modelo de laicidade francês, que sustentava uma ruptura total entre Estado e Igreja, o arranjo institucional que se desenvolveu no Brasil, ao longo do século XX, permitiu que a Igreja de Roma continuasse a exercer grande influência sobre diversos setores da sociedade, entre os quais o sistema público de ensino.

Portanto, no período republicano, longe de privatizar-se, a igreja católica buscou, de diversas formas, influenciar, diretamente, na construção e na gestão do

espaço público. Nesse sentido, como pondera Montero (2009), a presença histórica das igrejas cristãs, preferencialmente católicas, em áreas como educação, saúde e assistência social, entre outras instituições públicas, correspondeu a uma delegação consentida e pactuada pelo próprio Estado brasileiro.

4.1.1 O atual ativismo político de lideranças evangélicas

No Brasil republicano, até algumas décadas atrás, a presença ostensiva de práticas e símbolos católicos no espaço escolar, a despeito de lesar o caráter de laicidade da escola pública, não era encarada pela maioria dos membros da comunidade escolar (famílias, professores e gestores) como um problema ou fonte de conflitos, sendo até mesmo, muitas vezes, demandada e diretamente promovida pelos atores do mundo escolar.

Entretanto, diante das mudanças no perfil religioso e do aumento da representatividade dos evangélicos na população brasileira, esse cenário vem se modificando, com o surgimento de reivindicações de lideranças político-religiosas que pretendem representar os interesses desses grupos junto aos sistemas de ensino público e privado. No princípio, esses atores pautavam sua atuação apenas na defesa do efetivo cumprimento do estatuto da laicidade, exigindo o fim de práticas de proselitismo exercidas por atores católicos nas escolas públicas. Mas, como apontam Mariano e Gerardi (2019) e Freston (2020), mais recentemente, algumas dessas lideranças passaram a manifestar o desejo de influir e conquistar o espaço até então desfrutado pela igreja católica, gerando cada vez mais tensões no interior das escolas públicas e privadas do país.

Portanto, como assevera Minarelli (2020), o cenário educacional atual – para além da histórica disputa entre grupos a favor e contra a laicidade da escola pública – apresenta-se marcado pela intensificação das disputas no interior do próprio campo religioso, travadas entre os diversos segmentos cristãos, bem como entre suas ramificações internas, como, por exemplo, no caso da igreja católica (a disputa entre a renovação carismática e a teologia da libertação) e dos evangélicos (suas diferentes denominações), e, ainda, pela atuação de grupos minoritários, como os espíritas e as religiões de matriz africana.

No que se refere aos evangélicos, as inovações produzidas a partir de um

cenário de intensa concorrência, principalmente entre os pentecostais – segmento que melhor se adaptou ao panorama religioso brasileiro vivenciado nos grandes centros urbanos –, levaram as igrejas surgidas a partir da fragmentação de denominações já existentes a romper com o sectarismo característico das primeiras igrejas provenientes dos Estados Unidos no início do século XX, passando a adotar estratégias inovadoras para aumentar sua presença no espaço público.

Freston (2020) informa que, a partir de 2002, com a ascensão de governos de centro-esquerda, lideranças evangélicas instaladas no Congresso Nacional passaram a assumir posturas propositivas ligadas a temas universais, com seus representantes tentando, e em muitos casos conseguindo, influenciar na elaboração de políticas públicas ligadas à cultura, economia, educação e saúde, entre outras áreas. As pautas defendidas, em muitos casos, se fundamentam no discurso religioso, em detrimento de posicionamentos técnicos emanados de especialistas nessas áreas.

Assim, lideranças evangélicas com mandato parlamentar ou pretensão a postos públicos passaram a se apresentar à sociedade brasileira como um contraponto aos grupos de defesa dos direitos de minorias, como os movimentos feministas, LGBTQIA+, étnico-raciais e de direitos humanos, e de oposição a pautas como igualdade de gênero, eutanásia, direitos reprodutivos e casamento entre pessoas do mesmo sexo, além de se apresentarem contrárias à criminalização da violência e à discriminação contra homossexuais, bissexuais e transexuais e de castigos físicos impostos por pais aos filhos.

No que se refere ao campo da educação, além de buscar eliminar dos currículos discussões ligadas aos direitos das minorias, os projetos desses parlamentares lutam pela introdução curricular da obrigatoriedade do ensino bíblico e a inclusão do ensino do criacionismo (como contraponto à teoria da evolução das espécies). Defendem, ainda, a regulamentação da modalidade de ensino em casa (*homeschooling*) e a aprovação de projeto de lei conhecido como “escola sem partido”. Este último projeto é entendido por membros da bancada evangélica²⁵ como

²⁵ O termo “bancada evangélica” surgiu para denominar o grupo composto por 33 parlamentares pertencentes a esse segmento religioso que, a partir de 1986, atuou no processo de formulação da Constituição de 1988. Com a ampliação da presença de representantes evangélicos no Congresso Nacional desde 2003, esse grupo – no intuito de se fortalecer e aumentar seu poder de influência – constituiu-se em uma Frente Parlamentar Evangélica (FPE), objetivo alcançado em 2015. Segundo a página eletrônica da Câmara dos Deputados (BRASIL, 2021), em 2021, a FPE do Congresso Nacional contava com 194 deputados e 8 senadores, entre eles Arthur Lira (PP/AL), atual presidente da Câmara dos Deputados, e Rodrigo Pacheco (PSD/MG), atual presidente do Senado.

fundamental para combater suposta doutrinação relativa a questões que denominam como “ideologia de “gênero” e “marxismo cultural”, as quais acreditam serem promovidas por professores que, segundo essas lideranças, estariam associados a partidos de esquerda.

Como estratégia para obter a adesão das famílias brasileiras a suas pautas, a denominada bancada evangélica encontrou no campo da educação o seu principal espaço de atuação. Ao estimular a desconfiança em certos conteúdos curriculares e em certas práticas dos educadores, esses parlamentares perceberam grande potencial de adesão de setores conservadores da sociedade a seus mandatos. Adotando um discurso saudosista e celebrando uma suposta excelência do modelo de ensino oferecido no período pré-Constituição de 1988, buscam ganhar o apoio daqueles que se sentem ameaçados pelas mudanças culturais trazidas pelo desenvolvimento das tecnologias e dos meios de comunicação e pela destradicionalização da sociedade no que diz respeito à sexualidade, à religiosidade e aos valores morais promovidos pelas novas gerações.

O sucesso do ativismo político de grupos religiosos no âmbito do Congresso Nacional pode ser constatado em ações como: (i) o veto à cartilha confeccionada em 2011, pelo Ministério da Educação, e intitulada **Escola sem homofobia**, destinada a estudantes do ensino médio e chamada por esses atores políticos de “kit gay” em 2014; (ii) a atuação da bancada evangélica contra a inclusão, no Plano Nacional de Educação, de discussões de temáticas ligadas à promoção da igualdade de gênero e orientação sexual; e (iii) o lançamento, em 2018, da carta programática intitulada “Manifesto à Nação: o Brasil para os brasileiros”.

Esse último documento representa um bom exemplo de como a FPE concebe o sistema de ensino brasileiro. No item “Revolução na educação”, esses parlamentares propõem a implementação, na educação básica e superior, de um modelo de meritocracia exacerbada que revisita proposta educacional vigente no Brasil há décadas, cuja principal característica é a hiper-responsabilização das famílias e dos jovens por seu sucesso ou fracasso escolar. O modelo se pretende um contraponto ao sistema educacional atual, que, segundo a avaliação desse grupo, estaria sendo utilizado por partidos de esquerda como instrumento ideológico para violentar valores judaico-cristãos. Em contraposição, o documento defende uma escola sem ideologia e sem partido e retoma o combate aos já mencionados “ideologia

de gênero” e “marxismo cultural”, acusando as escolas de promoverem a erotização/sexualização das crianças e adolescentes. Com isso, afirmam a prerrogativa exclusiva das famílias de promover a educação de seus filhos, cabendo à escola apenas transmitir “conteúdos objetivos”.

Esse documento recomenda, ainda, a instituição do “ensino de moral”, que se espalharia por todas as disciplinas na forma de conteúdos transversais, visando à formação e sustentabilidade moral, ética e cívica das gerações, as quais difundiriam valores civilizatórios pautados em princípios cristãos, na universalização do amor à pátria, aos símbolos nacionais e aos heróis nacionais e nas demais manifestações que agem no plano simbólico. Por fim, o documento faz duras críticas à gestão do ensino superior público brasileiro, especialmente aos programas de pós-graduação das universidades públicas, apontados pela frente parlamentar como extremamente ineficazes e caros. Ao compará-los com os programas da iniciativa privada, entendida por esse grupo como mais eficiente, são propostos cortes de investimentos nessas instituições públicas²⁶.

Com relação a esse ativismo político de lideranças evangélicas e suas repercussões dentro da sociedade brasileira, Spyer (2020) assinala os perigos de representações estigmatizadoras e generalizantes por parte de grupos políticos, da mídia e de pesquisadores e atores do campo da educação, que, ao se referirem aos evangélicos em suas análises, tomam como referência o ativismo político de lideranças como o deputado pastor Marcos Feliciano e o pastor Silas Malafaia, que estão longe de serem unanimidade entre os evangélicos. Tal postura classifica todos os adeptos dessas crenças como alienados ou inimigos das pautas progressistas, transformando o próprio termo “evangélico” em uma espécie de ofensa ou sinônimo de homofóbico, machista e intolerante religioso, dentre outros.

Entretanto, mesmo considerando os riscos que o ativismo político de determinadas lideranças político-religiosas como a intitulada “bancada evangélica” pode trazer para a democracia e que sua atuação se fundamenta em critérios pouco

²⁶ Este documento foi entregue ao então candidato à Presidência da República Jair Bolsonaro, que, em troca do apoio da FPE, comprometeu-se, caso eleito, a implementá-lo em sua totalidade. Promessa que, no campo da educação, de fato cumpriu, pois uma das principais metas dos quatro ministros que ocuparam a pasta da Educação em seu governo (Ricardo Vélez Rodríguez, Abraham Weintraub, o pastor Milton Ribeiro e Victor Godoy Veiga) consiste, justamente, no combate ao marxismo cultural e à ideologia de gênero nas escolas e universidades. Para isso, eles têm buscado eliminar seus supostos partidários, em todos os escalões do Ministério da Educação e das universidades, promovendo o que intitulam de “guerra cultural”.

técnicos e antipluralistas, Spyer (2020) aponta para a necessidade de se compreender a diversidade que compõe esse grupo, pois a adesão dos evangélicos ao discurso ultraconservador dessas lideranças deve, segundo o autor, ser entendida como sintoma da indisponibilidade ao diálogo de parte das elites intelectuais e setores tradicionais da política (particularmente do campo de centro-esquerda) que governaram o país nas últimas décadas. O autor sinaliza, assim, para o erro de posturas generalizantes, que, em última instância, concebem a simples presença de evangélicos no meio político como uma ofensa à laicidade do Estado, ignorando a atuação, no Congresso Nacional, de lideranças progressistas pertencentes a esse segmento religioso, as quais se distanciam, profundamente, daquelas desempenhadas por políticos evangélicos descritos pela mídia, inclusive vocalizando críticas à atuação parlamentar da bancada evangélica, como, por exemplo, da deputada Benedita da Silva (PT/Assembleia de Deus).

Andrade e Teixeira (2014) afirmam que, em sociedades profundamente multiculturais e multirreligiosas como a brasileira, faz-se ainda mais necessária a adoção de um modelo de laicidade que se aproxime do defendido por Taylor (2011) e Casanova (1994; 2007), no qual os atores religiosos, assim como os demais, tenham suas demandas e seus posicionamentos ouvidos e atendidos, desde que não firam o estatuto da laicidade do Estado nem representem privilégios de certos grupos.

4.1.2 Religião e as práticas docentes no Brasil

De fato, o ambiente escolar no Brasil se mostra tradicionalmente marcado pela forte presença de elementos do universo cristão, predominantemente católico, que se apresenta de forma naturalizada, sendo encarado por significativo número de educadores como elemento universal que compõe a identidade nacional, sem a devida problematização das consequências desse estado de coisas. Segundo Valente e Setton (2014), ao longo do século XX, o processo de laicização das instituições escolares no Brasil, mesmo com a implementação de mudanças legais, não impediu, na prática, que a igreja católica continuasse servindo de referência e influenciando os atores presentes nesse universo, garantindo, assim, uma ostensiva presença nas escolas públicas, independentemente da existência de prerrogativas legais que a respaldassem.

Nesse sentido, o conceito de poder indicativo formulado por Martuccelli (2010), no qual o Estado apresenta a capacidade de anunciar propostas/leis, mas, na prática, se mostra incapaz de efetivá-las, pode auxiliar na compreensão do cenário educacional brasileiro. Alheios a uma legislação que prima pelo respeito à pluralidade religiosa e pela laicidade dessas instituições, observam-se recorrentes práticas de proselitismo dos “professores missionários, que povoam as escolas públicas” (CUNHA, 2016, p. 280). Esses profissionais, ainda segundo o autor, ao não compreenderem e problematizarem, em sua docência, a separação entre a esfera religiosa e sua atuação no espaço público, deixam de exercer uma vigilância epistemológica face à sua atuação profissional. Assim, de maneira nem sempre consciente, promovem ações de proselitismo em sala de aula, ao privilegiarem uma orientação religiosa frente às demais orientações presentes no espaço escolar.

Nesse sentido, Setton e Valente (2016), pesquisando em escolas da rede pública de São Paulo, observaram que, mesmo não possuindo em seus currículos a disciplina de ensino religioso, havia, na atuação dos professores, elementos que evidenciavam, e em alguns casos buscavam impor, o pertencimento religioso desses profissionais, bem como um movimento de censura à presença de materiais didáticos e literários oferecidos pela rede que faziam referência a religiões entendidas por esses sujeitos como “indesejáveis”. Esta constatação sinaliza para a ineficácia da adoção de medidas simplistas como a exclusão da disciplina de ensino religioso ou a supressão de discussões sobre questões religiosas nos currículos, como garantidoras da laicidade do ensino ou do fim das práticas de proselitismo e de intolerância religiosa no interior das escolas.

Esse mesmo estudo evidenciou outra dimensão da naturalização difusa da religiosidade cristã no espaço escolar: as frequentes leituras e utilização de estratégias religiosas por parte dos docentes frente às dificuldades presentes em seu cotidiano profissional. As autoras descrevem que, diante da dificuldade pedagógica de enfrentar os desafios associados à indisciplina dos alunos, dentre outras, esses profissionais se utilizavam, de maneira não institucionalizada, de elementos do universo religioso em uma tentativa de superar tais adversidades. Setton e Valente (2016) evidenciam, ainda, a comum incorporação, nas escolas públicas, de elementos do cristianismo entre as práticas pedagógicas, como, por exemplo, rezar a oração do Pai Nosso antes do início das aulas, a alfabetização das crianças com uso de histórias

bíblicas, a comemoração de festas do calendário católico (páscoa, natal e festa junina, entre outras) e a fixação de símbolos católicos ou frases bíblicas nos mais variados espaços no recinto da escola.

No entanto, cabe também ressaltar a existência, no espaço escolar, de profissionais altamente influenciados por uma visão radical de laicidade e que se apresentam como foco de conflito, pois seus preceitos, não raras vezes, entram em choque com os valores de estudantes, famílias e outros professores que professam alguma fé. Segundo Modesto (1996), essas últimas posturas se manifestam em leituras e interpretações de certos conteúdos curriculares, enfatizando a oposição entre a ciência e o sagrado, na qual as divindades não teriam mais lugar, não apenas no espaço público, mas no mundo contemporâneo como um todo.

Ao vocalizarem uma defesa – por vezes, panfletária e pouco reflexiva – de um ateísmo iluminista e racional do mundo, realizando críticas diretas e, às vezes, ácidas ao universo religioso, esses profissionais entram, recorrentemente, em conflito com seus alunos, que, assim como a maior parte da população brasileira, cultivam uma concepção de mundo fortemente influenciada pela perspectiva religiosa, que, segundo Modesto (1996), se aproxima de uma visão neorromântica, em que os indivíduos são atraídos por discursos eivados de uma percepção mística e enigmática do mundo.

Andrade e Teixeira (2014) afirmam que esses profissionais, na defesa de seus posicionamentos, podem chegar ao ponto de compreenderem a escola “laica” como sinônimo de um espaço “sem religião” ou, em um cenário ainda mais grave, como um espaço “antirreligioso”, adotando uma posição de confronto direto com aqueles que expressam uma fé religiosa.

Por todas essas razões, Cunha (2016) salienta que, mais importante do que defender a presença de uma disciplina que ensine aos estudantes de maneira não confessional os fundamentos do fenômeno religioso (tal como proposto na Base Nacional Comum Curricular – BNCC), seria formar os professores para agirem numa escola pública no sentido de não impor, aos alunos, suas próprias crenças ou descrenças, como se elas fossem universais, e prepará-los – tanto na formação inicial quanto na continuada – para respeitarem as diferenças entre as religiões e entre as pessoas religiosas e as não religiosas. O autor sinaliza para a necessidade de se enfrentar, diretamente, questões presentes no currículo “oculto” existente no cotidiano das escolas públicas e ligadas a temas religiosos. E, por essa via, erigir, no ambiente

escolar, um cenário no qual o ódio e a discriminação não sejam dirigidos a adeptos das religiões minoritárias ou às pessoas sem religião.

4.2 Os evangélicos e a escola no Brasil

O crescimento do número de alunos pertencentes a famílias evangélicas no interior das escolas brasileiras vem marcando esse espaço com alguns traços singulares, boa parte em razão das expectativas que essas famílias apresentam no que se refere à educação formal de seus filhos. Weber (1904/2004) aponta para a existência de diferenças significativas entre grupos religiosos no que diz respeito à educação, formulando um padrão no qual católicos teriam maior propensão a exigir das instituições de ensino uma educação humanista, marcada pela formação de valores morais. Já entre os protestantes, o autor enfatiza a demanda por um modelo educacional voltado para estudos técnicos, ocupações comerciais e industriais e a vida de negócios. Assim, aponta, entre os protestantes, uma maior resistência em conceber a escola como espaço de formação moral, posição que se assenta no predomínio de valores católicos nos sistemas de ensino da maioria dos países do ocidente.

No que diz respeito aos efeitos do pertencimento religioso na escolarização, a literatura internacional (DONAHUE; BENSON, 1995; GLANVILLE; HERNÁNDEZ; SIKKINK, 2008; LEHRER, 1999; REGNERUS; ELDER, 2003) e nacional (ANUATTI NETO; NARITA, 2004; CUNHA; RIOS-NETO; OLIVEIRA, 2014) apontam para a influência da opção religiosa das famílias na acumulação de capital humano, resultando em diferenças significativas nas expectativas educacionais dos diversos grupos religiosos, o que induz a uma relação direta entre religião e desempenho escolar, quando controladas características como o *background* cultural familiar e a condição socioeconômica.

No contexto brasileiro, Cunha, Rios-Neto e Oliveira (2014) detectam singularidades existentes entre famílias de protestantes históricos, católicos, pentecostais e sem religião em relação ao desempenho escolar. Em estudo que analisou os resultados do SAEB de grupo de estudantes de escolas públicas da RMBH, estes pesquisadores constataram que os pentecostais e neopentecostais apresentaram os piores desempenhos em português e matemática quando

comparadas as notas de católicos e protestantes históricos, ficando acima apenas dos estudantes sem religião. O estudo evidenciou, ainda, um desempenho superior dos protestantes históricos, quando comparados aos demais grupos religiosos citados na pesquisa nas avaliações de proficiência em língua portuguesa, e uma vantagem nas notas apresentadas nesses exames dos estudantes que se declararam praticantes (alta frequência e relações institucionais com a igreja) diante daqueles que se disseram não praticantes (baixa frequência e nenhum vínculo institucional).

No que diz respeito, especificamente, aos evangélicos brasileiros, em um cenário de grande diversidade no interior desse grupo, Spyer (2020) percebe diferenças em relação aos sentidos da educação formal entre protestantes históricos/missão e pentecostais/neopentecostais. Entre os protestantes históricos/missões, de modo geral pertencentes às classes médias e aos setores mais escolarizados da sociedade, a educação seria considerada um valor em si mesmo, independentemente de sua finalidade. Mafra (2001) destaca, dentro desse segmento religioso, a existência de um especial incentivo à alfabetização, quando comparado ao catolicismo, tendo em vista que a leitura e livre interpretação da Bíblia se configura como um dos pilares dessa religião.

Já entre os pentecostais e neopentecostais, de modo geral pertencentes às classes populares, Spyer (2020) evidencia uma postura que vê na escolarização apenas um meio para se atingir a prosperidade. Ao comparar o lugar atribuído à escolarização pelas camadas populares em geral, que temem o prolongamento da vida escolar de seus filhos (investimento sempre incerto), em detrimento do ganho imediato derivado do trabalho precoce, o autor revela a diferença na conduta dos evangélicos pentecostais e neopentecostais, que tendem a incentivar a continuidade dos estudos de seus filhos, mesmo quando comparados aos católicos (em sua maioria, não praticantes) e aos sem religião. Entre os pentecostais, especificamente os que professam a teologia da prosperidade, Spyer (2020) mostra que a escola é encarada como parte do processo de disciplinamento dos jovens e, ainda, como um bem de consumo que pode ajudá-los a ascender socialmente. Assim, almejam, com o alargamento da trajetória escolar dos filhos, que eles possam evitar o trabalho braçal e desqualificado, estatisticamente provável para os membros de sua classe social, e alcancem, via educação formal, postos de trabalho e ocupações mais qualificadas.

Por sua vez, Minarelli (2020) constata que, em meios sociais marcados pela

pobreza, há uma maior participação das famílias evangélicas na vida escolar dos filhos, o que pode ser explicado por uma mais elevada autoestima de seus membros e pela busca da prosperidade material que impacta o comportamento, as práticas e as aspirações dessas famílias face à escolarização. A autora lembra, ainda, que o movimento de ingresso em uma igreja evangélica, muitas vezes, principalmente no caso dos homens, é acompanhado do abandono do alcoolismo e de outros vícios e de uma maior dedicação à esfera doméstica, fazendo com que essas famílias passem a participar, de forma mais ativa, da vida escolar dos filhos. Nesse sentido, tendem a cobrar deles empenho nos estudos, favorecendo seu sucesso escolar (especialmente das mulheres) e vendo, na conclusão dos estudos, uma manifestação da bênção de Deus em suas vidas.

Mas, para além dos impactos positivos dos efeitos desse credo no rendimento escolar, a literatura (OLIVEIRA, 2000; COSTA, 2011; CUNHA, 2016; SPYER, 2020; MINARELLI, 2020) demonstra que certas crenças religiosas promoveriam uma cisão entre educação e instrução, buscando limitar o papel da escola à mera instrução. Nesse sentido, parece haver entre as famílias evangélicas pentecostais uma maior adesão ao discurso que atribui rígida separação entre o papel da família e o papel da escola no seio da sociedade. A primeira seria responsável, ao lado da igreja, pela inculcação dos valores e das normas que deveriam conformar o indivíduo ao mundo social. Já a segunda responderia pela tarefa de transmitir os saberes consagrados. Essa postura se contrapõe aos princípios pedagógicos contemporâneos (FREIRE, 1987; DUBET, 2004; ARROYO, 2012; DAYRELL, 2003), que defendem uma escola atenta ao desenvolvimento integral do indivíduo (inclusive seus valores e sua visão de mundo), em diálogo com as diferentes dimensões identitárias que os sujeitos levam consigo ao adentrarem o espaço escolar.

Segundo Spyer (2020), as famílias pertencentes aos grupos pentecostais e neopentecostais se mostram temerosas frente aos efeitos secularizantes advindos da presença dos filhos nas escolas públicas e laicas, pois constatam que, ao permanecerem na escola mais prolongadamente, os jovens passam a questionar a cosmovisão (mágica) de mundo defendida pelas lideranças religiosas, com alguns chegando, até mesmo, a abandonar sua fé. Esse temor – de parte tanto das famílias quanto das igrejas – dos efeitos secularizantes da escola, segundo Modesto (1996), pode ser compreendido no quadro do desencantamento do mundo engendrado pelos

fundamentos científicos subjacentes ao currículo escolar e que se opõem às categorias mentais do universo sobrenatural, associadas à leitura dos textos sagrados realizada pelos adeptos dessas religiões. Entre os principais elementos motivadores desse conflito, cabe citar a presença, nos currículos escolares, de conteúdos de história e cultura africana, temáticas ligadas à diversidade religiosa e questões de gênero e sexualidade que contradizem certos dogmas religiosos e leituras literais da Bíblia. Tem-se, portanto, aqui, um conflito entre as lógicas socializadoras das escolas e aquelas das famílias pertencentes a essas igrejas.

De acordo com Costa (2011), esse conflito repousa no fato de que parte expressiva do grupo dos evangélicos pentecostais e neopentecostais acredita que é no interior do templo e nas discussões e interpretações da Bíblia que são constituídos os conhecimentos e as verdades. Nesse contexto, os conteúdos escolares que entram em confronto com sua cosmovisão são, automaticamente, deslegitimados e tidos como indesejáveis, devido ao seu potencial de desviar os sujeitos dos caminhos da fé. É nesse sentido que a autora ressalta que “as verdades da escola” se distanciam das “verdades do templo” (COSTA, 2011, p. 91) e que a escola pode representar um espaço de tensão quanto às expectativas que essas famílias nutrem a propósito do papel da instrução na vida dos filhos.

Assim, a adesão de pentecostais e neopentecostais à educação formal não se acompanha de uma relação harmônica com a instituição escolar nem da adesão aos seus conteúdos curriculares. O atual cenário educacional, como informa Minarelli (2020), aponta para a existência de uma disputa entre os saberes e conhecimentos escolares e os saberes religiosos, com parte do grupo dos evangélicos, ao lado de setores conservadores da igreja católica ligados à renovação carismática, se apresentando como atores importantes nesse debate.

Todas essas contradições transparecem na pesquisa realizada por Oliveira (2000), que entrevistou professores e gestores de uma escola pública de Belo Horizonte. Deles, por um lado, ouviu elogios aos alunos evangélicos por sua postura disciplinada e pelo comprometimento com os estudos. Mas, por outro, ouviu críticas à sua conduta alienada e à relutância em assimilar conteúdos que vão contra suas convicções religiosas, sendo, constantemente, protagonistas de questionamentos quanto, por exemplo, ao ensino da teoria da evolução das espécies e à participação em eventos do calendário católico, como as festas juninas, entendidas por eles como

celebração de santos católicos. A pesquisa revelou, ainda, que tais conflitos podem desencadear reações de resistência que vão desde a passividade e indiferença desses estudantes durante as aulas até reações mais intensas, com questionamentos explícitos e mesmo o abandono da sala de aula, caso não sejam adotadas, pelos docentes, estratégias pedagógicas que levem em conta as especificidades desses sujeitos no espaço escolar.

Oliveira (2000) assinala, ainda, que os estudantes evangélicos pentecostais se notabilizam, no contexto escolar, por assumirem e propagarem sua identidade religiosa, ao promoverem, nos intervalos das aulas, grupos de oração, louvores (música) e movimentos de proselitismo religioso entre os seus colegas. Esse protagonismo torna-se alvo de frequentes discussões, por parte dos professores e da direção escolar, quando se indaga em que medida essas ações ferem o estatuto de laicidade da instituição ou, diferentemente, significam apenas a expressão da liberdade de opinião dos estudantes²⁷.

Rigoni (2009) chama a atenção para outro fator que marca a presença de estudantes evangélicos no interior do espaço escolar: a adoção de costumes e regras de cunho moral comuns entre as igrejas pentecostais tradicionais (Cristã do Brasil, Deus é Amor e algumas vertentes da Assembleia de Deus, entre outras) que impõem a seus fiéis práticas relativas à apresentação corporal e ao vestuário e, em alguns casos, a total proibição de participar de certas atividades regulares da escola, como, por exemplo, as aulas de educação física, bem como de atividades que incluem danças e músicas que não façam parte do “mundo evangélico”. Essa situação se aproxima da realidade vivida em escolas francesas, que, em razão da presença de estudantes oriundos de famílias muçulmanas, se viram desafiadas a repensarem práticas pedagógicas e de formação de professores, fornecendo capacitação para que estes incorporassem um modelo de laicidade que pudesse compreender e dialogar com a identidade dos sujeitos presentes no espaço escolar, ao invés de silenciá-los ou excluí-los (WILLAIME, 2011).

Com efeito, os estudos sobre a relação entre juventude e escola vêm insistindo na necessidade de as instituições de ensino compreenderem e dialogarem com as

²⁷ Durante o desenvolvimento da dissertação de mestrado, o pesquisador observou a realização de um grupo de oração no intervalo das aulas, fato que provocava discussões entre os professores. Uma docente, ao criticar a legitimidade dessa ação, perguntava se, ao emanar de estudantes adeptos do candomblé, desfrutariam da mesma receptividade junto à direção da escola.

identidades dos sujeitos que hoje povoam o ensino médio brasileiro. Essa necessidade se faz ainda mais urgente quando se trata de sujeitos oriundos das classes populares e que, somente nas últimas décadas, tiveram acesso a esse direito, antes reservado aos jovens provenientes de grupos sociais favorecidos, sem que a instituição escolar tenha se preparado para receber os novos públicos, exigindo desses estudantes e de suas famílias uma predisposição aos estudos de que não dispõem. Nesse sentido, os estudos que focalizam a presença dos jovens das classes populares no espaço escolar apontam para a necessidade de desenvolvimento de estratégias visando à superação do quadro de exclusão desses “excluídos do interior”, “onde o sistema de ensino se apresenta aberto a todos e ao mesmo tempo restrito a poucos” (BOURDIEU; CHAMPAGNE, 2001, p. 481).

Segundo Sposito (2005), esses jovens trazem consigo, para o interior das instituições de ensino públicas, os conflitos e as contradições de uma estrutura social excludente, que interfere, diretamente, em suas trajetórias escolares e coloca novos desafios à própria escola, que deve superar sua visão naturalizada da categoria “aluno” como uma essência, uma realidade dada, universal e identificada com a condição etária de menoridade dos jovens.

É no bojo dessa discussão sobre a relação religião e escola no Brasil, mais especificamente sobre as mudanças do perfil religioso dos estudantes e de suas famílias nas últimas décadas, com o aumento da presença de atores vinculados a igrejas pentecostais, especialmente nas periferias dos grandes centros urbanos, que se pretende, ao longo deste trabalho, responder, a partir da observação do cotidiano de uma escola da periferia da RMBH, às seguintes questões: Quais especificidades os integrantes do pentecostalismo trazem para interior do espaço escolar? O fato de pertencer a uma igreja evangélico-pentecostal influencia na forma como os estudantes se relacionam com os saberes oferecidos pelos currículos das escolas públicas? Os pertencimentos religiosos desses estudantes influenciam seu comportamento disciplinar e os relacionamentos com professores e colegas? O fato de pertencer à igreja evangélica pentecostal traz vantagens acadêmicas para seus membros? Existe movimento de lideranças religiosas dentro do território investigado com o propósito de influenciar as ações adotadas por estudantes, professores e direção dentro da escola?

CAPÍTULO 5 – RELAÇÃO ENTRE RELIGIÃO E ESCOLA – PERSPECTIVA DOS PROFESSORES

Este capítulo se destina à análise – a partir da perspectiva dos professores – da influência do pertencimento religioso dos estudantes e de suas famílias sobre sua relação com os saberes escolares e sobre as relações interpessoais que desenvolvem com colegas e professores. Para isso, como explicitado no primeiro capítulo desta tese, foi realizada coleta de dados junto a esses profissionais (N=37), por meio dos seguintes procedimentos: (i) aplicação de questionário; (ii) coleta de depoimentos via aplicativos de mensagens instantâneas; e (iii) observação direta de diferentes situações: sala dos professores, conselhos de classe, atividades extracurriculares e outros espaços, dentro e fora do ambiente escolar.

5.1 Perfil sociodemográfico, socioeconômico e acadêmico dos professores

O perfil dos professores teve por base o questionário respondido por 37 docentes da escola investigada que lecionavam no ensino médio, em todos os componentes que integravam a grade curricular desta etapa do ensino, na rede pública estadual de Minas Gerais em 2022²⁸.

Tabela 4 - Sexo/gênero dos professores

Sexo/gênero	Número de professores
Feminino	19
Masculino	18
Outros	0
Total	37

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados obtidos no questionário.

Como se vê na Tabela 4, há um equilíbrio entre indivíduos do sexo/gênero feminino e masculino, sendo que nenhum deles declarou identidade de gênero, fugia da heteronormatividade. No entanto, mesmo não havendo diversidade no plano dos

²⁸ Em 2022, o currículo da Rede Estadual de Ensino era composto pelos seguintes componentes curriculares: artes, biologia, ciências da natureza e suas tecnologias, educação física, filosofia, física, geografia, humanidade e ciências sociais, introdução ao mundo do trabalho, história, língua inglesa, língua portuguesa, matemática, núcleo de inovação em matemática, práticas comunicativas e criativas, projeto de vida, química, sociologia, tecnologia e inovação, além de duas disciplinas eletivas escolhidas pelos alunos entre opções contidas em catálogo oferecido pela Secretaria de Educação.

depoimentos, nas observações de campo e nas conversas com os docentes, foi constatada certa diversidade de orientações sexuais, que, possivelmente, não foi revelada em razão do caráter conservador da comunidade e da própria gestão da escola. Tal postura parece ter fundamento religioso, a julgar pelos diálogos observados na sala de professores (e em outros espaços) sobre casos de estudantes que causavam apreensão a membros da gestão por apresentarem comportamentos que fogem da heteronormatividade. As falas registradas denotavam receio de que as famílias desses jovens associassem a orientação sexual de seus filhos ao contato, no interior do espaço escolar, com adultos com a mesma orientação sexual e/ou com atitudes de estímulo ao reconhecimento da diversidade sexual.

Tabela 5 - Raça/cor dos professores da escola investigada

Raça/cor	Número de professores
Pardo	17
Branco	12
Preto	7
Indígena	1
Total	37

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados obtidos no questionário.

Com base na classificação do IBGE, a maioria absoluta dos entrevistados declarou, conforme a Tabela 5, ser composta de negros (24), sendo 7 pretos e 17 pardos. 12 professores se autodeclararam brancos e apenas 1 se autodeclarou indígena. Esses dados sinalizam uma consonância entre o perfil racial dos professores com o apresentado pelas famílias dos estudantes para os quais lecionam, tendo em vista que o município de Ribeirão das Neves – cidade onde se localiza a escola – possuía uma população composta por 72,5% de pessoas que se autodeclararam negras, segundo o censo de 2010.

Tabela 6 - Idade dos professores

Idade	Número de professores
Acima de 51 anos	10
De 41 a 50 anos	12
De 31 a 40 anos	11
De 26 a 30 anos	2
De 21 a 25 anos	2
Total	37

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados obtidos no questionário.

Observou-se, na Tabela 6, a predominância de profissionais nas faixas de 41 a 50 anos (12) e entre 31 e 40 anos (11), com esse grupo ainda sendo composto por um expressivo número de professores (10) com idade maior que 50 anos. Esses profissionais, em sua maioria, atuavam na Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais há mais de dez anos, muitos na própria escola investigada. Entretanto, esse grupo contava, ainda, com a presença de jovens professores em seus quadros, com idade entre 21 e 29 anos (4) e que haviam ingressado na rede recentemente.

Com relação aos vencimentos, acessou-se o Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais (MINAS GERAIS, 2022), que fornece o valor dos salários dos profissionais que atuam no ensino médio²⁹.

Tabela 7 - Remuneração dos professores da escola – faixa salarial

Salário mensal bruto	Número de professores
Até 2 salários mínimos ³⁰ (menor ou igual a R\$ 2.424,00)	6
Mais de 2 até 4 salários mínimos (de 2.424,01 até R\$ 4.848,00)	23
Mais de 4 até 6 salários mínimos (de 4.848,01 até R\$ 7.272,00)	8
Total	37

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados do Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais (MINAS GERAIS, 2022).

Observa-se, na Tabela 7, a predominância de salários na faixa entre 2 e 4 salários mínimos, havendo um pequeno número de professores que recebia acima ou abaixo dessa faixa. A média salarial do grupo é de R\$ 3.909,21/mês.

Para confirmar a veracidade desse padrão de renda entre os professores, seguindo Alves e Soares (2009), que demonstram que o CEP (Código de Endereço Postal) pode ser tomado – na falta de indicadores mais precisos – como uma boa alternativa para mensurar o perfil socioeconômico, será fornecida, a seguir, a distribuição dos professores por local de moradia.

²⁹ É sabido que a renda familiar *per capita* constitui o melhor indicador do nível socioeconômico, principalmente no caso do grupo aqui pesquisado, em que parte significativa dos professores é casada (N=16) com cônjuges que exerciam atividade remunerada, mas, nesta pesquisa, não foi possível a obtenção desse dado de forma direta. Assim, para conseguir essa informação com maior precisão, optou-se pelo acesso a dados oriundos de fonte secundária.

³⁰ Em 2022, o salário mínimo oficial estipulado pelo Governo Federal era de R\$ 1.212,00.

Tabela 8 - Local de moradia

Bairro/cidade	Número de professores
Bairro da escola e suas adjacências/Ribeirão das Neves	15
Região de Venda Nova e norte de Belo Horizonte	15
Outras regiões de Belo Horizonte	4
Bairros em outras cidades da RMBH	3
Total	37

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados obtidos no questionário.

De acordo com a Tabela 8, 15 professores informaram residir no município de Ribeirão das Neves, onde se localiza a própria escola e que se destaca no interior da RMBH por seus baixos índices de renda e de qualidade de vida³¹. Esse dado, associado à renda, indica que o perfil socioeconômico de boa parte dos professores não se distancia daquele apresentado pelas famílias usuárias da escola onde lecionam.

Entre os demais professores, 15 declararam residir na região de Venda Nova (divisa entre Belo Horizonte e Ribeirão das Neves) ou na Regional Norte, em bairros que, segundo o Índice de Qualidade de Vida Urbana de Belo Horizonte (IQVU-BH³²), apresentavam baixas taxas de disponibilidade de bens e serviços (públicos ou privados) e com vulnerabilidades em áreas como infraestrutura urbana, segurança e educação, quando comparados às outras regiões de Belo Horizonte. A mesma constatação pode ser observada entre os três professores que vivem em outras cidades da região metropolitana (Vespasiano e Contagem), que possuem características que se aproximam das da localidade onde está instalada a escola. Portanto, esses dois outros grupos também pouco discrepam do nível das famílias atendidas pelo estabelecimento de ensino.

Por fim, destoando dos demais subgrupos, quatro professores informaram residir em bairros situados em Regionais de Belo Horizonte mais distantes do território da escola (Pampulha e Noroeste) e que, segundo o IQVU-BH, apresentam bons

³¹ Tomando como referência os dados do censo de 2010, Ribeirão das Neves, entre os 5.570 municípios brasileiros, ocupa a posição de 2.332º, apresentando o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de número 0.684. Para comparação e esclarecimento do que isso significa, se relacionado ao contexto da RMBH, a capital mineira, nesse mesmo índice, ocupa a 20ª posição (IDH 0.810), o que evidencia um abismo socioeconômico entre esses dois municípios vizinhos.

³² O IQVU-BH é um índice multidimensional intraurbano que quantifica a desigualdade espacial no interior do tecido urbano, em termos de disponibilidade e acesso a bens e serviços urbanos.

indicadores no que diz respeito à qualidade de vida e infraestrutura. Esse dado parece colocá-los em um estrato social acima de seus colegas e das famílias dos estudantes.

Tabela 9 - Grau de escolaridade

Grau de escolaridade	Número de professores
Graduação completa	22
Especialização	13
Mestrado	2
Total	37

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados obtidos no questionário.

No que concerne ao perfil acadêmico, todos os profissionais interrogados informaram, de acordo com a Tabela 9, ter cursado o ensino superior, sendo que 22 deles possuíam graduação completa, 13, especialização e 2, o curso de mestrado, com muitos desses profissionais fazendo parte da primeira geração de seu grupo familiar a ter acesso ao ensino superior. No que diz respeito aos locais onde se graduaram, há predominância de instituições de ensino superior privadas (27), das quais 7 com caráter confessional, tais como a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), as Faculdades Batista e a Faculdade Claretiano. Chamou a atenção, ainda, o fato de um dos docentes ter sido sacerdote da igreja católica antes de se tornar professor, sendo suas práticas docentes, segundo sua própria análise, bastante marcadas por essa experiência prévia.

No plano das posturas e das atitudes, foi possível notar que os profissionais mais velhos e que haviam concluído sua formação há mais tempo (sem atualização por meio de cursos de formação continuada) demonstraram dificuldade de lidar com pautas ligadas ao respeito às diversidades prescritas nas atuais diretrizes curriculares da Rede Estadual de Ensino. Quando questionados pelos colegas sobre seus comentários e suas atitudes ferindo esta pauta, declaravam-se perseguidos e protagonizavam discussões e embates tensos, fato que prejudicava as relações interpessoais e dificultava a existência de um ambiente de colaboração entre seus pares. Assim, pôde-se observar, especialmente entre os pertencentes ao grupo de acima dos 50 anos, uma maior propensão a se utilizar de recursos ligados ao campo religioso, seja para enfrentar problemas associados à indisciplina dos alunos, seja para promover o cultivo de valores morais que julgavam benéficos para os estudantes, acarretando uma tentativa explícita de imposição de sua própria religiosidade, em detrimento das demais presentes no espaço escolar.

A esse respeito, Tardif e Raymond (2000) argumentam que, quanto mais precária for a formação inicial dos professores, no que se refere à didática, aos fundamentos e aos princípios educacionais, mais eles tendem a lançar mão, em seu ofício, de valores e conceitos derivados de sua própria trajetória existencial pré-profissional. No caso dos professores aqui investigados, a influência de sua religiosidade mostrou-se importante para a constituição de suas práticas pedagógicas.

5.2 Pertencimento e práticas religiosas dos professores

No que tange ao pertencimento religioso dos docentes, verificou-se uma significativa diversidade de credos, em proporções bastante distanciadas daqueles presentes na população brasileira, em geral e no município de Ribeirão das Neves (MG), em particular, conforme os dados do censo de 2010³³ e de acordo com a Tabela 10.

Tabela 10 - Religião dos professores

Religião	Professores da escola investigada	Ribeirão das Neves	Brasil
Católica	37,8%	49,0%	64,6%
Acredita em Deus, mas não tem religião	18,9%	10,1%	8,1%
Evangélica	16,2%	35,9%	22,2%
Espírita	10,8%	0,9%	2,2%
Ateu	8,3%	0,7%	0,3%
Afro-brasileira (umbanda, candomblé)	2,7%	0,1%	0,3%
Outras religiões	5,3%	3,3%	2,3%
Total	100%	100%	100%

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados do questionário e do censo do IBGE (2010).

Como pode ser observado, há, entre os professores, uma expressiva proporção de católicos (37,8%), mas que fica distante daquela verificada na população brasileira, segundo os dados do censo de 2010, que indicam um percentual de 64,6%. Desse contingente, chama ainda a atenção o grupo formado por profissionais que declararam acreditar em Deus, mas que não professavam nenhuma religião (18,9%), número superior ao percentual de professores evangélicos (16,2%). Este último, por sua vez, mostrou-se abaixo do percentual da população brasileira em 2010, que foi de 22,2%,

³³ Mesmo sabendo da defasagem dos dados fornecidos pelo censo de 2010 e das distorções causadas pela comparação destes com dados colhidos em 2022, esta pesquisa se mostrou como a única que poderia servir como parâmetro para as análises realizadas no presente trabalho.

destoando de forma ainda mais significativa do percentual apresentado pela população de Ribeirão das Neves (MG) (35,9%), que se mostrou um dos municípios da RMBH com maior número de evangélicos no censo de 2010.

Outro destaque foi o expressivo percentual de professores que se declararam ateus (8,3%), número entendido como superlativo quando comparado com as porcentagens nacional (0,3%) e do município de Ribeirão das Neves (MG) (0,7%). Também merece menção a proporção de espíritas (10,8%), número expressivamente acima da média nacional (2,2%) e do município de Ribeirão das Neves (0,9%).

Ao somar o contingente de docentes sem religião (apesar de acreditarem em Deus) com os credos minoritários (espíritas, umbandistas, budistas, outras religiões e mesmo ateus), tem-se um expressivo contingente de 46,0% de indivíduos. Esse dado sinaliza para a tendência de quebra do domínio das religiões de origem cristã (evangélica e católica) entre os professores, evidenciando um processo de destradicionalização de sua religiosidade e um distanciamento do perfil da população brasileira e de Ribeirão das Neves (MG), tendo em vista que, segundo o censo de 2010, apenas 13,2% da população do país e 16,1% da população de Ribeirão das Neves (MG) pertenciam a uma religião não cristã tradicional, com ambas as populações apresentando tendência de crescimento do grupo dos evangélicos. Cabe destacar, por fim, que dois docentes indicaram dupla vinculação religiosa: católico e espírita, no primeiro caso, e budista e espírita, no segundo.

Esses dados sugerem que deve haver uma forte disparidade entre o perfil religioso dos professores e o das famílias dos estudantes da escola, podendo estar associado ao fato de terem sido submetidos a trajetórias escolares mais longas. E esse fenômeno evidenciaria o efeito secularizante da formação acadêmica, especialmente do ensino superior, fazendo com que parte desses indivíduos tivesse abandonado suas antigas igrejas ou adotado uma relação com o sagrado mediada pela escolha e pela reflexividade, em vez da tradição familiar, como poderá ser conferido nos dados a seguir.

Tabela 11 - Frequência dos docentes em atividades religiosas

Frequência	Porcentagem
Uma a três vezes por semana	18
Não frequenta nenhuma instituição religiosa	8
Apenas em ocasiões especiais	6
Uma vez por mês	3
Uma vez a cada 15 dias	2
Total	37

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados obtidos no questionário.

Como se vê na Tabela 11, parte significativa dos profissionais interrogados (18) costumava frequentar espaços de culto de uma a três vezes por semana. Dois outros números comprovam ainda o alto grau de adesão, por parte grupo, a práticas religiosas: 24 deles se confessam leitores regulares da Bíblia e/ou outros textos religiosos e 17 participam de atividades como pastoral da família, assistência a moradores de rua, professor de escola bíblica dominical, catequese, liturgias, visitas pastorais e a asilos e atividades de administração de sua igreja ou do espaço de culto. Desse contingente, apenas 6 apresentaram características de membros não praticantes, ao informarem que vão à igreja ou ao espaço de culto apenas em ocasiões especiais (festas, batismos e casamentos, entre outros).

No quesito relação entre os estudos universitários e religiosidade, 16 professores afirmaram que temas ligados à religião fizeram parte dos currículos das instituições de ensino que frequentaram e 10 informaram que algumas discussões realizadas na faculdade entraram em conflito com os valores professados por sua religião. Ainda nesse quesito, 19 responderam que o fato de frequentar um curso universitário influenciou na forma como enxergavam a religião e sua função na sociedade. Eles afirmaram, ainda, que os conhecimentos obtidos durante o curso de graduação permitiram que compreendessem, de maneira reflexiva, o papel histórico e social das diferentes religiões, bem como a complexidade do panorama religioso brasileiro e mundial. Alguns também informaram que o contato com as teorias e os métodos de pesquisa os levaram a compreender melhor os dogmas e as ideologias dos diferentes credos e de maneira analítica a relação entre Igreja, política, desigualdades e os fenômenos de inclusão/exclusão social.

Os entrevistados relataram, ainda, que o contato, a partir de uma perspectiva analítica, com várias expressões religiosas ao longo de seus estudos acadêmicos, ajudou-lhes a superar tabus e visões preconceituosas, especialmente no que diz

respeito às religiões de matriz africana. Nesse sentido, evidenciaram que o fato de frequentar a universidade permitiu uma análise racional e Lhes abriu uma perspectiva crítica e reflexiva sobre o fenômeno religioso, alertando para o perigo da intolerância:

O ensino ajuda a abrir mais a nossa mente. Quando estudamos, conseguimos enxergar as coisas mais claras e não ficamos presos somente no que ouvimos. A convivência na universidade com outras pessoas nos faz enxergar como funciona a religião e como algumas pessoas se perdem e ficam cegas e não conseguem ver o que está à sua volta. (Josué, professor de língua portuguesa -Católico)

Entre os profissionais que se declararam ateus, observou-se uma especificidade, pois o fato de frequentar a faculdade contribuiu para fortalecer suas convicções e aprofundou o seu grau de criticidade frente à função da religião na sociedade:

Os conhecimentos científicos que tive sobre fisiologia, embriologia, morfologia humana e animal e sobre evolução biológica fomentaram ainda mais a minha não crença em uma ou em mais divindades. Além disso, o próprio amadurecimento intelectual que tive me fomentou a pesquisar mais sobre fé e religião dentro da sociedade contemporânea, ajudando a desenvolver mais os meus pensamentos e argumentos sobre o ateísmo. (Charles, professor de biologia - Ateu)

Como pode ser observado neste último relato, a presença na universidade resultou em questionamentos de discursos que se afastam da ciência para explicar fenômenos naturais e sociais, favorecendo um discurso de secularização. Esses profissionais entendiam a religião como um instrumento de dominação, configurando como uma espécie de “ativismo ateu” e chegando, inclusive, a condenar a presença de qualquer elemento ligado à religiosidade no espaço escolar.

Entre os profissionais que informaram pertencer a uma religião de orientação cristã, foi possível verificar uma postura conciliadora no sentido de administrar o conflito existente entre diferentes perspectivas adotadas por grupos religiosos e não religiosos que ocupam o espaço escolar. É que entre os profissionais católicos e evangélicos, e até mesmo nas ações da própria direção da escola (de orientação católica), nota-se o empenho de fazer valer uma visão ecumênica tendente ao cristianismo. Essa postura, ao longo do trabalho de campo, foi problematizada por vários profissionais entrevistados, ao opinar que a visão ecumênica – suscitada pela direção da escola – raramente contemplava religiões como candomblé e umbanda e o espiritismo, que se mostravam alvo de preconceitos e tentativas de invisibilização. Com efeito, alunos, professores e outros sujeitos da escola que professavam religiões

não cristãs declararam ao pesquisador que não se sentiam à vontade para explicitarem seu pertencimento religioso por temerem o preconceito por parte da comunidade escolar.

No que concerne aos docentes declarados evangélicos, foi verificada a tentativa de transmitir, aos estudantes pertencentes a essa religião, a forma supostamente mais correta de viver a fé evangélica, ligada ao protestantismo histórico e às demais vertentes evangélicas cultivadas pelas classes médias, em oposição às doutrinas das igrejas pentecostais instaladas no território da escola e frequentadas por seus alunos. Assim, em várias oportunidades, eles buscavam mediar animosidades ligadas a questões religiosas, assumindo uma postura crítica aos ensinamentos oferecidos pelas igrejas da região, que, na sua avaliação, fomentavam posturas sectárias, avessas à diversidade e pouco elaboradas teologicamente. Nesse sentido, eles acusavam as lideranças religiosas locais de transgredirem os textos bíblicos, fomentando posturas de ódio, além de culpá-las por extorquir e instrumentalizar politicamente³⁴ as pessoas que frequentavam seus cultos.

Assim, de maneira geral, esses profissionais classificavam a fé dos estudantes como alienada, encorajando-os a assumirem posições críticas, inclusive em sala de aula, frente a expressões do pentecostalismo contemporâneo, que é recorrentemente acusado – até mesmo nos próprios meios evangélicos – de desvirtuar o protestantismo histórico. Com efeito, eles assumiam posturas, em muitos casos, assemelhadas àquelas adotadas por lideranças religiosas do protestantismo histórico e de segmentos pentecostais oriundos das classes médias, como observa a literatura que trata da expansão do pentecostalismo no Brasil (FREESTON, 1993; MARIANO, 1999; ALVES; BARROS; CAVENAGUI, 2012; GIUMBELLI, 2001; ORO, 2001; SIEPIERSKI, 2004).

³⁴ Nas visitas que o pesquisador fez a igrejas localizadas no mesmo território da instituição escolar investigada, foi possível observar discussões políticas durante os cultos, mais especificamente a tentativa de pastores e lideranças religiosas influenciarem o voto dos fiéis, confirmando a tendência detectada por Mariano (1999) de transformação de sua influência em capital político. Foram presenciadas tentativas de imposição de candidatos às eleições, apresentando-os como defensores dos valores da família tradicional – “constituída por Deus” – e combatentes contra a “ditadura gay”, tanto no Congresso Nacional quanto na Assembleia Legislativa e na Câmara de Vereadores do município.

5.3 Currículo e religiosidade

Os dados coletados ao longo de todo o trabalho de campo evidenciam que mais da metade dos profissionais entrevistados (N=19) informou identificar, no currículo³⁵, a presença de temas que tangenciavam a questão religiosa. Quando indagados sobre a natureza desses conteúdos, a resposta variou segundo a área do conhecimento do professor³⁶. Assim, os profissionais da área de ciências humanas (filosofia, geografia, história e sociologia) afirmaram que os conteúdos que envolviam discussões ligadas à religião estavam presentes na maioria das temáticas abordadas em sala de aula, citando como mais expressivas as discussões sobre a origem do homem, a reforma protestante, a diversidade cultural e racial, questões de gênero, patriarcado, modelos de família, mitologia greco-romana e nórdica, colonização, presença de matrizes europeias, africanas e indígenas no Brasil, geopolítica do Oriente Médio e formação do território nacional e temas ligados ao respeito e à tolerância entre as religiões.

Os professores de ciências da natureza (biologia, física e química) destacam discussões que envolvem a teoria heliocêntrica x teoria geocêntrica, origem do universo, origem da vida, evolução, evolução humana e sexualidade.

No campo das linguagens (língua portuguesa, língua inglesa, artes e educação física), destacam-se escritores que dialogam com elementos religiosos, cultura afro-brasileira, sexualidade, produção de textos ligados a temáticas raciais, mitologias, simbologias, preconceito e discriminação a minorias, capoeira e danças afro-brasileiras, representação da arquitetura, música e escrita, entre outros, como pode ser observado no depoimento abaixo:

A minha experiência com relação a esse tema, assim, é que na maioria dos conteúdos que eu abordo passa por temas ligados à espiritualidade e religiosidade, principalmente por trabalhar imagens como mitologia e simbologia. Então, a gente acaba passando por esses temas [...]. Outra coisa que perpassa muito pelo meu conteúdo é a questão do nu, a questão do corpo. Então, são temas que, na minha atuação, não dá para fugir, e eu sei

³⁵ Cabe lembrar que o Currículo Referência de Minas Gerais para o ensino médio, formulado a partir da BNCC e homologado em 2021, estimula discussões, em sala de aula, de temas apontados pelos professores como alvo de resistência por parte de alunos, familiares e lideranças religiosas da comunidade. Dentre eles, destacam-se: (i) o reconhecimento e a valorização da diversidade religiosa existente em Minas Gerais, no Brasil e no mundo, com ênfase no combate à discriminação das minorias religiosas, como as religiões de matriz africana e indígena; e (ii) as questões de gênero, sexualidade, valorização da diversidade sexual e combate à homofobia, sobretudo nas áreas de linguagem e ciências humanas. No entanto, há uma ausência nesse documento de discussões sobre a laicidade da escola pública e suas consequências pedagógicas.

³⁶ Com exceção dos professores de matemática, que informaram que não perceberem tal presença nos conteúdos por eles ministrados.

que eles são polêmicos. (Paulo, professor de artes - Espiritualista)

No que diz respeito à forma como ocorria a relação entre os saberes curriculares transmitidos pela escola e os ensinamentos veiculados pelas igrejas evangélicas pentecostais da comunidade, a pesquisa evidenciou expressiva diferença entre as avaliações dos professores, segundo a Tabela 12.

Tabela 12 - Visão dos docentes sobre a relação entre os conhecimentos escolares e os ensinamentos das igrejas

Posicionamento	Número de professores
Relacionam-se de maneira complementar	11
Relacionam-se de maneira conflituosa	10
Não há relação	8
Não conhece os ensinamentos das Igrejas	8

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados obtidos no questionário.

Entre os professores que percebem os ensinamentos veiculados pelas igrejas como complementares aos conhecimentos transmitidos pelo currículo escolar (N=11), na esteira da perspectiva de Durkheim, boa parte vislumbra o envolvimento dos sujeitos com a religião como elemento fundamental para a coesão do tecido social e combate ao processo de anomia, em que supostamente se encontraria grande parcela dos jovens e das famílias atendidas pela escola investigada. Nesse sentido, eles entendem que, assim como adquiriam na escola conhecimentos ligados a valores e ética, ao frequentarem a igreja, os estudantes, a partir dos ensinamentos oferecidos pelas lideranças de demais membros de sua comunidade religiosa, se imbuiriam de valores e práticas que os afastariam de comportamentos desviantes que poderiam prejudicá-los em diferentes campos de sua vida, especialmente nos investimentos nos estudos.

Já entre os profissionais que acreditavam existir uma relação conflituosa entre os conhecimentos escolares e os ensinamentos religiosos (N=10), suas análises, em boa parte, se aproximavam da perspectiva de Marx, na qual a religião constitui fonte de “alienação” (termo utilizado pelos entrevistados) dos sujeitos frente à realidade social brasileira, alicerçada sob um profundo quadro de desigualdade social. Nesse sentido, eles argumentavam que muitos pastores que atuavam na comunidade se opunham à presença no currículo de discussões que veiculassem uma percepção real do mundo social, a qual possibilitaria explicitar os processos de dominação de uma

classe sobre a outra e as diversas formas de conflito social. Eles supunham que essas lideranças temiam que seus jovens fiéis, ao adotarem uma perspectiva crítica, abandonassem a visão espiritualizada do mundo promovida pelo pentecostalismo e, conseqüentemente, deixassem de frequentar os cultos.

O fato é que parcela dos professores acreditava que o envolvimento dos estudantes com as igrejas pentecostais e neopentecostais seria foco de resistência a determinados saberes curriculares conflitantes com as doutrinas e a visão de mundo propagadas pelas lideranças de suas igrejas, as quais – como assinalam Mariano e Gerardi (2019) e Freston (2020) – estimulam seus adeptos a adotarem uma interpretação literal dos textos bíblicos, levando os estudantes (e suas famílias) a questionarem a legitimidade dos conhecimentos oferecidos pelo professor em sua aula, como pode ser verificado no depoimento abaixo.

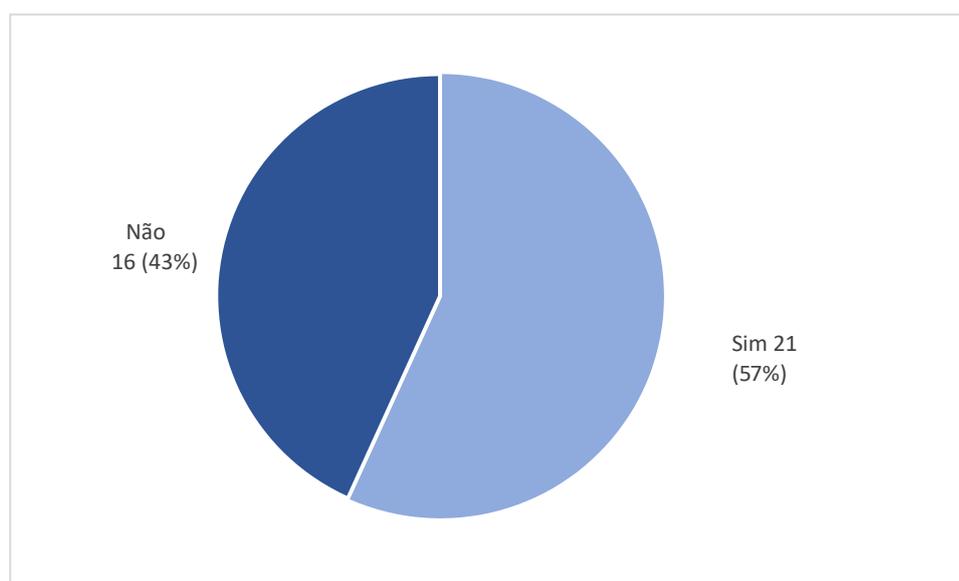
Os alunos são resistentes, veem o professor como a segunda fonte de informação. Têm o líder religioso como norte. Isso aplica mais aos estudantes evangélicos. Eu tenho notado isso, os alunos protestantes, principalmente dessas religiões dentro do protestantismo ligadas à teologia da prosperidade, principalmente os pentecostais, eles literalmente tratam a escola como fonte de informação secundária, eles vão ser aqueles alunos disciplinados e bem aplicados, vão fazer tudo, entregar tudo na data, não vão avacalhar a aula, mas, dependendo do que você apresentar na sala, ainda mais no meu caso, que trato de assuntos mais delicados e que diz respeito à religião como um todo. Enquanto as críticas são voltadas à galera lá de Maomé, eles estão de boa, mas, quando você fala que há um conflito entre três religiões no Oriente Médio, eles já questionam e dizem: “Meu pastor não fala isso”. Entendeu? Você (professor) é o secundário. O cara que tá lá (na igreja) é o guru de tudo. (Zélio, vice-diretor e professor de geografia- Umbandista)

Para esses docentes, quando os saberes oferecidos pela escola trazem questões e/ou apresentam uma visão crítica e reflexiva que destoam dos valores e pontos de vista defendidos pelas lideranças de suas igrejas, a maior parte dos estudantes ligados a essas igrejas ignora o que é ensinado. Assim, este grupo de professores avaliava existir uma espécie de hierarquização entre os ensinamentos das igrejas e os saberes escolares, na qual aquilo que é apresentado pelas lideranças religiosas atua como uma espécie de verdade absoluta, pois, na cosmovisão pentecostal (e, principalmente, neopentecostal), essas lideranças são consideradas como instrumento da transmissão dos ensinamentos e das profecias emanados diretamente de Deus (FRESTON, 1993; MARIANO, 1999; ORO, 2001; GIUMBELLI, 2001).

Desta forma, parte expressiva dos docentes considera que os valores

universalistas que compõem os currículos das escolas públicas tinham o potencial de entrar em conflito com os padrões de moralidade da comunidade onde trabalham, que, a seu ver, possuía valores conservadores e pouco afeitos ao reconhecimento da diversidade. Esse cenário impõe aos profissionais o desafio de desenvolver abordagens pedagógicas que permitam ministrar conteúdos curriculares que tangenciam temas polêmicos, de maneira a não gerarem tensões e conflitos entre professor e estudantes/famílias, especialmente as de orientação pentecostal, como pode ser verificado nos dados apresentados a seguir.

Gráfico 2 - Percepção da resistência a conteúdos curriculares entre os estudantes e famílias



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados obtidos no questionário quantitativo.

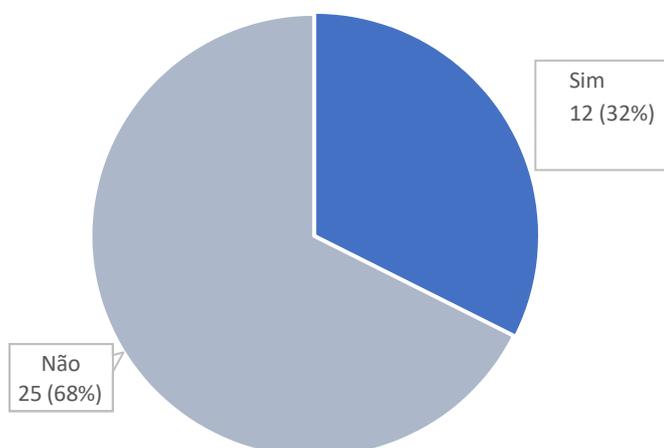
Como se vê, o Gráfico 2 evidencia que 21 docentes (57%) informaram perceber resistência – motivada por questões religiosas – dos estudantes e familiares face a conteúdos curriculares próprios que ministram. Em particular, apontavam certa resistência a materiais didáticos, emanados da Secretaria de Educação e relativos à cultura e à religiosidade afro-brasileira, consideradas, em muitas igrejas da região, como demoníacas, evidenciando, assim, a presença do racismo no discurso de muitas instituições religiosas que se entregam a uma verdadeira batalha espiritual (MARIANO, 1999; ORO, 2001), impactando diretamente na rotina da comunidade escolar, como pode ser verificado no relato abaixo:

Os PETS³⁷ (planos de estudos tutorados) oferecidos pela Secretaria de Educação frisaram muito a cultura afro-brasileira e, todo ano, a gente tem que trabalhar essa cultura afro-brasileira. Eles [Secretaria de Educação] exigem isso no meu currículo; aí é um pouco difícil. Entre os maiores problemas, está a capoeira, por causa das músicas. Algumas músicas falam um pouco de candomblé. Eu explico para os alunos que a capoeira é uma dança e é uma luta e que, na verdade, os escravos fingiam que estavam dançando para enganar os seus senhores de engenho e, assim, podiam treinar para lutar pela sua liberdade. Mas, de fato, são utilizadas algumas músicas que fazem referência ao candomblé na capoeira. Só que hoje eu falo para os meninos, não faz parte mais, a capoeira virou um esporte e não faz parte mais dos terreiros, mas por causa das letras que falam muito daqueles santos e aquelas coisas deles lá. Não só a capoeira, mas o samba também. Às vezes, eles acham que tem a ver com as religiões de matriz africana; tudo que tem batuque a igreja evangélica meio que condena. (Bruna, professora de educação física- Judaísmo Messiânico)

Assim, os professores evidenciaram, em seus relatos, o grande desafio de lecionar certos conteúdos, tendo em vista os embates entre família e escola, motivados por questões religiosas. Nesse sentido, queixaram-se do fato de que as Secretarias de Educação (e as universidades que os formaram) pareciam desconhecer a complexidade existente no ambiente escolar das comunidades em que atuavam, deixando-os sozinhos face à tarefa de mediar conflitos com estudantes, famílias e lideranças religiosas locais, tendo este cenário consequências diretas no comportamento e nas práticas dos docentes adotados em sala de aula, como evidenciado no Gráfico 3.

³⁷ O Plano de Estudos Tutorado (PET) consiste em material composto por um conjunto de apostilas confeccionadas por grupos de professores, sob a coordenação da Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais. Foram concebidos para que os estudantes conseguissem cumprir a carga horária de 800 horas/ano durante a vigência do regime não presencial de aulas, decretado como medida preventiva à proliferação da Covid-19.

Gráfico 3 - Professores que deixaram de utilizar materiais didáticos com potencial de gerar conflito



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados obtidos no questionário.

Como se observa, cerca de um terço dos entrevistados informou ter deixado de utilizar recursos didáticos (filmes, músicas, textos, livros etc.) que abordavam, direta ou indiretamente, questões religiosas em seus conteúdos curriculares, por receio. Essa apreensão – que pode até mesmo levar à autocensura – torna-se ainda mais compreensível quando se sabe que 12 dentre eles já haviam enfrentado este tipo de problema com estudantes e/ou familiares e 10 já haviam sido orientados, pela direção e equipe pedagógica da escola, a evitarem abordar em suas aulas temáticas ligadas à diversidade religiosa e/ou a temas que poderiam suscitar críticas às doutrinas e à visão de mundo das igrejas instaladas no bairro.

Frente a esse contexto, alguns desses profissionais, durante as observações de campo, chegaram a demonstrar preocupação com o esvaziamento do potencial educativo da escola, principalmente no ensino de conceitos científicos e conteúdos ligados ao respeito e à valorização da diversidade. Essa preocupação tornava-se ainda mais aguda face à constatação de que o discurso de cunho religioso vem, ao longo dos anos, se fortalecendo entre as famílias evangélicas e, até mesmo, entre profissionais da educação que são membros dessas igrejas e que passam, eles mesmos, a questionarem a veiculação, em sala de aula, de certos conteúdos que são preceitos basilares da ciência moderna.

O cenário descrito até aqui pode ser mais bem compreendido a partir da escuta de professores que vivenciaram a experiência de ser integrantes de uma igreja

pentecostal enquanto cursavam a educação básica. Por essa razão, eles demonstraram uma relação de empatia com os conflitos vividos pelos alunos, bem como uma preocupação com sua saúde mental, acreditando que os embates e as contradições existentes entre esses dois importantes espaços de socialização (escola e igreja) poderiam chegar ao extremo de promover sofrimento mental:

Eu, quando era aluna, não debatia em sala, mais por questão de ser mais introvertida, mas eu realmente achava tudo muito absurdo. Na minha cabeça era tudo absurdo, aquele tipo de ensino de uma mentira, e que a ciência era inimiga mesmo era coisa do homem. Essas coisas, assim, mas tem uma resistência muito grande ao ensino. Talvez, hoje em dia, eles [os estudantes] falem mais em sala, mas os que não falam têm um conflito gigante na cabecinha deles lá sobre como entender as duas coisas tão diferentes e não questionar. Pelo menos pra mim eu não questionava nem na igreja e nem na sala. Então, eu ficava com essa confusão pra mim mesma, sabe? (Ayla, professora de português – Sem religião).

Em seus depoimentos, esses profissionais narram como a comunidade religiosa que frequentavam encarava a relação com o saber, evidenciando uma resistência à aquisição de conhecimentos que, em alguma medida, poderiam colocar em dúvida preceitos entendidos como fundamentais para se manterem firmes nessa fé.

Sobre o ensino, sobre o incentivo às pessoas estudarem, na igreja que eu frequentava, sempre foi citado o trecho da Bíblia: "A letra mata, mas o espírito vivifica" (2 Coríntios 3:6). Então, eles colocam isso, colocava, ou pelo menos eu entendia como se você estudasse demais, você tentar descobrir alguma coisa, ou tentar saber alguma coisa sobre os mistérios da palavra. Você estaria indo para um lado que não agrada a Deus, né? Que o que você teria que fortalecer seria o seu espírito e não o seu conhecimento, porque o que tá escrito, a letra, o ensino, o estudo, ele mata o espírito, meio que é isso, sabe? Você enfraquece o seu espírito, como se você buscasse conhecimento, isso fosse matar o seu espírito, tirando essa conexão que você tem com Deus e com o espírito santo. É como se o ensino matasse essa sua parte. Então, isso nunca foi incentivado na minha igreja, de que eu teria que estudar, de que eu deveria buscar conhecimento porque esse conhecimento iria enfraquecer a minha fé. Entende? É isso: eles [as lideranças da igreja] usavam em relação a tudo, sei lá, até o próprio estudo da **Bíblia**, e não só a estudar fora, mas até o ensino e estudo da **Bíblia** eles consideravam que esses mistérios você não tem que procurar porque são coisas que Deus revelou a algumas pessoas apenas, e tem coisas que, se Deus não revelou para você, não tem que procurar. E volta aquela história de Adão e Eva de ter buscado o conhecimento e, por isso, ter havido a queda do homem, né? Foi a busca pelo conhecimento. Então, tem toda essa coisa, não é dito assim claramente, você não pode estudar, não era dito, mas, então, era nesse sentido de que o estudo iria te tirar desse caminho, ele iria enfraquecer a sua fé de alguma forma. (Ayla, professora de português- sem religião)

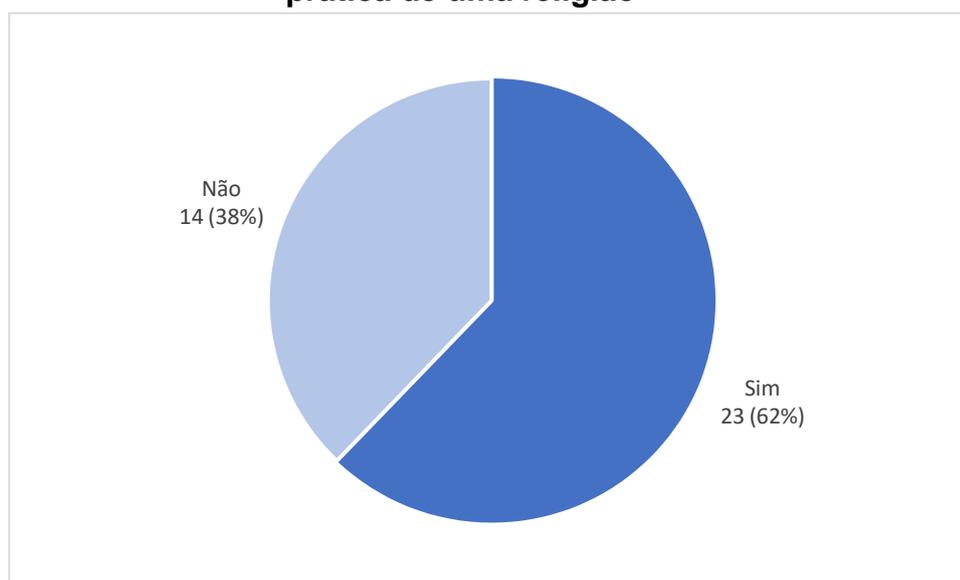
O depoimento acima revela como os estudantes (e as famílias) ligados a esses credos enxergam o papel da escolarização, chegando, até mesmo, a questionarem

as vantagens de uma trajetória escolar mais longa, por temerem que um tempo maior de exposição aos saberes de escolas e universidades, devido ao seu caráter secularizado e distante das leituras literais dos textos bíblicos, resultaria em seu afastamento da igreja.

5.4 Disciplina, desempenho escolar e religiosidade

O discurso dos professores evidenciou que eles identificam à existência de uma relação direta entre o comportamento dos estudantes no espaço escolar e seu pertencimento religioso, como pode ser verificado no Gráfico 4.

Gráfico 4 - Percepção sobre a relação entre comportamento dos estudantes e a prática de uma religião



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados obtidos no questionário.

Como pode ser observado, a maior parte dos professores (23) afirma existir diferenças entre as condutas dos alunos declarados sem religião e aqueles declarados praticantes. Mas, quando questionados sobre a natureza desta diferença, há uma divisão entre dois grupos de professores sobre como se dava a relação entre religião, disciplina e rendimento escolar.

O primeiro grupo, formado por 13 professores, salienta que a adesão a uma religião, por parte dos estudantes, os tornariam mais disciplinados. Esse comportamento foi observado especialmente entre os alunos evangélicos, que, segundo os relatos dos professores, por temerem punição de suas lideranças

religiosas e do próprio Deus, demonstravam maior respeito aos professores e colegas, maior interesse pelos estudos e mais compromisso na realização das atividades escolares, além da busca por desenvolvimento pessoal e liderança, como evidenciado no relato abaixo:

Percebo que os alunos que têm uma relação mais próxima com a religião são mais interessados nos estudos e mais comprometidos com a realização das atividades escolares. Os estudantes praticantes de uma religião se comportam diferentes daqueles não praticantes na maneira de vestir, no modo de ser, a preservação de valores sociais, valorização à vida e à família etc. (Miriã, professora de História- Espírita)

Mas os próprios professores que indicaram a existência dessa relação alertavam para o risco de se fazer generalizações, pois havia alunos que, mesmo sendo praticantes de uma religião, apresentavam condutas de indisciplina dentro do espaço escolar.

E, para além da questão disciplinar, esse grupo de professores cogitou, ainda, a existência de um efeito benéfico da religiosidade sobre o desempenho escolar dos estudantes. Mesmo sem apresentar uma base empírica para fundamentar tal afirmativa, eles consideraram a existência de uma relação entre os resultados em avaliações internas e externas e o fato de o estudante ser praticante de alguma religião. Entre os evangélicos, esse melhor desempenho escolar seria justificado pelo envolvimento dos estudantes em atividades desenvolvidas nas igrejas, onde adquiriam habilidades e competências, tais como interpretação de texto e apresentação de trabalhos em sala de aula, entre outras, que favoreceriam o bom rendimento das atividades escolares.

É interessante observar que essas percepções dos docentes corroboram com achados da literatura internacional (DONAHUE; BENSON, 1995; GLANVILLE; HERNÁNDEZ; SIKKINK, 2008; LEHRER, 1999; REGNERUS; ELDER, 2003) e nacional (ANUATTI NETO; NARITA, 2004; CUNHA, RIOS-NETO; OLIVEIRA, 2014) que evidenciam o impacto do pertencimento a um grupo religioso sobre o desempenho escolar. Para esses autores, o fato de os estudantes pertencerem a uma religião influenciaria positivamente nas dimensões de: i) ordem moral; ii) competências de aprendizagem; e iii) laços sociais e organizacionais.

No âmbito moral, esses estudos salientam a relação entre os valores adquiridos nas igrejas e a diminuição da possibilidade de envolvimento com drogas, consumo de bebidas alcoólicas, gravidez na adolescência e problemas ligados à violência e

criminalidade. Nesse quesito, a religião pode ser vista como a segunda influência social – sendo a primeira a família –, possuindo, assim como a escola e o grupo de amigos, o potencial de afetar crenças, atitudes e comportamentos dos jovens.

Já no âmbito da influência exercida pela religião sob a competência de aprendizagem, destacam-se habilidades adquiridas por esses jovens em suas respectivas igrejas, como artístico-culturais, hábito de leitura e técnicas de oratória e expressão corporal, entre outras, que, segundo a análise desses autores, possuíam um forte potencial de auxiliar diretamente os estudantes em sua vida escolar.

Por fim, as análises apontam os benefícios da integração dos jovens a um grupo religioso e a expansão de seus laços sociais e organizacionais, ao passo que estes teriam à sua disposição uma maior rede de apoio, que apresentaria o poder de ampliar o seu campo de possibilidade para além dos oferecidos pela realidade social vivida por suas famílias.

Entretanto, estes estudos asseveram que o impacto da religião na vida escolar seria variável entre as religiões e até mesmo entre a denominação de uma mesma religião, tendo em vista que cada um desses grupos oferece um contexto organizacional e cultural específico aos seus fiéis. Portanto, apresentando diferentes potenciais para impactar a vida escolar de seus jovens membros.

Já o segundo grupo, composto por 10 professores, associava o pertencimento religioso dos estudantes a um tipo de indisciplina ligado ao questionamento da pertinência das discussões de conteúdos apresentados em sala de aula, que entendiam com agressivos a sua fé, destacando novamente os evangélicos como atores dessas ações. Nesse sentido, alguns estudantes assumiam uma postura de afrontarem e até mesmo perseguirem o professor a ponto de, em situações-limite, se recusarem a participar das aulas e ofenderem verbalmente o docente, sendo, em muitos casos, necessário acionar a intervenção da coordenação pedagógica e da direção escolar para mediar o conflito instituído entre professor e aluno, como descrito por alguns dos profissionais acompanhados.

Com relação ao rendimento escolar, esse segundo grupo de profissionais relatou que estudantes pertencentes às igrejas evangélicas instaladas na comunidade demonstravam mais dificuldade em compreender conhecimentos comprovados pela ciência, pois tenderiam a aceitá-los apenas como hipótese de que teriam um menor

valor do que os seus dogmas religiosos, como pode ser verificado no depoimento abaixo:

Tendem a ter mais dificuldades em aceitar os conhecimentos comprovados pela ciência. Aceitam, em sua maioria, como uma hipótese geralmente de menor valor do que os dogmas religiosos. Tendem ter mais facilidade em negar conhecimentos, técnicas e procedimentos de origem científica. Além disto, apresentam dificuldades em compreender conhecimentos científicos básicos como se define e o que é um conceito científico. Têm mais dificuldade em compreender o que é fenômeno, o que é um fato o que é natureza. (Charles, professor de Biologia- Ateu)

Assim como no posicionamento anterior, os relatos apresentados por esse segundo grupo encontram ressonância na literatura sobre tema (OLIVEIRA, 2000; COSTA, 2011; CUNHA, 2016; SPYER, 2020; MINARELLI, 2020). Esses autores, que buscaram, nas últimas décadas, analisar os impactos, no cotidiano escolar, da presença de novos atores, com especial foco no crescimento de estudantes oriundos de famílias evangélicas pentecostais, evidenciam, em seus estudos, a existência de conflito entre os valores e as práticas ligados a uma visão conservadora do mundo adotada por muitas das igrejas evangélicas pentecostais e os valores vinculados ao respeito à diversidade racial, a religiosos, de gênero, à população LGBTQIA+ e aos ensinamentos ligados à ciência, que, segundo as lideranças desse grupo, se opunham à fé professada pelos estudantes. Este conflito demonstrou exercer forte impacto na disciplina e na aprendizagem dos estudantes.

5.5 Religiosidade e sociabilidade entre os estudantes

No que concerne à sociabilidade, os relatos dos professores evidenciava que eles identificam os impactos diretos do pertencimento religioso dos estudantes nas relações interpessoais com colegas, professores e direção escolar, já que 13 dentre os docentes declararam detectar algum tipo de discriminação, tendo como alvo mais comum os praticantes de religiões não cristãs, como candomblecistas, umbandistas e espíritas, os quais, justamente devido ao preconceito, raramente explicitavam seu pertencimento religioso.

Mas eles (N=11) revelam, também, perceber a existência de discriminação contra os alunos evangélicos, principalmente contra estudantes do sexo feminino pertencentes às igrejas tradicionais (Deus é Amor, Assembleia de Deus e Cristã do Brasil), cujas doutrinas impõem formas de se vestir, corte de cabelo, restrição a uso

de maquiagem etc., o que resultava, em muitos casos, em atitudes de timidez e retraimento por parte dessas alunas, que tendiam a restringir sua sociabilidade – nos vários momentos da jornada escolar – a colegas de suas próprias igrejas.

Contudo essa tendência gregária entre os alunos evangélicos não se reduz às meninas. Na verdade, ela é muito mais geral por ser preconizada tanto pelas famílias quanto pelas lideranças das igrejas que estimulam essa convivência entre iguais como forma de blindar seus jovens fiéis da influência de atores externos ao grupo religioso, mantendo, assim, um alto grau de adesão às doutrinas e visões de mundo que propagam, como pode ser observado no depoimento a seguir.

Sobre isso de ser do mundo e ser da igreja [...] isso dificulta muito as relações, dificulta as amizades. Pra mim [fala de quando era estudante] foi muito complicado, você tem um preconceito com as pessoas, a igreja te fala muito que essas pessoas do mundo têm uma falsa alegria e que só você é feliz porque você tem a salvação. Então, você enxerga totalmente diferente, para eles [lideranças e membros da igreja] você se relacionar com alguém do mundo é uma coisa abominável. (Ayla, professora de português – Sem religião)

Essa ação das igrejas evangélicas pentecostais e neopentecostais, no sentido de proteger os jovens das influências do “mundo”, se confronta, no entanto, com o próprio caráter da instituição escolar, que, para além da transmissão do conhecimento, é um espaço de sociabilidade entre jovens, onde diferentes grupos se reúnem, trocam experiências e, nesse processo, constituem suas identidades, como enfatiza Dayrell (2007).

É por essa razão que, como poderá ser observado no tópico a seguir, essas lideranças religiosas buscam se fazer presentes no espaço escolar, visando influenciar tanto os conteúdos quanto as dinâmicas escolares, chegando ao ponto de tentar implantar práticas de proselitismo. Cabe acrescentar que esse ativismo pode, em casos extremos, resultar em constrangimento aos profissionais do ensino.

5.6 Presença de atores e lideranças religiosas no espaço escolar

No que tange à relação entre a escola investigada e as igrejas instaladas em seu território, os relatos dos professores evidenciaram a percepção deles a respeito da existência de uma espécie de ativismo, de parte das lideranças religiosas, por se fazerem presentes no espaço escolar, inclusive por meio de ações de proselitismo religioso. Quando indagados sobre essa presença, um terço dos docentes declarou

perceber tentativas de interferência no cotidiano escolar, de forma direta e indireta, sendo essas ações promovidas a partir das duas frentes descritas a seguir.

A primeira se dava de maneira direta, consistindo em um movimento de questionar atividades e conteúdos ministrados por professores e pela equipe de direção, os quais consideravam ferir a religiosidade e a fé de seus fiéis. De fato, essas lideranças, segundo o relato dos professores, se colocavam, frente à equipe de direção da escola, como representantes dos estudantes e das famílias que frequentavam sua igreja, como se vê no depoimento abaixo.

Foi em 2011, se não me engano, bem no início da minha carreira como professor. Era um trabalho sobre religiões de matrizes africanas que desenvolvi junto aos alunos que falava de orixás e buscava estudar um pouco a história e as origens de seus nomes. Aí algumas mães pertencentes àquelas religiões mais complexas, que têm aquelas normas que não pode cortar cabelo e não pode passar batom, lideradas pelo pastor de uma das igrejas da região, foram lá na escola questionar o porquê daquela atividade. Acho que eles confundiram estudar com cultuar, sei lá, mas foi bem tenso porque eu fui instruído [pela direção da escola] na época a não prosseguir com o trabalho que estava dentro do projeto político pedagógico da escola e que foi aceito pela supervisora, à qual eu havia apresentado o planejamento. (Milton, professor de geografia- Espírita)

É de se salientar, na fala do professor Milton, que a diretora da escola apoiou, incondicionalmente, as colocações do líder religioso, que, energicamente, durante toda a reunião, criticou a realização da atividade em questão. Ainda segundo o relato do professor, a sua superiora, em nenhum momento, buscou auxiliá-lo na tentativa de explicar ao grupo que essa atividade fazia parte de uma intervenção pedagógica, visando, justamente, combater a intolerância religiosa que cerca as religiões de matriz africana, inclusive no seio daquela comunidade escolar, onde este preconceito parecia naturalizado, a ponto de encarar essas religiões como algo essencialmente mal e demoníaco.

A consequência maior desse episódio talvez resida no movimento de autocensura adotado, desde então, pelos professores da escola, no que se refere ao debate, em sala de aula, de questões que, de alguma maneira, pudessem entrar em conflito com as doutrinas das igrejas evangélicas da comunidade. Com efeito, à medida que a instância de comando imediata à qual devem se reportar deixava claro, em suas orientações, que, caso entrassem em conflito com familiares e pastores – mesmo que ministrando conteúdos respaldados no currículo da Rede Estadual de Ensino –, deveriam enfrentar, sozinhos, as represálias da comunidade, adotando uma posição, nas palavras dos próprios docentes, de “lavar as mãos como Pôncio Pilatos”.

Segundo a opinião dos professores entrevistados, essa atitude de subserviência por parte da direção da escola se devia ao receio de eventuais desgastes face a influentes grupos locais, o que poderia custar ao estabelecimento de ensino a perda de seu apoio no momento de recondução ao cargo de direção, que, como se sabe, depende do voto da própria comunidade escolar.

Esse cenário parece sinalizar para a influência, no âmbito escolar, da teologia do domínio, que, segundo Mariano (1999) e Freston (2020), consiste na busca de lideranças religiosas evangélicas por influenciar, direta ou indiretamente, instâncias diversas de decisão política, no intuito de impor sua visão de mundo, o que restringe, no caso da escola, uma efetiva gestão democrática, que respeite e valorize as minorias e a diversidade cultural e religiosa³⁸.

A segunda frente de interferência no espaço escolar se caracteriza por estratégias de cunho confessional desenvolvidas pelas igrejas, com o apoio de membros da comunidade escolar. Em seus relatos, os professores entrevistados evidenciaram a utilização do estabelecimento para a realização de eventos, atividades culturais e encontros religiosos em que membros das igrejas exerciam proselitismo, inclusive durante os turnos escolares.

De acordo com o relato dos profissionais, essa presença se dava tanto nos finais de semana quanto durante os dias letivos. Até o fechamento das escolas, devido à pandemia provocada pela Covid-19, membros da Igreja Adventista do Sétimo Dia ensaiavam, nos finais de semana, uma banda marcial nas dependências da escola com alguns instrumentos musicais disponibilizados pela direção, em razão de seu desuso, dada a falta de professores de música em seu quadro de profissionais. Os professores entrevistados afirmaram que tal atividade era muito bem-vista pela comunidade escolar, que entendia como legítima e natural a utilização do espaço e dos instrumentos, enfatizando, contudo, que a igreja condicionava a participação dos jovens na banda à sua filiação e observância das doutrinas religiosas.

³⁸ A título de exemplo, no município de Ribeirão das Neves, onde se localiza a escola, observa-se forte influência de lideranças religiosas evangélicas pentecostais sobre o Conselho Tutelar (órgão com forte atuação no cotidiano escolar), com a eleição de conselheiros que, imbuídos da missão de imposição dos valores e da visão de mundo dessas igrejas, em detrimento das demais religiões. Como ilustração, cita-se, aqui, o caso ocorrido na cidade, e que ganhou repercussão nacional, de uma adolescente de 13 anos que, após passar por iniciação espiritual em um terreiro de candomblé, teve sua família denunciada pela escola em que estudava ao Conselho Tutelar que interpretou o episódio como caso de tortura e maus-tratos, formulando denúncia ao Ministério Público, o que resultou no afastamento da menor do seio de sua família por 40 dias, obrigando-a, nesse período, a viver em um abrigo da prefeitura (G1, 2019).

Quanto à presença de atividades religiosas nos dias letivos, os docentes relataram que, até 2018, havia um grupo de oração (célula) no período da noite, liderado por estudantes membros da Igreja Quadrangular. Esses alunos se reuniam uma vez por semana, nos intervalos das aulas, para fazer uma roda de louvor e a leitura da Bíblia, e, uma vez por mês, realizavam encontros mais demorados, que contavam com a apresentação de bandas e equipe de sonorização, promovendo um verdadeiro culto evangélico durante o turno escolar.

Segundo os relatos, o grupo de estudantes que liderava essa iniciativa contava com o apoio e incentivo da vice-diretora do período noturno, que também era pastora evangélica. Ela promovia, nessas ocasiões, a extensão do horário de intervalo entre as aulas e incentivava os professores a participarem do encontro, ainda que por alguns minutos, como forma de valorizar a iniciativa dos alunos, conforme depoimento abaixo.

Ela, como pastora evangélica, passou a ter muita afinidade com esses meninos evangélicos e eles também com ela. Então, tinha bastante menino evangélico lá, sabe? No turno da noite, e esses meninos eram muito ativos nas igrejas aqui do bairro, principalmente na Igreja Quadrangular e me parece a Rosa de Saron, mas eu não sei dizer precisamente se continuou no ano de 2019. Eu sei que esses meninos formaram no 3º ano [do ensino médio]. Nisso ela [a vice-diretora] também saiu da escola e aí não teve mais. (Madalena, professora de Educação Física – Católica/Espírita)

O argumento utilizado pela vice-direção do período noturno para apoiar a realização de tais eventos religiosos é que eles serviriam para acalmar os estudantes que, à época, se mostravam muito indisciplinados, ou seja, seriam uma estratégia para assegurar um ambiente de tranquilidade e respeito.

Ainda sobre a atuação desses grupos de alunos evangélicos nos intervalos das aulas, alguns entrevistados informaram que esses estudantes tinham o apoio dos professores evangélicos e, em alguns casos, chegavam até mesmo a contar com a presença de pastores e pregadores da região.

No entanto, a realização desses encontros foi gradualmente perdendo força, a partir de 2013, por duas razões: (i) os estudantes que os organizavam se diplomaram, sem fazer substitutos; e (ii) a substituição da vice-diretora (pastora evangélica) pelo atual vice-diretor, que é umbandista e, durante as observações de campo, se mostrou defensor do respeito à diversidade religiosa no interior da escola.

Muitos dos profissionais ouvidos se mostraram cientes do papel desempenhado, em diferentes estabelecimentos de ensino, pelo pertencimento

religioso da equipe de direção. Nesse sentido, enfatizaram o desrespeito ao estatuto da laicidade em escolas da rede pública estadual em que trabalhavam, como pode ser observado no depoimento abaixo:

Eu acho que, apesar de falar que a escola é laica, vai pela direção. Eu trabalhava em outra escola que, quando a equipe de direção era composta por uma diretora católica, na hora da entrada dos estudantes menores, rezávamos o “Pai Nosso” e o “Santo Ângelo”. Mas, quando ocorreu a troca da direção e entrou uma diretora evangélica, a oração do “Santo Ângelo” foi eliminada desse momento de comunhão dos alunos, só ficando a oração do “Pai Nosso”. (Laodiceia, professora de português- Católica)

Seus relatos dão conta da diferença observada entre as direções de pertencimento católico, que tenderiam ao respeito dos diferentes credos, e aquelas exercidas por profissionais evangélicos, que, em muitos casos, desenvolviam estratégias para favorecer e, até mesmo, impor sua visão religiosa, em detrimento das demais, não poupando nem católicos nem as religiões de matriz africana e os espíritas.

Em síntese, os depoimentos obtidos mostram que as equipes de direção evangélicas utilizavam, a seu favor, a noção de laicidade, instrumentalizando-a para barrar manifestações de religiosidade católica, espírita ou afro-brasileira, mas tolerando expressões evangélicas, sob o argumento de se tratar da preferência da maioria dos alunos e de sua própria iniciativa.

Durante o trabalho de coleta de dados, constatou-se um embate entre católicos e evangélicos, por ocasião da afixação de um crucifixo na escada de acesso ao segundo andar do pavilhão de aulas, por iniciativa da vice-diretora do período da manhã, e que sofreu duras críticas de parte dos estudantes evangélicos, especialmente os do 3º ano do ensino médio. Mas os protestos dos alunos foram ignorados e taxados de rebeldes, e a fixação do crucifixo foi mantida.

Outras ocasiões de embates são constituídas por momentos de festividade associados à cultura e à religiosidade popular brasileira, que, como se sabe, são fortemente influenciadas pelo catolicismo e pelas religiões de matriz africana, tendo sido, há muito tempo, integradas às práticas escolares, tais como as rodas de jongo, capoeira e de samba e, especialmente, as festas juninas. Estas últimas costumam ocorrer aos sábados letivos e atraem grande contingente de famílias que comparecem às escolas para assistir à apresentação de seus filhos, tornando-se alvo de contestação de lideranças religiosas da comunidade e das próprias famílias

evangélicas:

A festa junina, ela sim foi criada como adoração aos santos, só que a gente tenta falar para os meninos que a gente faz uma festa *country*, que não é adoração dos santos, mas é difícil, muito difícil. São várias coisas que já ocorreram comigo do tipo mãe mandar bilhete dizendo “minha filha não vai dançar”. É complicado, não é fácil, e a gente não pode confrontar; é uma coisa bem familiar e não tem como a gente bater de frente. (Bruna, professora de educação física – Judaísmo messiânico)

O fato é que se assiste, nos últimos tempos, a exemplo do ocorrido na escola investigada, a gestores escolares em busca de diferentes estratégias para minimizar o caráter confessional dessa tradicional festa popular, que, aliás, representa fonte de renda para o caixa escolar.

Tais estratégias consistem em apresentar essa festa como um evento cultural, sem referência aos santos católicos, e em recuperar suas origens históricas, como tradição cultural de celebração da colheita agrícola. Ou, simplesmente, substituí-la pela festa da família, realizada em outra data dentro do calendário escolar.

Como contraponto à atuação das lideranças evangélicas, uma das docentes entrevistadas narrou sua experiência com aluna (e família) pertencente ao candomblé, como se lê no relato abaixo.

Agora uma experiência que eu tive, mais inusitada na escola, foi com uma aluna do candomblé. Eu estava ensaiando as alunas para uma apresentação de dança e, como figurino, todas as meninas deveriam usar uma saia vermelha. Mas uma dessas alunas falou comigo que não podia usar vermelho, e eu achei estranho né? Aí a irmã dela veio conversar comigo no dia seguinte e explicou que essa proibição era por causa da moça dela, o espírito, eu não sei, por isso ela era proibida de usar vermelho para se proteger. Eu não questionei nem procurei pesquisar a fundo. Eu sei que, na apresentação, ela foi a única que ficou com a roupa diferente das outras meninas. Isso aí foi uma coisa inusitada pra mim, foi o mais diferente que aconteceu sobre religião. (Bruna, professora de educação física- Judaísmo messiânico)

Por fim, cabe salientar que os relatos dos docentes evidenciam que é urgente que se coloque em discussão o estatuto da laicidade no interior do espaço escolar. Nesse sentido, justifica-se o investimento, por parte de Secretarias de Educação, universidades e coletivos de profissionais do ensino, em pesquisas que permitam adentrar nos meandros da relação entre família, escola e religiosidade.

CAPÍTULO 6 – RELAÇÃO ENTRE RELIGIÃO E ESCOLA – PERSPECTIVA DOS ESTUDANTES

O objetivo deste capítulo é analisar – a partir da perspectiva dos estudantes – a influência de seu pertencimento religioso em sua relação com os saberes escolares e em suas relações interpessoais com colegas e professores. Para tanto, como explicitado no primeiro capítulo desta tese, foi realizada a coleta de dados junto aos estudantes por meio dos seguintes procedimentos: (i) aplicação de questionários (N=116); (ii) entrevistas semiestruturadas (N=10); e (iii) observação direta de diferentes situações: sala de aula, intervalos dos turnos, atividades extracurriculares, reuniões com a direção e outros espaços dentro do ambiente escolar.

6.1 Perfil demográfico, socioeconômico e sociocultural dos estudantes

A construção do perfil dos estudantes teve por base o questionário quantitativo aplicado a 116 jovens que cursavam o 1º, o 2º e os 3º anos do ensino médio na Escola Fernando Sabino, entre os meses de maio e junho de 2022.

Tabela 13 - Sexo dos estudantes

	Frequência	Percentual
Feminino	65	56,0
Masculino	51	44,0
Outros		0,0
Total	116	100,0

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados obtidos no questionário.

Há, portanto, a predominância do número de mulheres com relação ao número de homens, sendo que nenhum dos entrevistados informou pertencer a uma identidade de gênero que fugisse da heteronormatividade, como pode ser observado na Tabela 13. No entanto, a exemplo do ocorrido entre os professores, nas observações de campo e na escuta desses sujeitos, foi constatada a existência de certa diversidade sexual, que, possivelmente, não foi explicitada devido ao receio de discriminação por parte de colegas, professores e membros da direção. Quanto a estes últimos, observou-se a reticência em favorecer discussões sobre a diversidade sexual, evitando o confronto com as comunidades religiosas locais e da própria

escola.

Tabela 14 - Raça/cor dos estudantes (autodeclaração)

	Frequência	Percentual
Branco	27	23,2
Pardo	64	55,2
Preto	25	21,6
Total	116	100,0

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados obtidos no questionário.

Com base na classificação do IBGE, foi observada, conforme a Tabela 14, uma ampla predominância de negros (76,8), sendo 55,2% pardos e 21,6%, pretos, com os demais (23,2%) se declarando brancos.

Tabela 15 - Idade dos estudantes

	Frequência	Percentual
De 14 a 15 anos	41	35,3
De 16 a 18 anos	74	63,8
De 19 a 20 anos	01	0,9
Total	116	100,0

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados obtidos no questionário.

Como se vê na Tabela 15, no que diz respeito à idade dos estudantes, a maior parte dos entrevistados estava dentro da faixa etária indicada para concluir o ensino médio, ou seja, entre 15 e 17 anos. No entanto, 15% dos estudantes declararam já ter repetido de ano, a maior parte deles se concentrando no turno da noite.

No que tange ao perfil demográfico das famílias dos estudantes, uma diversificação de arranjos familiares foi verificada, a saber:

Tabela 16 - Arranjo familiar

	Frequência	Percentual
Nuclear	66	56,9
Monoparental	32	27,6
Recomposta	15	12,9
Outros	2	1,7
Não respondeu	1	0,9
Total	116	100,0

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados obtidos no questionário.

Como pode ser observado na Tabela 16, o predomínio das famílias nucleares não dissimula o expressivo número de famílias monoparentais (27,6%) – em sua maioria (72,9%), chefiadas por mulheres. Mas é também significativo o número de famílias recompostas (12,9%), nas quais os filhos convivem com a figura de uma madrasta ou de um padrasto.

Tabela 17 - Arranjo familiar x pertencimento religioso (%)

	Católico	Evangélico	Outras
Nuclear	63,3	59,6	41,6
Monoparental	13,4	25,9	50,0
Recomposta	20,0	12,9	4,2
Outros	0,0	1,6	4,2
Não respondeu	3,3	0,0	0,0
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados obtidos no questionário.

Na Tabela 17, quando realizado o cruzamento entre arranjo familiar e pertencimento religioso, foram observados, entre os evangélicos, expressivos números de famílias monoparentais ou recompostas (38,8%), percentual superior ao apresentado pelas famílias católicas (33,4%). Estes dados se mostram dissonantes com a postura de defesa incisiva do modelo de família nuclear como único concebível e da indissolubilidade do matrimônio pregados pelas lideranças religiosas evangélicas que atuavam no território durante as visitas às igrejas realizadas pelo pesquisador.

Como indicador do nível socioeconômico da família, foi indagado, diretamente, aos estudantes, sobre a renda de seu grupo familiar.

Tabela 18 - Renda familiar

	Frequência	Percentual
Até 2 salários mínimos	69	59,5%
Mais de 2 até 4 salários mínimos	35	30,2%
Mais de 4 até 6 salários mínimos	5	4,3%
Não respondeu	7	6,0%
Total	116	100,0%

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados obtidos no questionário.

Como se observa na Tabela 18, predominou, entre as famílias, a faixa de rendimento inferior a dois salários mínimos (até R\$ 2.424,00), seguida pelo grupo que declarou receber entre 2 e 4 salários mínimos (de R\$ 2.424,01 até R\$ 4.848,00). Uma pequeníssima minoria declarou que a soma dos rendimentos do grupo familiar

ultrapassa 4 salários mínimos.

O local de moradia parece confirmar o nível socioeconômico pouco elevado. Com efeito, a totalidade dos alunos interrogados declarou morar no mesmo bairro da escola (ou em suas imediações), que apresentava uma renda média de 1,8 salário mínimo, segundo dados atribuídos pelo IBGE aos moradores de Ribeirão das Neves (IBGE, 2020).

Entretanto, não é elevada a porcentagem dos estudantes que exercem alguma atividade remunerada (22,4%) – na maior parte, alunos do turno noturno. Eles ocupam, como esperado, postos de trabalho de baixa qualificação, tais como vendedor, faxineiro, servente de pedreiro, babá, sacoleira, estagiário no programa Menor Aprendiz etc., recebendo valores iguais ou inferiores a um salário mínimo. Possivelmente, em razão de sua dupla jornada, esses estudantes-trabalhadores apresentam altas taxas de absenteísmo escolar e, conseqüentemente, maior dificuldade de acompanhamento do curso.

Tabela 19 - Escolaridade da mãe

	Frequência	Percentual
Ensino fundamental	39	33,6
Ensino médio	65	56,0
Ensino superior	6	5,2
Não sei responder	6	5,2
Total	116	100

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados obtidos no questionário.

Como se vê na Tabela 19, um terço das mães não ultrapassou o nível do ensino fundamental, predominando o contingente cujo mais alto diploma é o do ensino médio. Esse nível de instrução se reflete no tipo de ocupação por elas exercido, estando a maioria empregada em postos de trabalho com baixa remuneração e longas jornadas, tais como auxiliar de serviços gerais, diarista, balconista, empregada doméstica etc.

Tabela 20 - Escolaridade do pai

	Frequência	Percentual
Ensino fundamental	53	45,7
Ensino médio	36	31,0
Ensino superior	5	4,3
Não sei responder	22	19,0
Total	116	100,0

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados obtidos no questionário.

O nível de escolaridade dos pais dos respondentes é ainda inferior ao das mães, com 45,7% tendo cursado apenas o ensino fundamental, seguido de 31,0% que cursaram o ensino médio, de acordo com a Tabela 20. Dada sua baixa escolaridade, estavam empregados em postos de trabalho com baixa remuneração e longas jornadas de trabalho, tais como servente de pedreiro, repositor, caseiro, segurança, motoboy, motorista de uber e açougueiro, entre outros.

O conjunto desses dados evidencia tratar-se de famílias de baixa renda e com pouco acesso à escolaridade na geração dos pais. Assim, boa parte dos jovens pesquisados constitui a primeira geração a ter acesso ao ensino médio e a poder vislumbrar a possibilidade de uma escolaridade alongada, com acesso ao ensino superior. Com efeito, 62,1% deles demonstraram aspiração ao ingresso na universidade e 35,4%, a um curso técnico pós-médio.

6.2 Pertencimento e práticas religiosas dos estudantes

No que tange ao pertencimento religioso, a análise dos dados aponta para uma concentração em dois credos cristãos, com nítida predominância de jovens evangélicos, em sua maioria membros de igrejas evangélicas pentecostais, como pode ser constatado na Tabela 21:

Tabela 21 - Pertencimento religioso dos estudantes

Religião	Frequência	Percentual
Católica	30	25,9
Evangélica	62	53,4
Acredita em Deus, mas não tem religião	19	16,4
Ateu (não acredita em Deus)	3	2,6
Afro-brasileira (umbanda, candomblé)	1	0,9
Espírita	1	0,9
Total	116	100,0

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados obtidos no questionário.³⁹

No contingente pesquisado, o grupo dos evangélicos (53,4%) se mostra

³⁹ O questionário permitia aos respondentes se declararem membros de mais de uma religião simultaneamente.

superior à média da população brasileira no censo demográfico de 2010⁴⁰, que era da ordem de 22,2% naquele ano. Em contrapartida, a porcentagem de estudantes católicos (25,9%) se mostrou significativamente menor do que o apresentado em âmbito nacional (64,6%) neste mesmo censo.

Entre os evangélicos, há de se salientar a impressionante quantidade de denominações a que os estudantes informaram pertencer, sendo citadas 31, com ampla predominância de igrejas evangélicas pentecostais de todas as ondas do pentecostalismo brasileiro. Entre as mais aludidas, destacam-se: Assembleia de Deus (9,5%), Igreja do Evangelho Quadrangular (5,4%), IURD (5,4%), Igreja Presbiteriana Renovada (5,4%) e Igreja Cristã do Brasil (2,5%). Entretanto, não foi observada forte predominância de nenhuma denominação, evidenciando um processo de pulverização dos fiéis entre as igrejas instaladas no território investigado. No interior deste contingente, 7,6% se referem a jovens que se declaram evangélicos, mas que, no momento, não frequentavam nenhuma igreja, ou seja, compunham o grupo dos “desigrejados”.

Outro destaque foi o expressivo número de estudantes que declararam acreditar em Deus, mas não possuir nenhuma religião (16,4%), com este contingente se mostrando acima da média nacional (10,1%). No entanto, ao longo da investigação, foi possível constatar que muitos destes casos se referiam à situação do “desviado” (nomenclatura nativa utilizada para classificar quem já foi membro, mas se afastou de uma denominação de confissão cristã evangélica) ou àquela do “desigrejado” (indivíduo que decide viver a sua fé cristã evangélica de forma independente). Nestes dois casos, mesmo não possuindo vínculo oficial com nenhuma denominação religiosa, esses indivíduos se mostram fortemente influenciados pela visão de mundo, valores e preceitos do pentecostalismo, fenômenos já apontados pela literatura sociológica (MARIZ, 2012; MAFRA, 2013; NOVAES, 2018).

⁴⁰ Em que pese a conhecida defasagem dos dados do censo de 2010 em relação ao contexto atual. Porém não se dispõe, ainda, dos dados do censo de 2022.

Tabela 22 - Raça/cor do estudante x pertencimento religioso

	Católico (%)	Evangélico (%)	Outras⁴¹ (%)
Amarelo	0,0	0,0	0,0
Branco	23,3	16,2	41,6
Pardo	50,0	67,7	29,2
Preto	26,7	16,1	29,2
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados obtidos no questionário.

Quando realizado o cruzamento entre raça/cor e pertencimento religioso, fica evidente, de acordo com a Tabela 22, que, entre os estudantes negros (pretos e pardos), a maior porcentagem é de evangélicos (83,8%), contra 76,7% que se declaram católicos, dados que dialogam com a literatura sobre o pentecostalismo, evidenciando ser esta a religião com o maior contingente de negros no Brasil (SPYER, 2020).

Com relação à questão da mobilidade religiosa, os dados evidenciaram uma baixa parcela de jovens que mudaram de religião ao longo da vida (9,5%). A baixa taxa entre os evangélicos (6,5%) foi justificada pela tendência dos estudantes de seguirem a mesma religião da mãe. Já entre as mães católicas (32,2%) e as que acreditavam em Deus, mas não professavam nenhuma religião (4,2%), essa capacidade de transmitir sua preferência religiosa para os filhos se mostrou menor.

No que diz respeito à forma como os estudantes exercem sua religiosidade e ao seu grau de envolvimento com a instituição religiosa, foram observadas diferenças significativas entre membros do catolicismo e evangélicos. Dentre estas, destaca-se o padrão de frequência aos templos, conforme evidenciado na Tabela 23.

⁴¹ Em razão da forte predominância de católicos e evangélicos entre os entrevistados, todos os outros credos em número muito reduzido foram agrupados na categoria "outras".

Tabela 23 - Frequência dos estudantes a templos religiosos

	Católico	Evangélico	Outras
Todos os dias	0,0	3,2	0,0
De uma a três vezes por semana	23,3	61,3	4,8
Uma vez a cada 15 dias	0,0	6,5	4,8
Uma vez por mês	10,0	11,3	0,0
Frequenta os encontros da igreja apenas em festas e ocasiões especiais	43,4	12,9	19,0
Não frequenta encontros de nenhuma instituição religiosa	23,3	4,8	71,4
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados obtidos no questionário.

Como se vê, o grupo dos evangélicos apresentou uma alta frequência, com 64,5% de seus membros declarando comparecer pelo menos uma vez por semana a encontros religiosos, parte deles chegando a frequentar o templo todos os dias da semana, como explicitado no relato abaixo:

Os cultos lá na minha igreja são quatro dias na semana, tirando sábado e domingo, que são requentes normais, ou seja, todos os membros têm a obrigação de estar presente. Aí só não tem atividade na segunda-feira. Então, para ser um membro ativo e participar das atividades, você tem que estar de terça a domingo na igreja. (Joana, 16 anos, Igreja Batista Ágape)

Já entre os católicos o percentual de membros que frequentavam a igreja pelo menos uma vez por semana se mostrou significativamente inferior (23,3%), com a maior parte (66,7%) apresentando características de não praticantes, isto é, frequentando raramente a igreja e apenas em ocasiões especiais, como casamentos e batizados.

Essa diferença pode ainda ser verificada por meio da grande proporção de evangélicos que declara participar de atividades oferecidas por suas respectivas igrejas, como pode ser verificado na Tabela 24.

Tabela 24 - Realiza atividade na igreja ou no espaço de culto

	Católico	Evangélico	Outras
Sim	23,3	59,7	12,5
Não	76,6	40,3	16,6
Não se aplica	0,0	0,0	70,8
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados obtidos no questionário.

A maioria dos evangélicos (59,7%) informa, portanto, participar de atividades oferecidas por suas igrejas, tais como cantar e/ou tocar um instrumento musical (equipe de louvor), dança, participação em grupo de jovens, ações de evangelismo e/ou células etc. Já entre os católicos, esse percentual se mostrou significativamente inferior (23,3%).

Essa expressiva diferença na relação que católicos e evangélicos mantêm com suas respectivas igrejas evidenciou distintos graus de influência na construção da identidade desses indivíduos. Nesse sentido, as igrejas evangélicas demonstraram um maior potencial de inculcar, em seus jovens membros, valores, costumes, ideologias e princípios de natureza mais conservadora. E esse processo tem consequências diretas na forma como seus membros se relacionam em diferentes espaços, dentre eles a escola, como será apresentado mais adiante.

No entanto, esses altos níveis de adesão às igrejas evangélicas contrastam com as altas taxas de mobilidade interdenominacionais apresentadas pelos estudantes, posto que 41,9% informaram já terem mudado de denominação religiosa ao longo da vida. Com relação à direção obedecida pelas constantes mudanças, observou-se o fenômeno já descrito por Novaes (2018), que indica a existência de um fluxo de jovens que abandonam as igrejas evangélicas tradicionais – pertencentes à primeira e à segunda ondas do pentecostalismo no Brasil (Cristã do Brasil, Deus é Amor e Assembleia de Deus) – rumo às igrejas pentecostais surgidas mais recentemente, cujas características são a busca do diálogo com as demandas da juventude e um menor rigor em suas doutrinas concernentes a vestuário, namoro, acesso a meios de comunicação e mídias sociais etc.

Esse fenômeno parece ser corroborado pelas principais razões alegadas, pelos entrevistados, em relação à mudança de denominação, a saber: i) o conflito com as lideranças religiosas (28,6%); ii) discordância no tocante a certas práticas (22,9%); e iii) princípios adotados (22,9%) pelas igrejas. Essa dinâmica dialoga com os estudos realizados pelos pesquisadores que adotam o paradigma da escolha racional religiosa (FINKE, 1997; IANNACCONE, 1998; STARK, 1999), os quais evidenciam a existência de um mercado religioso dinâmico, marcado por disputas fratricidas entre as igrejas evangélicas pentecostais e que teria, como um dos efeitos, um processo de renovação dessas igrejas, como parece evidenciar o depoimento abaixo:

A minha Igreja tem 12 anos. De cinco anos pra lá, era mais rígido porque era tipo a doutrina da Assembleia de Deus, tipo, mulher não pode usar calça *jeans* etc. Aí eles viram que a igreja começou a perder o público, e as pessoas que estavam ali diziam que estava rígido demais. Aí tiraram um pouco dessas doutrinas, pois entenderam que, na Bíblia, não tinha nada que falasse sobre isso de mulher usar saia ou calça *jeans*. Então, pararam de impor essa doutrina. Aí a igreja passou a ser uma igreja liberal nesse sentido. (Isaque, 17 anos, Igreja Batista Ágape, grifos meus)

Mas outra motivação apontada para a mudança associa-se à resistência, de parte de muitas igrejas, em oferecer a escola dominical e/ou encontros voltados para o estudo da Bíblia. É que isso, segundo os entrevistados, os alienava dos conhecimentos bíblicos que permitiriam que eles reconhecessem as eventuais transgressões cometidas pelas lideranças e, conseqüentemente, seu questionamento.

Eu tenho ido na igreja do pastor Arnaldo, mas tenho encontrado algumas coisas lá que pra mim não estão muito legais [...]. Ele não dava a escola dominical, que é muito importante. Assim, ele não entregava conhecimento sobre a palavra de Deus. E, se você não conhece, você não questiona, e com isso o cara vai falar qualquer coisa lá na frente e você abaixa a cabeça e concorda. (Drielle, 18 anos, Igreja Pentecostal Casa de Oração Shalon)

Nesse sentido, mostraram-se recorrentes as críticas às atitudes dos pastores e da própria comunidade religiosa frequentada, quando suas condutas contradiziam seus discursos. Os jovens revelaram também que, ao assumirem posturas críticas, são classificados como rebeldes e apontados como mau exemplo de cristão:

Olha, eu frequento a igreja aqui do bairro que se chama Rosa de Saron, só que eu não concordo com muita coisa e, por isso, eles não me enxergam como uma referência [...]. Eu leio a Bíblia e acho que Deus e Jesus não pregavam o ódio por outras pessoas, e a igreja evangélica tem muito disso, eles falam que respeitam, mas não respeitam. Eu não concordo com essa parte de ter de ofender as outras pessoas, e isso deu muita discussão lá na igreja. Eu sou só a favor do respeito, e na igreja evangélica pode falar que tem, mas não tem não! Quando encontram uma pessoa que discorda, aí metem a língua como se não houvesse nada. O perfil do bom fiel é frequentar e não contestar, que a igreja evangélica é exatamente isso, é acreditar no que foi dito lá na frente e pronto. (Ana, 17 anos, Igreja Rosa de Saron, grifo meu)

O depoimento acima confirma a tese de Novaes (2018), que refuta, como sendo um estereótipo, uma definição única de jovem evangélico. Segundo a autora, existem, nesse grupo, jovens que se relacionam de maneira reflexiva com sua religiosidade e que, a despeito da postura hegemônica nesse segmento religioso, dialogam amplamente com pautas identitárias que, em princípio, não seriam esperadas da parte

de jovens evangélicos, tais como a defesa da liberdade reprodutiva, do feminismo, da diversidade religiosa e da comunidade LGBTQIA+.

É importante acrescentar, por fim, um fato ocorrido com a estudante que deu o depoimento acima. Ela liderou um grupo de colegas que questionou, junto à direção da escola, a existência de um crucifixo na escada do prédio que dá acesso às salas de aula, com o argumento de que isso feria a fé de pessoas que professam outras religiões, mas convivem no mesmo espaço. Esses estudantes tiveram sua reivindicação ignorada pela direção, que manteve o símbolo religioso afixado. E, assim como na igreja, foram taxados pela direção da escola como rebeldes.

6.3 Currículo e religiosidade

Os dados colhidos ao longo do trabalho de campo evidenciaram que os jovens enxergam, no currículo escolar, expressiva presença de temas que consideram tangenciar questões afetas à religião e à religiosidade. A Tabela 25 mostra que cerca de 70% deles o admitem.

Tabela 25 - Presença de temas relacionados à religiosidade nas disciplinas que compõem o currículo

	Frequência	Percentual
Sim	81	69,8
Não	35	30,2
Total	116	100

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados obtidos no questionário.

De acordo com os entrevistados, isso ocorre de forma mais incisiva nas aulas de filosofia, história, sociologia, artes e biologia, posto que nelas são debatidos temas como diversidade sexual (homofobia, transfobia etc.), desigualdades de gênero, educação sexual, diversidade religiosa, história da religião, diversidade cultural, política, preconceitos sociais, origem da vida etc.

Já na Tabela 26, observa-se que 38,8% dos estudantes percebiam uma relação direta entre os saberes curriculares e os ensinamentos oferecidos pelas igrejas.

Tabela 26 - Relação entre disciplinas do currículo e religiosidade

	Frequência	Porcentagem
Não há relação	39	33,6
Se relacionam de maneira positiva	35	30,2
Se relacionam de maneira conflituosa	10	8,6
Não se aplica, pois não frequento nenhuma igreja ou espaço de culto	32	27,6
Total	116	100,0

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados obtidos no questionário.

E essa relação foi descrita a partir de duas perspectivas. A primeira – que contempla a maior parte dos respondentes (30,2%) – enxerga tal relação de modo positivo e complementar. Segundo esse grupo, a existência dessa relação funciona como fator de motivação e elemento facilitador da compreensão das discussões travadas em sala de aula, em razão de já ter havido uma primeira aproximação com esses assuntos, por meio da escola bíblica ou dos grupos de jovens promovidos pelas igrejas, como se vê no depoimento abaixo:

A igreja fornece educação primeiro. Você sempre tem a escola dominical, que é para te orientar, primeiramente, sobre a Bíblia, mas nesses encontros você obtém também outros conhecimentos. Por exemplo, eu tive conhecimento do darwinismo muito antes de estudar na escola, pois a igreja já havia me orientado. Aquele outro, o Martinho Lutero, antes de chegar essa matéria na escola, eu já tinha estudado na igreja, ou seja, algumas matérias a igreja já me adiantou, e eu sabia debater com o professor. Às vezes, nem debater; conversar sobre a matéria. Isso me ajudou muito a passar de ano. (Isaque, 17 anos, Igreja Batista Ágape, grifo meu)

A segunda perspectiva – largamente minoritária entre os estudantes (8,6%) – estabelece uma relação conflituosa entre certos saberes escolares e os ensinamentos oferecidos por suas igrejas. Entretanto, a despeito dos dados obtidos por meio do questionário, as observações de campo e a escuta dos estudantes evidenciaram que, no que diz respeito a certas temáticas, alguns alunos – com alto nível de engajamento em suas igrejas – preferiram se calar em relação às contradições entre igreja e escola, por receio de prejudicar a imagem da igreja, postura que exigiu do pesquisador certa perícia – tanto nas observações de campo quanto nas entrevistas – para criar um cenário de confiança que permitisse que esse jovem externasse suas reais percepções sobre a relação entre religião e escola⁴².

⁴² Porém é lícito supor que o período pandêmico, com seu conseqüente afastamento do ambiente escolar, tenha impactado na forma como os investigados enxergavam as contradições entre igreja e

Sobre a natureza das contradições entre escola e igreja, segundo os investigados, é comum ouvir, durante os cultos e outros tipos de encontros, críticas das lideranças religiosas a discussões travadas na escola acerca da diversidade religiosa, cultural e de gênero e, até mesmo, sobre temáticas científicas que, segundo a visão destas lideranças, poderiam influenciar, negativamente, na constituição dos valores cristãos dos membros de suas igrejas e afastar as crianças e os jovens dos caminhos da fé cristã evangélica.

Isso denota a relação contraditória dessas instituições com o papel que dizem atribuir à escola na vida de seus membros, posto que costumam estimular, em seus cultos, o investimento nos estudos. De fato, grande parte dessas instituições segue a teologia da prosperidade, que considera a qualificação profissional como um dos principais caminhos para o almejado sucesso na vida financeira.

Com efeito, foi possível perceber, na atuação de muitas dessas lideranças – no âmbito de escolas bíblicas, palestras e encontros –, uma tentativa de blindagem de seus fiéis face a conhecimentos transmitidos pela escola, ocasião em que sugeriam que determinadas discussões presentes nos currículos não deveriam ser levadas em conta por contradizerem os textos bíblicos, tidos como a única fonte de verdade.

Assim, antes mesmo que essas temáticas fossem abordadas na escola, os estudantes e suas famílias eram estimulados a desacreditá-las, promovendo, portanto, uma espécie de “vacina antiefeito secularizante”, no intuito de evitar que os professores, em suas aulas, influenciassem os estudantes, mediante conhecimentos que colocassem em questão a visão de mundo apresentada na igreja.

Na igreja que eu era membro antes, orientavam a gente a ser mais fechado. E, se os professores viessem falar de darwinismo, eles orientavam para você passar longe, porque tudo isso era mentira, porque Deus criou tudo, e isso era na verdade invenção do diabo. Então, eles já te dão uma forma de raciocínio que ajuda a diferenciar uma coisa da outra. Outro exemplo, lá [na igreja] é sempre ensinado que o cristianismo é certo e macumba é errado, ou seja, a igreja evangélica e a igreja católica, que são parecidas, são certas e as religiões africanas não, elas são erradas, todas elas são macumba, todas. Não tem aquele assunto que o mal é só feito no quimbanda, são todas erradas. Religião africana, pelo amor de Deus! Dentro da religião cristã, se você chegar e conversar com o pastor, toda a hora ele vai falar: “Isso é macumba, isso é errado”. Então, quando é abordado na escola, já aconteceu na aula de geografia, os alunos cristãos, inclusive eu, têm preconceito contra as religiões de origem africana. (Isaque, 17 anos, Igreja Batista Ágape)

escola, as quais se tornam mais evidentes a partir dos debates, em sala de aula, entre professor e alunos.

Tal estratégia parece surtir efeito, pois os estudantes, quase em sua totalidade, afirmaram que, em caso de conflito entre o que é ensinado na igreja e os conteúdos curriculares aprendidos na escola, optariam por seguir a liderança de sua igreja, como pode ser constatado no depoimento abaixo:

Eu acho que é mais do que óbvio que eu iria acreditar mais no pastor do que no professor. Mas por quê? Eu sou fã de teorias que têm muitas opções, muita prova. Então, em uma discussão entre o pastor da igreja e o profissional da escola, eu iria na do pastor, porque, se você falar com ele “eu concordo com o homossexualismo e acho que toda forma de amor é válida”, o pastor vai pegar e te apresentar trezentas referências bíblicas até te provar que, segundo a Bíblia, não pode por causa disso, disso e daquilo. Assim, por ter um tanto de provas, mais do que os professores, e por estar do lado de Deus e o que a Bíblia diz, eu vou pela palavra do pastor, porque os argumentos dele são mais sólidos. (André, 15 anos, Igreja Batista da Lagoinha, grifos meus)

De um modo geral, foi possível constatar três tipos de postura adotados pelos estudantes evangélicos para lidar com esse conflito dentro do espaço escolar.

A primeira consistiria no embate direto e na discordância frontal em relação às abordagens adotadas pelos professores em sala de aula. Esses alunos, a partir dos ensinamentos da igreja, questionam a existência de certos conteúdos curriculares que, a seu ver, vão contra sua fé e seus princípios religiosos, defendendo, inclusive, seu direito de adotar posicionamentos que estigmatizam e discriminam minorias sexuais e religiosas presentes no espaço escolar. No entanto, quando lhes são oferecidas justificativas para a presença legal e legítima dessas discussões no currículo, declaravam-se alvos de perseguição ideológica e cerceamento da liberdade de expressão, conforme se evidencia na fala do entrevistado:

Tem muitos professores que levantam essa pauta de homossexualismo, de feminismo, política, direita e esquerda. Aí você vai debater e eles te tacham de radical, porque, tipo assim, a igreja [evangélica] num todo, acredito que qualquer placa de igreja, ela é de direita, ela te orienta a zelar por valores da família, tipo assim, homossexualismo tá fora. Não é que você vai ver uma pessoa com homossexualismo na rua e vai jogar pedra. Principalmente na política a gente vai debater, defendendo nossa opinião, e eles [professores e colegas] falam: “Olha lá, ele diz isso porque é crente, não gosto de crente porque crente é de direita, crente apoia o Bolsonaro”. Na verdade, não apoiamos o Bolsonaro; apoiamos a direita, e o Bolsonaro, por fazer parte da direita, a gente acaba indo junto com ele. Aí a gente é muito julgado, tanto pela opção política, opção de gênero. Quando a gente vai apresentar nas aulas a posição da igreja, dizendo que ela não concorda com isso, já somos tachados de homofóbicos, a igreja é homofóbica, você é homofóbico. (Isaque, 17 anos, Igreja Batista Ágape)

A segunda postura adotada por um grupo de estudantes evangélicos é a de uma relação pragmática com os conteúdos curriculares. Esses estudantes se colocam

(aparentemente?) em conformidade com o conteúdo ministrado pelo professor, tanto com a finalidade de obter bom resultado nas avaliações quanto para evitar embates com os professores e colegas. No entanto, em algumas situações, deixam transparecer sua discordância quanto ao ensinado em sala de aula, por atentar contra a Bíblia e, conseqüentemente, ferir sua crença:

Acho que algumas coisas entram em contradição como, por exemplo, a teoria do big bang. As pessoas acreditam que tudo veio do nada, simplesmente uma explosão e surgiu tudo. Na mente de uma pessoa cristã, isso chega a soar como uma burrice. É tudo muito perfeito, tudo muito do que deveria ser. Se fosse um pouquinho pra mais, não existiria e, se fosse um pouquinho pra menos, também não existiria. Então, é tudo muito bem equilibrado e, quando você analisa, isso é muito difícil de entrar na nossa cabeça, que tudo é uma grande coincidência e não a obra de um criador. A teoria dos macacos também, porque diz que os homens evoluíram dos macacos, contradizendo a Bíblia, que afirma que Deus criou o homem e Deus criou a mulher através da costela do homem. Então, esse tipo de coisa acaba entrando em contradição. Eu prefiro seguir a minha fé, que é o que mais faz sentido pra mim. Mas, dentro da escola, é diferente. Por exemplo, em uma prova, não tem essa opção de tipo Deus criou o homem e todas as coisas. Lá só tem a teoria dos macacos. Aí eu vou lá e marco, mesmo não sendo a minha verdade. A gente tem que ser político. (Lídia, 16 anos, Igreja Cristã do Brasil, grifo meu)

Por fim, destaca-se uma terceira postura observada entre os alunos que buscavam integrar os dois mundos, a partir da adoção de uma leitura flexível dos textos bíblicos. De forma espontânea e pouco fundamentada, tentavam promover uma integração entre os conhecimentos veiculados pela escola e as lições aprendidas em suas igrejas.

Eu acredito que a teoria da evolução e o big bang podem, de fato, ter existido. É uma coisa que eu penso muito, olhando pelo lado espiritual, me pergunto: E se, olha um se bem grande, Deus não fez dessa forma? Por exemplo, lançando um meteorito para acabar com os dinossauros, para o *homo sapiens* evoluírem até chegar nos humanos. Eu acho que não é contraditório a história do big bang e a história de que Deus criou o mundo. Por exemplo, Deus pode ter criado o homem do pó da terra, mas, pensando na evolução, será que Deus criou o mundo como ele é hoje, ou ele faria todo um procedimento? Ele levou sete dias. Na verdade, seis, porque no sétimo ele descansou. Mas, nesses seis dias, ele pode ter criado um processo todo para criar a terra, fazer as aves, os peixes e todos os seres vivos. Na lógica da Bíblia, o tempo é relativo; o tempo dos homens não é igual o tempo de Deus. Então, os sete dias contado pra gente, hoje, pode ter sido milhares de séculos. (Joana, 16 anos, Igreja Batista Ágape, grifos meus)

Portanto, mesmo se mostrando em conflito frente às contradições entre o que é pregado e o que é ensinado na escola, esta parcela do grupo dos evangélicos, em vez de optar por um ou outro, buscava transformar os conhecimentos científicos em auxiliares na compreensão dos textos bíblicos.

Ao analisar os discursos apresentados pelas três posturas, os une o sentimento de estarem confusos frente às contradições entre os conteúdos apresentados pela escola e os ensinamentos oferecidos por suas igrejas. Em todos os casos, é lícito supor certo desgaste psicológico e, mesmo, conflitos internos ocasionados tanto pela postura dogmática das lideranças religiosas como, também, pela inabilidade dos profissionais da educação em estabelecer mediações pedagógicas entre o discurso científico e as crenças dos alunos. De maneira geral, esses estudantes não demonstraram confiança de explicitar este desconforto na escola, por medo de serem ridicularizados por colegas e professores, e muito menos na igreja, onde o discurso de que a Bíblia é a única fonte de verdade não deixava a mínima margem para dúvidas. Assim, guardavam tais conflitos para si, o que demonstrou gerar uma angústia que impactava, diretamente, na sua relação com o espaço escolar, como pode ser observado no fragmento do caderno de campo transcrito abaixo:

Na aula de sociologia que discutia a questão étnico-racial, um estudante perguntou ao professor: “Qual é a cor de Adão e Eva?”. Esta questão foi motivada pela leitura, no livro didático, de que o continente africano era o berço da Humanidade e, na Bíblia, de que os primeiros seres humanos a habitarem a terra eram Adão e Eva. Ele parecia demandar do professor uma resposta que resolvesse a contradição derivada da visão científica da origem do ser humano e à narrativa religiosa. O professor, em resposta, argumentou que a questão por ele apresentada não poderia ser respondida à luz da ciência, tendo em vista que a crença na narrativa bíblica dependia de uma questão de fé, pois não haveria indícios factíveis sobre a própria existência de Adão e Eva. O estudante, ao final da aula, em conversa privada, declarou que, por vezes, sentia-se confuso entre o que era apresentado pela escola e o que era defendido na sua igreja. Ao ser indagado se considerava a ministração desses conteúdos (teoria da evolução, origem do homem, big bang etc.) como ofensivo à sua fé, respondeu negativamente, mas declarou não se sentir à vontade para apresentar dúvidas surgidas durante as aulas por medo de ser ridicularizado, guardando para si suas inquietações.

Excerto do caderno de campo – observação realizada no dia 11/11/2021.

6.4 Disciplina, desempenho escolar e religiosidade

Em relação à conduta dos estudantes, os dados obtidos junto a eles vieram confirmar as análises realizadas no capítulo anterior com base nos dados obtidos junto

aos professores. Os estudantes declararam perceber uma relação direta entre sua identidade religiosa e a conduta disciplinar adotada na escola, sinalizando para diferenças significativas entre os integrantes do grupo dos evangélicos frente aos demais. Estar-se-ia, assim, em face de uma espécie de efeito religião sobre a conduta disciplinar dos alunos?

Neste caso, esse efeito religião seria justificado pelo papel de socialização desempenhado pelas comunidades religiosas evangélicas, ao estimularem seus membros a desenvolverem o autocontrole em campos como a vida escolar, os relacionamentos afetivos e familiares e a carreira profissional. No interior do espaço escolar, esse efeito poderia ser verificado em relatos como o da estudante Natália, 15 anos, membra da Assembleia de Deus: “Eu acho que existe relação entre escola e igreja sim, porque escola é regra e a igreja é regra. Então, a disciplina que eu tenho dentro da igreja é a disciplina que eu tenho aqui na escola também”.

Essas igrejas evangélicas, por estarem vinculadas, em maior ou menor grau, à tradição do protestantismo histórico, defendem, entre seus principais preceitos, uma relação hierárquica entre o espírito e o corpo. Suas doutrinas e seus ensinamentos têm como propósito afastar os fiéis de impulsos carnis, treinando-os para dominar desejos, apetites e atitudes intempestivas e coléricas. Além de buscarem incutir neles uma ética da dedicação aos estudos e ao trabalho, como forma genuína de servir a Deus, como evidenciam estudos clássicos sobre o protestantismo (WEBER, 1904/2004; BERGER, 1985). Não se encontram, efetivamente, entre os estudantes evangélicos, disposições à indisciplina ou à violência no espaço escolar, como evidenciado no depoimento abaixo:

Eu acho que, em questão de convivência escolar, o fato de eu ser evangélico ajuda. É, ajuda sim, porque, querendo ou não, me faz ser uma pessoa mais regrada. Eu não vou pegar uma cadeira e jogar no professor. Não vou, sei lá, fazer uma rebelião. Ao contrário, eu estou sempre ali tentando ajudar os colegas, sempre buscando orientá-los para um caminho bom. (Isaque, 17 anos, Igreja Batista Ágape)

Esse fenômeno de convergência entre, de um lado, a atuação das igrejas evangélicas e, de outro, as demandas de professores e gestores em matéria disciplinar, foi verificado ao longo de toda a observação de campo, ficando, inclusive, acima da própria busca pelo bom desempenho acadêmico dos estudantes.

Entretanto, as entrevistas evidenciam, também, os limites dessa convergência, à medida que objetivos da escola e das igrejas se revelam distintos. Ao estimularem

seus membros ao bom comportamento na escola, as lideranças religiosas não têm, necessariamente, por objetivo, beneficiar o processo de aprendizagem dos saberes ensinados, mas, sobretudo, que eles sejam testemunhos e portadores da fé cristã evangélica e incentivos à conversão de novos membros:

Na escola bíblica, eles falam que temos que nos comportar bem na escola, e que temos que respeitar os colegas e professores, porque tudo que a gente faz tem que fazer como se fosse para Deus. Então, estimula você a ser bom porque gera testemunho. Então, tem que ter o respeito e tudo mais. (Natália, 15 anos, Assembleia de Deus)

A utilização da escola, por parte das lideranças religiosas, como espaço estratégico para ações de proselitismo, pode ser confirmada pelo fato de que 72,6% dos estudantes evangélicos declararam receber estímulos de suas igrejas para desenvolverem atividades na escola com o objetivo de fortalecer a fé evangélica ou evangelizar outros estudantes (“ganhar o máximo possível de almas para Jesus”), como já evidenciado na literatura sobre o tema (OLIVEIRA, 2000; NOBRE, 2013).

Ainda em relação à questão disciplinar, foi possível constatar que a incorporação de um *ethos* evangélico voltado para o respeito às regras se mostrou mais eficiente entre os estudantes pertencentes a núcleos familiares nos quais o pai e a mãe são membros praticantes da religião evangélica pentecostal. Nesses lares, possivelmente, há um maior grau de adesão às doutrinas e aos valores prescritos pelas lideranças religiosas e, por consequência, uma ampliação do efeito religião na conduta disciplinar do estudante.

Outro fato observado foi uma associação entre o peso das doutrinas de cada denominação evangélica que compõem o mosaico de igrejas presentes na comunidade e o efeito religião, de tal forma que a vinculação dos jovens a igrejas mais tradicionais (como Igreja Cristã do Brasil, Assembleia de Deus e Deus é Amor) tem maior impacto no comportamento do que a sua filiação a igrejas ligadas à corrente neopentecostal (como IURD, Igreja da Graça, Batista da Lagoinha e Mundial do Poder de Deus), cuja força de imposição da doutrina a seus fiéis é menos rígida.

Em certos casos, constatou-se um conflito vivido pelo jovem entre o modelo ideal de estudante evangélico – tal como formulado por famílias, pelas lideranças religiosas e pelos próprios educadores –, que se destacaria por sua disciplina e pelo apego aos valores cultivados por sua igreja –, e o aluno evangélico real, como descrito no relato abaixo:

Eu não consigo seguir tudo que eles (lideranças da Igreja) ensinam. Eu sou muito explosiva. Eles ensinam muito de como eu me comportar dentro da sala. Só que eu não consigo viver isso na prática. Eu sou muito explosiva. Eles ensinam, tipo assim, a gente ser mais educado, tipo assim, você prega a palavra... esses trem... Assim, ele ensina, mas só que eu, particularmente, não consigo ser assim. Um dia eu vou ser claro, mas eu ainda não consigo ser. (Raabe, 17 anos, Assembleia de Deus)

Esses sujeitos, ao transgredirem regras escolares, além de sofrerem sanções semelhantes às impostas a todos os seus colegas, suportariam um constrangimento adicional por não preencherem as expectativas que são lançadas sobre eles por sua igreja. Isso foi verificado, especialmente, no caso das alunas filiadas a igrejas tradicionais e que, em seu modo de vestir, denunciavam sua vinculação religiosa (uso de saias longas, cabelos compridos, ausência de maquiagens e adereços etc.).

Essa coerção se agravava quando se tratava de jovens filhos de pastores ou, simplesmente, pertencentes a famílias de lideranças dessas igrejas. É que essa condição parece trazer exigências adicionais no que concerne ao seu papel de aluno, tornando os eventuais deslizamentos por eles cometidos ainda menos toleráveis do que os dos demais membros da igreja.

Outra dimensão do aqui denominado “efeito religião” sobre os jovens evangélicos concerne à expectativa de melhor rendimento escolar por parte deles. Com efeito, tanto professores quanto gestores escolares costumam ver na indisciplina e na desatenção às regras e normas escolares o principal fator do baixo desempenho dos estudantes, tanto nas avaliações internas como externas. Nessa visão, esse pertencimento religioso seria promessa de boas notas.

Entretanto, ao longo da pesquisa, esta expectativa não foi confirmada. Em primeiro lugar porque – como afirmado no capítulo 1 – os estudantes da Escola Fernando Sabino apresentaram, em geral, um baixo rendimento nas avaliações externas. De fato, a nota atingida pela instituição no IDEB referente às turmas do ensino médio (3,4) se mostrou abaixo da média nacional (3,9) e do Estado de Minas Gerais (4,0), em que pese sua clientela, composta, majoritariamente, por discentes oriundos de famílias de igrejas evangélicas pentecostais. Também no plano das avaliações internas não foi possível constatar tal efeito, pois os resultados do Teste Global de Aprendizagem (TGA), aplicado como avaliação bimestral, evidenciaram que os alunos evangélicos não se diferenciaram de maneira significativa dos demais grupos, como mostra a Tabela 27:

Tabela 27 - Desempenho dos Estudantes no TGA

Notas	Religião		
	Católico	Evangélico	Outras
Fraco (0 a 2 pontos)	3,3	1,6	0,0
Regular (3 a 4 pontos)	26,7	29,0	21,7
Bom (5 a 7 Pontos)	56,7	61,3	56,5
Ótimo (8 a 10 pontos)	0,0	4,8	8,7
Não realizou o teste	13,3	3,3	13,0
Total	100,0	100,0	100

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados obtidos no questionário.

Como se vê, há uma maior proporção de estudantes evangélicos (61,3%) que obtiveram nota que se aproxima da média estipulada pela escola (6 pontos), mas, quando comparada ao grupo dos católicos (56,7%) e de outras religiões (56,5%), não se mostrou significativamente distinta. Chama ainda a atenção o baixo percentual de estudantes que atingiu uma alta performance nesse exame, que apresentava, segundo os professores, um grau de dificuldade muito inferior ao exigido em avaliações externas, como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Já nas entrevistas, poucos estudantes demonstraram, de maneira espontânea, perceber relação entre seu rendimento acadêmico e sua vinculação a uma igreja evangélica. Mas, a partir de estímulos, uma associação foi citada de modo pontual, ao relatarem vantagens em atividades como apresentação de trabalho e/ou em discussões específicas, às quais, se inclinados, em razão de atividades desenvolvidas na igreja:

Ficar na frente me ajudou lidar com o público. Então, na apresentação de trabalho, me ajudou muito porque o que eu sei de oratória foi o que eu aprendi dentro da igreja. Eles ensinam, inclusive, uma ordem para falar as coisas de forma contextualizada. Então, me ajudou demais, e o fato de eu ter estudado teologia, às vezes, encaixa. Por exemplo, o professor de história, quando ele vai citar Martinho Lutero, em algum momento, eu sempre consigo encaixar alguma coisa aqui ou outra ali que eu aprendi na igreja dentro da matéria. Além disso, a minha participação nas atividades na igreja me ajuda porque, querendo ou não, sempre tem alguma coisa que uso a experiência da minha igreja para trabalho em disciplinas como filosofia. Também na apresentação cultural que... valendo ponto. Esse tipo de atividade eu acabo trazendo o que eu já sei lá da igreja para dentro da escola. (Drielle, 18 anos, Igreja Pentecostal Casa de Oração Shalon)

Mas os estudantes entrevistados evidenciaram que um eventual efeito religião sobre o rendimento escolar se restringiria apenas a indivíduos com alto grau de envolvimento nas atividades propostas pelas igrejas, as quais favoreceriam sua desenvoltura e seu espírito de liderança. Mas, ao mesmo tempo, alguns estudantes

apelavam para uma explicação de natureza espiritual, ao afirmarem que, mesmo não se dedicando aos estudos, haviam obtido bons resultados nas avaliações, façanha que acreditavam ter atingido devido às orações feitas no dia anterior.

Mas há outro indicador que coloca em questão uma suposta associação positiva entre o pertencimento a uma igreja evangélica e o rendimento escolar: são as taxas de reprovação entre os estudantes pesquisados, como é constatado na Tabela 28:

Tabela 28 - Taxa de reprovação entre os estudantes x religião

	Católico	Evangélico	Outras	Total
Sim	10,0	19,4	12,5	15,5
Não	90,0	80,6	87,5	84,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados obtidos no questionário.

Verificou-se, portanto, uma maior proporção de estudantes evangélicos (19,4%) que já haviam sido reprovados em sua trajetória escolar, quando comparada ao contingente de católicos (10,0) e de outras religiões (12,5%). Esse dado, somado aos anteriores, não permite generalizações, ainda que, de modo pontual, alguns estudantes tenham declarado que certas habilidades adquiridas nas igrejas os favorecessem em suas atividades escolares.

6.5 Religiosidade e sociabilidade entre os estudantes

No que diz respeito à sociabilidade⁴³, os depoimentos dos jovens evidenciaram que o fato de pertencer a uma igreja evangélica pentecostal tem influência direta em sua interação com os colegas no espaço escolar, ou seja, nas relações de amizade e de namoro e nos modos de participação nos diferentes eventos ocorridos dentro do espaço escolar, como festas e outros.

É que, em suas comunidades religiosas, são levados a distinguir as pessoas de sua religião (seus irmãos de fé) daquelas pertencentes a outras religiões,

⁴³ Tal como postulado por Simmel (1983), o conceito de sociabilidade associa-se, aqui, à dimensão lúdica da socialização, que remete às práticas de entretenimento, à participação em festas ou à informalidade das interações cotidianas. Para o autor, as relações cotidianas de aproximação ou afastamento entre os indivíduos impactam, e são impactadas, pela relação normativa ou coesão institucional.

classificadas como “pessoas do mundo”⁴⁴. Ocorre que, como evidencia Novaes (2018), nessa fase da vida, mesmo apresentando alto grau de comprometimento com seu grupo religioso, os jovens desejam e necessitam ter “um pé no mundo”, com a autora fazendo referência à expressão nativa, em razão de suas atividades de estudo, trabalho e fruição do tempo livre.

Dada sua forte atuação junto aos jovens na comunidade investigada, as igrejas pentecostais se mostraram um elemento de agregação das juventudes, em um território marcado pela escassez de opções culturais e de lazer. Ali, elas são quase as únicas instituições a ofertarem espaços de encontros e de promoção da sociabilidade entre jovens para além da escola, configurando-se como um forte elemento de construção identitária, interação juvenil e espaço de fruição artístico-cultural, como explicitado no excerto abaixo, extraído do caderno de campo do pesquisador:

Em conversa, no final da aula, sobre música com um aluno do 1º ano, tive a dimensão da importância da participação dos jovens no grupo de louvor da sua igreja. Em seu relato, ele informou participar de uma equipe de som da igreja quadrangular e visitar, frequentemente, outras igrejas para realizar apresentações musicais. Nessa conversa, foi possível perceber a maturidade e disciplina que esse aluno, de apenas 15 anos, adquiriu ao longo dessa atuação como músico, postura que, provavelmente, não deteria se não estivesse integrado a esse grupo religioso, que é famoso na região por ser celeiro de músicos que se profissionalizaram e conquistaram renome nacional.

Excerto do caderno de campo: conversa informal com estudante realizada em 26/5/2022.

Como contrapartida, para ser considerado um membro e desfrutar dos espaços e das atividades oferecidos pelas igrejas, suas lideranças exigem dos jovens o cumprimento das suas doutrinas e dos seus preceitos, que fazem restrições ao contato com pessoas de fora da igreja. No que tange aos contatos interpessoais no

⁴⁴ Expressão nativa amplamente utilizada por lideranças religiosas e membros das igrejas evangélicas e que sintetiza a ideia de que, ao contrário das pessoas não filiadas à sua religião, seus fiéis deveriam se apartarem dos prazeres do mundo, bem como das pessoas que dele desfrutam, para viver uma vida dedicada a Deus e à igreja.

interior da escola, ganha atenção especial a questão do namoro, uma vez que, para as lideranças religiosas, este consiste em um dos principais fatores de abandono da igreja. Por essa razão, a maioria das instituições proíbe o relacionamento afetivo com pessoas de fora da igreja:

Isso entra no assunto do jugo desigual⁴⁵. Você tá na escola quatro horas por dia e faz amigos e cria interesse por pessoas dentro da escola, tipo namorar, casar. Mas a igreja não é que força, mas estimula você a ter uma maior convivência com pessoas dentro da igreja. Aí, se você diz que quer namorar com uma pessoa fora, eles [as lideranças] orientam que não, porque sabem que, a partir do momento que você namora com quem tá fora, a tendência não é você levar a pessoa para igreja, mas sim ela levar você a sair fora da igreja. Isso entra muito na questão de convivência. Já fui muito chamando a atenção por causa disso, porque eu sempre arrumei namorada na escola. Então, isso de namorar com a pessoa de fora, a igreja orienta que nunca, pois, a partir do momento que você namora com uma pessoa fora, pode ser até de outra congregação, a tendência é você abandonar a igreja. A doutrina da minha igreja orienta que se eu mexo na equipe de louvor e eu namorar com uma pessoa que não participa de nada na igreja, eles chamam de jugo desigual, porque a pessoa vai tá me atrapalhando de viver uma vida mais espiritual. O tempo que eu vivia para tocar e pra mexer no som a minha namorada vai tirar, me levando para outra coisa. Assim, se me relacionar com alguém não compatível com os padrões da igreja, principalmente se ela for do mundo, eu posso ser afastado das minhas funções da igreja até por um ano. (Isaque, 17 anos, Igreja Batista Ágape)

Entretanto, a partir das observações e da escuta dos estudantes, foi possível constatar que, apesar de os jovens se referirem a essas restrições, o modo como elas impactam na relação com seus colegas de escola apresenta variações entre as igrejas, dependendo da interpretação dos textos bíblicos. Assim, foi possível verificar duas posições no que tange aos relacionamentos com pessoas da escola não pertencentes ao mesmo credo.

A primeira – adotada pelo grupo formado por jovens oriundos de famílias pertencentes às igrejas da primeira e da segunda ondas do pentecostalismo no Brasil (Cristã do Brasil, Assembleia de Deus e Deus é Amor) – consiste em orientar seus membros ao mínimo de convivência possível com não membros da igreja. Essa orientação, segundo a visão das lideranças e dos familiares, se faz necessária para evitar o questionamento da visão de mundo defendida pela igreja ou a pertinência das

⁴⁵ A expressão “jugo desigual” é muito presente no meio evangélico para descrever a relação entre um crente e um descrente, sendo utilizada por suas lideranças para justificar doutrinas que pregam o contato mínimo de seus membros com pessoas de fora da igreja, o que poderia levá-los a pecarem e a se afastarem da fé. A origem da expressão faz referência a uma peça de madeira, o jugo, que serve para unir dois bois para trabalharem juntos, arando a terra ou puxando uma carroça. Assim, os dois trabalham em sintonia, partilhando o peso. Um jugo desigual distribui o peso de maneira desequilibrada e acontece quando os dois bois são muito diferentes em tamanho e capacidade.

doutrinas impostas, que, segundo essas lideranças, seriam condições supostamente necessárias para a formação da personalidade e das atitudes de “verdadeiros cristãos”.

Assim, quando questionados sobre sua sociabilidade no espaço escolar, 35,5% dos estudantes evangélicos informaram que ali buscavam se relacionar, preferencialmente, com pessoas de sua mesma religião. Mas reconheciam que isso dificultava sua adaptação à escola, tendo em vista que um dos princípios básicos da escola pública e laicidade seria o de promover a convivência entre todos e fomentar o respeito aos diversos grupos que integram a sociedade.

Por outro lado, os jovens pertencentes a essas igrejas declararam ser alvo de estigmatização e preconceito por parte dos colegas de escola (e até mesmo de professores), principalmente porque as normas que regem seu código vestimentar fazem com que eles se destaquem na paisagem, principalmente as mulheres⁴⁶, como se vê no depoimento abaixo:

Então, apesar de não seguir cem por cento, quando eu falo sobre as doutrinas da minha Igreja, as pessoas se espantam porque são muito rigorosas, que eu acho sinceramente que é impossível seguir. Tem muitos usos e costumes, mas também tem muita coisa da Bíblia, não só do Novo, mas também do Velho Testamento, que é muito complicado de seguir. Existe muito preconceito; as pessoas fora da igreja dizem: “Como assim você não pode usar calça? Como assim você não pode usar brinco? Não pode cortar cabelo e nem pode ter TV em casa?”. Vão questionando tudo, tudo, tudo. Aí acham que a gente é uma pessoa, mais tradicional e antiga, mas uma coisa não tem nada a ver com a outra. (Lídia, 16 anos, Igreja Cristã do Brasil, grifo meu)

No entanto, em alguns casos, observou-se uma postura análoga àquela que Magalhães (2016) classificou como de resistência silenciosa, quando o jovem não parece totalmente convicto dos usos e costumes estipulados pela doutrina, como, por exemplo, diferenciar a roupa de ir à igreja da roupa de ir à escola, dando a ele a sensação de integração ao espaço escolar. Nesse sentido, estes estudantes vivem uma espécie de vida dupla. E, quando são flagrados – por membros da igreja, principalmente os mais velhos – com roupas inadequadas, veem-se obrigados a se justificarem. É o caso de Lídia, que, em tais situações, assim se desculpava face ao interlocutor: “Estou fraquejando na carne, mas vou orar para ter força para continuar

⁴⁶ Ao longo de toda a investigação, a questão de gênero se manifestou, em especial com relação às jovens evangélicas vinculadas a essas igrejas tradicionais e com doutrinas rígidas, inclusive no tocante ao investimento da família em seus estudos. Influenciados pela visão patriarcal das lideranças religiosas, seus familiares pareciam defender que as mulheres deveriam se preparar, em primeiro lugar, para assumirem as tarefas domésticas e o cuidado com marido e filhos, deixando sua vida escolar e carreira profissional em segundo plano.

seguindo na fé”.

Já a segunda posição, adotada pelo grupo de jovens adeptos de igrejas ligadas à terceira onda do pentecostalismo (neopentecostal ou renovado), tem como característica a tendência ao proselitismo, predominando uma visão missionária de sua presença no espaço escolar.

Assim, os estudantes membros dessas igrejas declaram conviver, igualitariamente, com colegas evangélicos e não evangélicos, pois consideram sua presença no espaço escolar como estratégica, por lhes possibilitar o desenvolvimento de ações de conversão dos colegas à sua religião⁴⁷.

Na igreja, eles sempre ensinam que, na escola, devido ao fato de ser cristão, a gente tem que ser diferente, a gente tem que ser luz no lugar, porque, através das nossas vidas, outras pessoas possam ser alcançadas com a palavra de Deus. Isso seria através do nosso comportamento, ajudando, não criticando as pessoas, sempre fazer amizades. A gente nunca sabe o que as outras pessoas estão passando, e nosso papel é esse, se uma pessoa pedir uma oração, você deve orar por ela, sempre este intercedendo. Eles também falam que você tem que orar para o seu inimigo. Então, se a pessoa estiver fazendo mal, então, o seu papel é estar ali orando para que a pessoa mude. Porque, através do seu comportamento, as pessoas vão ver você como diferente, como legal. Aí, elas vão querer ficar perto de você e, assim, você terá a oportunidade de falar sobre Jesus com elas. (André, 15 anos Igreja Batista da Lagoinha)

Dentre estes estudantes, aqueles com maior protagonismo e maior envolvimento em seus grupos religiosos chegam até mesmo a relegarem ao segundo plano suas obrigações escolares. Neste caso, em todos os espaços que frequentam, inclusive a escola, seu principal propósito é promover sua fé evangélica e “ganhar mais almas para Jesus”⁴⁸. Dentre eles, aqueles mais incisivos e insistentes no convite aos colegas (e até mesmo aos professores) para participarem das atividades em suas

⁴⁷ Muitas igrejas que atuam na comunidade possuem ministérios voltados, especificamente, para as juventudes, nos quais os pastores responsáveis orientam os jovens a como se comportarem no recinto escolar e os estimulam a realizarem ações de proselitismo junto aos colegas. Uma amostra da abordagem realizada por essas lideranças pode ser observada no vídeo **Como ser louco por Jesus na escola** (2019), no qual o pastor faz críticas de cunho ideológico ao currículo escolar e orienta os estudantes a promoverem ações de evangelismo na escola.

⁴⁸ Em outra escola da Rede Estadual de Ensino mineira onde o pesquisador leciona como professor de sociologia, esse comportamento se mostrou ainda mais evidente. Ali, alguns estudantes, por iniciativa própria e com o incentivo das lideranças de suas igrejas, fundaram uma célula que se reunia todas as terças e quintas-feiras, no intervalo das aulas, promovendo uma espécie de miniculto, que, a partir de cantos e orações, buscava converter os colegas à sua religião. Com a finalidade de organizar o espaço onde seria realizado o encontro, os alunos que estavam à frente dessa ação solicitavam aos professores dispensa de parte do horário antes do intervalo e, recorrentemente, chegavam atrasados nas aulas após o intervalo. Isso levou os professores a avaliarem que, ao priorizarem a atividade da célula em detrimento das aulas, alguns desses estudantes prejudicavam seu próprio desempenho escolar.

igrejas acabam sendo preteridos por eles e, até mesmo, estigmatizados.

Outros, ao contrário, demonstram preocupação em não se excederem em suas ações evangelísticas, para não serem vistos como fanáticos e inconvenientes. Mas o simples fato de sempre apresentarem uma visão espiritual, tanto nas aulas como em outras situações escolares – inclusive em discussões sem cunho religioso –, já os tornam alvo de críticas e agressões verbais ou mesmo físicas por parte dos colegas:

Eu estava quieta no meu canto. Aí eu falei assim: “misericórdia”. Aí o colega disse: “mas para Drielle tudo dela é Deus, será que você não consegue ficar quieta um segundo e calar a sua boca”, eu ouvi isso! Os meninos pegam muito no meu pé pelo simples fato de eu ser cristã. Isso, somado ao fato de falar demais, gera um ranço. Inclusive semana passada tacaram uma bolsinha em mim, e outras duas vezes lançaram objetos contra mim dentro da sala de aula. E eu acho que é pelo fato de eu me posicionar como cristã durante as aulas. (Drielle, 18 anos, Igreja Pentecostal Casa de Oração Shalon)

Episódios como o relatado acima por Drielle revelaram-se frequentes ao longo das observações de campo, ou seja, ensejando conflitos, no interior do espaço escolar, quando ficava explícita a identidade religiosa neopentecostal do estudante. As críticas provinham, inclusive, de outros jovens evangélicos, membros de igrejas que não têm por característica fomentar o proselitismo.

Tal quadro põe a nu processos de violência simbólica no interior da escola ligados à diversidade religiosa, geradora de constantes embates e discriminação. Mas, na maior parte dos casos, os conflitos não se dão de modo explícito, porque o discurso escolar de valorização da diversidade e o receio de passar por constrangimentos por parte de professores e colegas faziam com que estes alunos adotassem um tom conciliador e de respeito. Porém, em conversas privadas, eles demonstram sua verdadeira visão sobre a fé alheia:

O preconceito está disfarçado porque a sociedade está evoluindo. Agora está esse negócio de aceitação da diversidade, inclusive religiosa. As escolas estão trabalhando muito nisso. Então, você conversa com os alunos, e eles vão dizer que tá tudo ok. Mas, quando chega no privado de aluno para aluno, você vai escutar coisa assim: “Eu não vou sentar perto de gente assim, você carrega peso, pois você anda com pessoa assim [espíritas, candomblecistas e umbandistas). Depois, você briga com ela, vão colocar seu nome na boca do sapo e costurar”. Entendeu? Sempre vai ter e não só contra o espiritismo. (Drielle, 18 anos, Igreja pentecostal Casa de Oração Shalon)

Cabe, por fim, destacar a resistência comum, entre o grupo dos evangélicos, em participar de certas atividades culturais da escola, por entenderem que elas vão contra sua religiosidade, o que, segundo alguns relatos, prejudicava a própria

integração ao ambiente escolar. É o caso da festa junina, cujas danças e comidas típicas são dedicadas aos santos católicos e, por isso, vistas como forma de adoração a divindades alheias ao Deus em que acreditam.

Eu já me recusei a participar da festa junina porque nesse ponto que a minha igreja entra em debate com a igreja católica... porque, apesar de acreditar no mesmo Deus, a igreja católica tem os santos, São Pedro, São João; tem isso, tem aquilo. A igreja cristã [evangélica] vê a festa junina como uma adoração, ou seja, na carta de Paulo aos Coríntios, ele fala que é proibido comer comida consagrada a esses ídolos. Na carta, fala em ídolos porque, de alguma forma, aquela comida seria uma oferenda para São João. Naquela época, falava deuses, mas o fato é que lá [na igreja] aborda que a gente não pode participar. Às vezes, você pode até ficar lá [na escola] vendo eles dançarem, mas você não pode comer a comida que serve na festa e nem pode dançar em louvação a esses Deus. Então, foi por causa disso que eu me recusei a participar. (Isaque, 17 anos, Igreja Batista Ágape)

Mas é também o caso da festa do *halloween*. Inicialmente, a própria direção da escola se opôs à realização do evento, por pressão da comunidade evangélica, que afirma seu caráter demoníaco. Porém, sob a alegação do conjunto dos estudantes de que essa festividade é tradicionalmente promovida em muitas escolas da rede, a direção permitiu sua realização nos últimos horários do turno manhã da sexta-feira, 29 de outubro de 2022, mediante participação facultativa. O que se constituiu em um problema para os gestores, que não poderiam liberar, antes do final do turno, os estudantes que optaram por não participar da festa. A solução foi colocá-los no pátio, uma vez que o evento ocorreu nas salas de aula.

Além dessas duas atividades, que já fazem parte do calendário escolar, registraram-se atitudes de oposição a eventos como a celebração da consciência negra e da mitologia grega, nórdica e latino-americana. A recusa em participar, por parte de um grupo de alunos, não opera para fortalecer os laços de amizade entre os pares, reforçando o grau de segregação e estigmatização desses sujeitos no ambiente escolar.

Ressalte-se, por fim, que os estudantes que se recusam a participar dessas atividades culturais não sofrem sanções por parte da escola, que, ao afirmar seu caráter facultativo, cuida para que elas não sejam objeto de avaliação formal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociologia da educação no Brasil não tem tradição no estudo da influência da identidade religiosa de alunos, educadores e famílias e da comunidade escolar. Nesse sentido, deixa de subsidiar a formulação de diretrizes pedagógicas que superem a concepção de laicidade como mera negação da presença de uma pluralidade de credos religiosos no espaço escolar, empurrando a reflexão e o debate da questão para uma dimensão oculta dos currículos e que não consegue evitar a eclosão de preconceitos e discriminação em sala de aula e fora dela.

Ao investigar as condições de escolarização de estudantes evangélicos pentecostais em uma escola de nível médio, o presente trabalho buscou evidenciar especificidades trazidas pela presença crescente de alunos pertencentes a esse grupo religioso para o interior de uma escola da RMBH.

No que tange à relação escola-comunidade, foi possível constatar, no microuniverso investigado, reflexos do macrocontexto religioso brasileiro (e mundial) observado pela sociologia da religião em âmbitos nacional e internacional, que abordam o papel da religião em contextos multiculturais, nos quais o processo de secularização – nos moldes vivenciados nas últimas décadas na Europa – não se concretizou, com a influência vigorosa da religião em vários destes países.

O percurso metodológico do estudo permitiu comprovar a hipótese inicial, que apontava para a influência da religiosidade na relação dos estudantes (e suas famílias) com os saberes transmitidos pela escola, com seus pares, com os professores e com o contexto escolar como um todo. Permitiu, ainda, observar que as contradições entre as perspectivas e visões dos diferentes atores – em suas ações e inações, de maneira consciente ou não – contribuíram para a construção de um ambiente escolar onde a identidade religiosa dos estudantes, especialmente os de orientação evangélica pentecostal, fosse objeto de constantes embates.

O percurso investigativo adotado permitiu evidenciar a importância das igrejas evangélicas pentecostais na comunidade analisada, especialmente na vida dos jovens que frequentavam a Escola Fernando Sabino. Na ausência do Estado, são essas instituições que proveem atividades que ocupam o tempo livre dos jovens, exercendo um importante papel em seu processo de socialização, com impacto direto em seu

comportamento disciplinar – dentro e fora do espaço escolar – e na constituição de seus valores e posicionamentos ideológicos.

Esse contexto religioso da comunidade era lido por professores e gestores escolares, sobretudo a partir de duas perspectivas. Um primeiro grupo – em consonância com parte da literatura que trata da relação entre religião e escola – associava a filiação a uma das igrejas evangélicas instaladas no território como elemento importante e positivo para a vida dos jovens e a constituição de um ambiente de disciplina (dentro e fora do espaço escolar). Já o segundo grupo, também em consonância com parte da literatura sobre o tema, considerava a religião como um fator que dificultava o trabalho pedagógico, à medida que o discurso das lideranças religiosas locais contradizia, constantemente, os conteúdos curriculares ministrados pelos docentes.

E, sobre essa duplicidade de posicionamento dos professores da Escola Fernando Sabino, a análise dos dados obtidos evidenciou sua relação com a formação dos docentes. De tal modo que aqueles que foram expostos, durante sua formação inicial e continuada, a uma formação para a diversidade religiosa, apresentaram uma visão menos dogmática acerca do fenômeno, assumindo posturas reflexivas e críticas frente ao lugar da religião no espaço escolar. Já entre os professores formados há mais de duas décadas e que não haviam participado de formações que tratavam de questões religiosas, observou-se uma naturalização, em suas práticas pedagógicas, de elementos que compõem a sua religiosidade, utilizando-os como instrumento para obtenção de um ambiente escolar harmonioso e pacífico.

No que diz respeito à equipe de gestão, verificaram-se elementos implícitos de inclinação ao cristianismo em sua vertente católica, seja na estrutura física das instalações (murais, mensagens bíblicas e crucifixos), seja nas tomadas de posição individuais. Tal postura foi, ao longo da investigação, explicitamente questionada por professores e estudantes pertencentes a outros credos e que denunciavam o falso argumento do ecumenismo usado pelos gestores. Na prática, utilizavam o argumento da laicidade para inviabilizar discussões ligadas a religiões de matriz africana e ao espiritismo, entre outras consideradas como indesejáveis.

No que diz respeito à Rede de Ensino do Estado de Minas Gerais, nas suas orientações e nos seus documentos oficiais, esta incentiva discussões associadas à valorização e ao respeito à diversidade (religiosa, de gênero, racial, entre outras). No

entanto, segundo os docentes ouvidos, essas propostas eram desenvolvidas de modo descontextualizado e pouco propenso a dialogar com as vivências religiosas dos estudantes e de suas famílias, em ambiente marcado por forte resistência a essas discussões. E resultavam, em muitos casos, justamente no contrário do esperado, além de suscitarem resistência por parte de estudantes, famílias e lideranças religiosas locais.

Assim, chegou-se a constatar até mesmo a recusa de alguns professores em realizarem, de maneira incisiva, discussões que de alguma forma tangenciavam temas ligados à religião, ainda que prescritos no currículo. Na busca por um ambiente escolar sem atritos entre professor-aluno e no intuito de evitar represálias da gestão escolar e também da comunidade – e/ou em virtude de suas próprias convicções religiosas –, muitos docentes declararam que optaram por deixar esse debate em segundo plano.

Evidenciou-se, também, um forte ativismo das entidades religiosas locais, que buscavam, de diferentes formas, interferir no funcionamento escolar e, assim, adequá-lo aos valores defendidos por suas igrejas. Seja questionando a ação de professores e da direção, seja estimulando seus jovens fiéis à promoção de proselitismo no espaço escolar, as lideranças dessas igrejas tentavam adequar a dinâmica escolar à sua visão de mundo e aos seus valores religiosos. Tal ativismo estendia-se, ainda, à ocupação de postos de comando, habilitando-os a interferirem de maneira legítima na comunidade.

Com relação aos estudantes evangélicos, a concomitância da presença na escola e na igreja – instituições de forte apelo identitário – apresentou-se como fonte de conflitos, uma vez que ambas incidem, fortemente, sobre a constituição de seus valores morais e éticos.

No quadro dessas contradições, os estudantes evangélicos se inclinam pelo ponto de vista adotado por sua fé religiosa em detrimento dos conteúdos curriculares, os quais são encarados como um meio para o bom desempenho escolar, indo ao encontro da ação das famílias e das igrejas, que visam proteger os jovens dos efeitos secularizantes da educação escolar.

Nesse sentido, a presente pesquisa pretendeu avançar nos estudos de campo, ao evidenciar a existência de estratégias estruturadas adotadas pelas igrejas para evitar que seus jovens membros fossem influenciados pelos conhecimentos

secularizados. Com efeito, faziam de seus encontros (cultos, seminários, escola dominical etc.) ocasiões para “blindar a mente” (expressão utilizada pelos próprios entrevistados) dos jovens e evitar que se desviassem dos caminhos da fé.

Entretanto, um olhar minucioso sobre os jovens evangélicos evidenciou a existência de uma diversidade, na qual, de fato, assim como descrito pelos profissionais entrevistados, foi observada a adoção de posturas ligadas à total adesão ao discurso oferecido pelas lideranças religiosas, que estimulava conflito frente aos professores e ações de intolerância e proselitismo face aos colegas. Não obstante, entre os entrevistados, foi possível evidenciar, também, a existência de um grupo minoritário de estudantes evangélicos que adotavam posturas críticas frente ao seu credo, tais como homofobia, machismo, racismo e outros tipos de discriminação. Neste último caso, cabe mencionar o alto custo pago por esses jovens pelo desafio às lideranças religiosas, com o risco de serem expulsos de suas igrejas e passarem a integrar o crescente grupo dos evangélicos “desigrejados”, como se viu.

Cabe enfatizar a questão do gênero, tendo em vista que a ação das igrejas pesa mais sobre as mulheres, em razão dos valores patriarcais esposados pelas lideranças religiosas, que destinam às mulheres funções ligadas ao cuidado da família, em detrimento dos estudos e da carreira profissional. Nesse sentido, observou-se, durante as entrevistas, que os jovens do sexo masculino demonstravam menor desconforto face às doutrinas religiosas, quando comparados a seus pares femininos.

Cabe, por fim, ressaltar os limites da presente tese, já que, ao contrário do planejamento inicial – e em razão da pandemia de Covid-19, que coincidiu com a fase de coleta de dados –, não foi possível realizar como desejado o acompanhamento dos jovens também no espaço religioso e, tampouco, a observação sistemática desse espaço, com a escuta das lideranças religiosas locais e mesmo das famílias. Esses e outros aspectos configuram questões de investigação para trabalhos posteriores.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Gedeon. **Matriz pentecostal brasileira**: Assembleias de Deus, 1911-2011. Rio de Janeiro: Editora Novos Diálogos, 2013.

ALMEIDA, Ronaldo de; BARBOSA, Rogério Jerônimo. Transição religiosa no Brasil. *In*: ARRETCHE, Marta. **Trajetórias das desigualdades**: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos. São Paulo: Editora Unesp; CEM, 2015.

ALVES, José Eustáquio Diniz; BARROS, Luiz Felipe Walter; CAVENAGHI, Suzana. A dinâmica das filiações religiosas no Brasil entre 2000 e 2010: diversificação e processo de mudança de hegemonia. **Revista de Estudos da Religião**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 145-174, 2012.

ALVES, Maria Teresa Gonzaga, SOARES, José Francisco. Medidas de nível socioeconômico em pesquisas sociais: uma aplicação aos dados de uma pesquisa educacional. **Opinião Pública**, Campinas, v. 15, n. 1, p. 1-30. jun. 2009.

ANDRADE, Marcelo; TEIXEIRA, Pedro. A escola num mundo secular e religioso: poderia ser a tolerância uma alternativa? **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 36, p. 61-79, 2014.

ANTONIAZZI, Alberto. As religiões no Brasil segundo o censo de 2000. **Revista de Estudos da Religião**, São Paulo, n. 2, p. 75-80, 2003.

ANUATTI NETO, Francisco; NARITA, Renata del Tedesco. A influência da opção religiosa na acumulação de capital humano: um estudo exploratório. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 34, n. 3, p. 453-486, 2004.

ARROYO, Miguel González. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis: Vozes, 2012.

BASTIDE, Roger. **As religiões africanas no Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1971.

BASTIDE, Roger. **O sagrado selvagem e outros ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

BERGER, Peter Ludwig. A dessecularização do mundo: uma visão global. **Religião & Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 9-24, 2001.

BERGER, Peter Ludwig. **O dossel sagrado**: elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo: Paulinas, 1985.

BOURDIEU, Pierre; CHAMPAGNE, Patrick. Os excluídos do interior. *In*: BOURDIEU, Pierre (Org.). **A miséria do mundo**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

BRASIL. Câmara dos Deputados. 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br>. Acesso em: 23 set. 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). 2019. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/ideb>. 2019. Acesso em: 02 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Censo Escolar. 2022. Disponível em: www.mec.gov.br. Acesso em: 02 jun. 2022.

BRUCE, Steve. Secularização e a impotência da religião individualizada. **Religião & Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 1, jan./jun. 2016.

CAMPOS JR., Luis de Castro. **Pentecostalismo**: sentidos da palavra divina. São Paulo: Ática, 1995.

CAMPOS, Paola Rogêdo. O arquipélago de Ribeirão das Neves: a velha segregação na metrópole belo-horizontina. *In*: Seminário sobre a Economia Mineira, 14, 2010, Diamantina. **Anais...** Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2010.

CAMURÇA, Marcelo Ayres. O Brasil religioso que emerge do censo de 2010: consolidações. *In*: TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata (Orgs.). **Religiões em movimento**: o censo de 2010. Petrópolis: Vozes, 2013.

CASANOVA, José. **Public religions in the modern world**. Chicago: The University of Chicago Press, 1994.

CASANOVA, José. Reconsiderar la secularización: una perspectiva comparada mundial. **Revista Acadêmica de Relaciones Internacionales**, Madrid, n. 7, nov. 2007.

CASANOVA, José. Religion, european secular identities, and european integration. *In*: BYRNES, Timothy A.; KATZENSTEIN, Peter J. (Edit.). **Religion in an expanding Europe**. New York: Cambridge University Press, 2006.

COMO ser louco por Jesus na escola. Canal Pr. Lucinho. YouTube, 21 fev. 2019. 1 vídeo (10min29seg). Disponível em: <https://youtu.be/62t-pk89XM0>. Acesso em: 26 jan. 2023.

CORREA, Roberto Lobato. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

COSTA, Livia. Família, escola e religião. Que conflitos e negociações? **Revista da FAEBA: Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 20, n. 35, jan./jun. 2011.

CUNHA, Luiz Antônio. A entronização do ensino religioso na Base Nacional Curricular Comum. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 37, n. 134, p. 266-284, jan./mar. 2016.

CUNHA, Nina Menezes; RIOS-NETO, Eduardo Luiz Gonçalves; OLIVEIRA, Ana Maria Hermeto Camilo de. Religiosidade e desempenho escolar: o caso de jovens brasileiros da Região Metropolitana de Belo Horizonte. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Brasília, v. 44, n. 1, p. 71-116, abr. 2014.

DAVIE, Grace. Is Europe an exceptional case? **The Hedgehog Review**, Estados Unidos, n. 8, p. 23-34, 2006.

DAVIE, Grace. **The sociology of religion**. London: Sage Publications, 2007.

DAYRELL, Juarez. A escola faz juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 105-128, out. 2007.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 24, set./out./nov./dez. 2003.

DONAHUE, Michael J.; BENSON, Peter L. Religion and the well-being of adolescents. **Journal of Social Issues**, Estados Unidos, v. 51, n. 2, p. 145-160, 1995.

DUBET, François. O que é uma escola justa? **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 34, p. 539-555, 2004.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Paulinas, 1989. (Obra original publicada em 1912).

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. Lisboa: Editora Presença, 2004. (Coleção Universidade Hoje). (Obra original publicada em 1895).

FINKE, Roger. The consequences of religious competition: supply-side explanations for religious change. *In*: YOUNG, Lawrence A. (Org.). **Rational choice theory and religion: summary and assessment**. New Cork: Routledge, 1997. p. 45-64.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FRESTON, Paul. Bolsonaro, o populismo, os evangélicos e América Latina. *In*: GUADALUPE, José Luís Pérez; CARRANZA, Brenda (Orgs.). **Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020. p. 371-392.

FRESTON, Paul. **Protestantes e política no Brasil: da Constituinte ao impeachment**. 1993. 307 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/279821>. Acesso em: 24 set. 2021.

G1. Adolescente afastada da família por causa de um ritual de candomblé passa 40 dias em abrigo: 'Dormia chorando'. **Fantástico**, 3 jul. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2022/07/03/adolescente-afastada-da-familia-por-causa-de-um-ritual-de-candomble-passa-40-dias-em-abrigo-dormia-chorando.ghtml>. Acesso em: 18 set. 2022.

GIUMBELLI, Emerson. A presença do religioso no espaço público: modalidades no Brasil. **Religião & Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, 2008.

GIUMBELLI, Emerson. A vontade do saber: terminologias e classificações sobre o protestantismo brasileiro. **Religião & Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 87-11, 2001.

GLANVILLE, Jennifer L.; HERNÁNDEZ, Edwin I.; SIKKINK, David. Religious involvement and educational outcomes: the role of social capital and extracurricular participation. **Sociological Quarterly**, Estados Unidos, v. 49, p. 105-137, 2008.

HABERMAS, Jürgen. **Entre naturalismo e religião**: estudos filosóficos. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2007.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUNTINGTON, Samuel. The clash of civilizations? **Foreign Affairs**, São Paulo, v. 72, n. 3, p. 22-49, 1993.

IANNACCONI, Laurence R. The economics of religion: a survey of recent work. **Journal of Economic Literature**, Estados Unidos, v. 36, p. 1.465-1.496, set. 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. 2020. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 21 out. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. 2021. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 21 out. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo demográfico. 2010. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 21 out. 2021.

INSTITUTO DATAFOLHA. 2013. Disponível em: <https://datafolha.folha.uol.com.br>. Acesso em: 28 jan. 2022.

INSTITUTO DATAFOLHA. 2019. Disponível em: <https://datafolha.folha.uol.com.br>. Acesso em: 28 jan. 2022.

JACOB, Cesar Romero *et al.* **Atlas da filiação religiosa e indicadores sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2003.

LEHRER, Evelyn. Religion as a determinant of educational attainment: an economic perspective. **Social Science Research**, Estados Unidos, v. 28, n. 4, p. 358-379, dez. 1999.

MACEDO, Edir; OLIVEIRA, Carlos. **Plano de poder**: Deus, os cristãos e a política. São Paulo: Editora Thomas Nelson Brasil, 2008.

MAFRA, Clara. Números e narrativas. **Debates do NER**, Porto Alegre, n. 24, ano 14, p. 13-25, 2013.

MAFRA, Clara. **Os evangélicos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

MAGALHÃES, Alexander Soares. **Amigo de fé**: estudo sobre religião e amizade entre jovens assembleianos na Baixada Fluminense. 2016. 203 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Ciências Sociais. Instituto de Ciências Sociais. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://www.bdtd.uerj.br:8443/bitstream/1/8403/1/Alexander%20Soares%20Magalhaes.pdf/>. Acesso em: 23 jan. 2022.

MARIANO, Ricardo. Expansão pentecostal no Brasil: o caso da Igreja Universal. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 52, p. 121-138, 2004.

MARIANO, Ricardo. Mudanças no campo religioso brasileiro no censo 2010. **Debates do NER**, Porto Alegre, n. 24, v. 2, p. 119-137, 2013.

MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais**: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil. São Paulo: Loyola, 1999.

MARIANO, Ricardo. Usos e limites da teoria da escolha racional da religião. **Tempo Social**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 41-66, nov. 2008.

MARIANO, Ricardo; GERARDI, Dirceu André. Eleições presidenciais na América Latina em 2018 e ativismo político de evangélicos conservadores. *Revista USP*, São Paulo, n. 120, p. 61-76, 2019.

MARIZ, Cecília. Pentecostalismo: mudança do significado de ter religião. Entrevista concedida a Thamiris Magalhães e Graziela Wolfart. **IHU On line**, n. 400, 2012.

MARTINS, Junynho. Ribeirão das Neves, 2021. Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/JunynhoMartinsOficial>. Acesso em: 23 set. 2021.

MARTUCCELLI, Danilo. **Existen individuos en el sul?** Santiago: LOM, 2010.

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. Trad. de Rubens Enderle e Leonardo de Deus. Supervisão e notas de Marcelo Backes. 2. ed revista. São Paulo: Boitempo, 2010. (Obra original publicada em 1927).

MARX, Karl. **O capital**. 6. ed. Rio de Janeiro: Boitempo, 2011. (Obra original publicada em 1867).

MATOS, Alderi Souza de. O movimento pentecostal: reflexões a propósito do seu primeiro centenário. **Fides Reformata**, São Paulo, xi, n. 2, p. 23-50, 2006.

MINARELLI, Marina Nascimento. **Educação e religiosidade evangélica nos meios populares**: expectativas das famílias sobre escolarização e educação moral. 2020. 220 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2020. Disponível em: repositorio.unicamp.br/Acervo/Detalhe/1128975. Acesso em: 20 mar. 2022.

MINAS GERAIS. Controladoria Geral do Estado. Portal de Transparência do Estado de Minas Gerais. 2022. Disponível em: <https://www.transparencia.mg.gov.br>. Acesso em: 23 jan. 2023.

MODESTO, Ana Lucia. Religião, escola e os problemas da sociedade contemporânea. In: DAYRELL, Juarez. **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.

MONIZ, Jorge Botelho. Múltiplas modernidades, múltiplas secularizações e secularização contextual: novas perspectivas sobre o estudo sociológico da religião. **Religião & Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 3, p. 125-149, 2017.

MONTERO, Paula. Secularização e espaço público: a reinvenção do pluralismo religioso no Brasil. **Revista Etnográfica**, Portugal, v. 13, n. 1, p. 7-16, 2009.

NATIVIDADE, Marcelo Tavares. Cantar e dançar para Jesus: sexualidade, gênero e religião nas igrejas inclusivas pentecostais. **Religião & Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 1, jan. 2017.

NOBRE, Adilson dos Reis. **Laicidade e religiosidade em escolas públicas**: um estudo de caso sobre práticas religiosas pentecostais e sua relação com a cultura escolar. 2013. 190 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

NOVAES, Regina. Juventude e religião, sinais do tempo experimentado. **Interseções**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 351-368, dez. 2018.

NOVAES, Regina. Juventude, religião e espaço público: exemplos “bons pra pensar” tempos e sinais. **Religião & Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 32, p. 184-208, 2012.

OLIVEIRA, Heli Sabino de. **Jovens pentecostais e escolas noturnas**: significados atribuídos às experiências escolares. 2000. 171 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-966HHA>. Acesso em: 19 set. 2021.

ORO, Ari Pedro. Neopentecostalismo: dinheiro e magia. **Ilha, Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 3, n. 1, p. 71-86, 2001.

ORO, Ari Pedro; ALVES, Daniel. Renovação Carismática Católica: movimento de superação da oposição entre catolicismo e pentecostalismo? **Religião & Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 33, p. 122-144, 2013.

PAIS, José Machado. **Culturas juvenis**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1993.

PICOLOTTO, Mariana Reinich. O pentecostalismo no Brasil: uma reflexão sobre novas classificações. **Revista Contraponto**, Porto Alegre, 2016.

PIERUCCI, Antônio Flávio. Brasília: a bancada evangélica na Constituinte. **Anpocs, Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, p. 104-132, 1989.

PIERUCCI, Antônio Flávio. *Bye bye, Brasil – O declínio das religiões tradicionais no censo 2000*. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 52, 2004.

PIERUCCI, Antônio Flávio. O povo visto do altar: democracia ou demofilia? **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 16, p. 66-80, 1986.

PIERUCCI, Antônio Flávio; MARIANO, Ricardo. O envolvimento dos pentecostais na eleição de Collor. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 34, p. 92-100, 1992.

PRANDI, Reginaldo. As religiões negras do Brasil: para uma sociologia dos cultos afro-brasileiros. **Revista USP**, São Paulo, v. 28, p. 64-83, dez./fev. 1996.

REGNERUS, Mark D.; ELDER, Glen H. Religion and vulnerability among low-risk adolescents. **Social Science Research**, Estados Unidos, v. 32, n. 2, p. 633-658, 2003.

RIBEIRÃO DAS NEVES. Câmara Municipal. 2022. Disponível em: <https://cmrn.mg.gov.br>. Acesso em: 22 out. 2022.

RIBEIRÃO DAS NEVES. Prefeitura Municipal. 2012. Disponível em: <https://www.ribeiraodasneves.mg.gov.br>. Acesso em: 23 out. 2022.

RIBEIRÃO DAS NEVES. Prefeitura Municipal. **Lei de Uso e Ocupação do Solo**. 2006. Disponível em: <https://www.ribeiraodasneves.mg.gov.br>. Acesso em: 23 out. 2022.

RIGONI, Ana Carolina. Corpo feminino e religião: implicações para a educação física escolar. **Movimento & Percepção**, Espírito Santo do Pinhal, v. 10, n. 15, jul./dez. 2009.

ROCHA, Maria Zélia Borba. A luta político-cultural pelo ensino religioso no Brasil. **Revista Brasileira de História da Educação**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 32, p. 217-248, 2013.

SALGADO, Nayara de Amorim. Metropolização e desigualdades: notas sobre a dinâmica de crescimento populacional e a produção do patrimônio cultural da cidade de Ribeirão das Neves (MG-Brasil). **Revista Ensaios**, Niterói, v. 10, p. 50-71, 2017.

SANCHIS, Pierre. Ainda Durkheim, ainda a religião. *In*: ROLIM, Francisco Cartaxo (Org.). **A religião numa sociedade em transformação**. Petrópolis: Vozes, 1997.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2005.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

SETTON, Maria da Graça Jacintho; VALENTE, Gabriela Abuhab. Religião e educação no Brasil: uma leitura em periódicos (2003-2013). **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 46, n. 160, p. 410-440, abr./jun. 2016.

SIEPIERSKI, Paulo. Contribuições para uma tipologia do pentecostalismo brasileiro. *In: GUERRIERO, Silas (Org.). O estudo das religiões: desafios contemporâneos.* São Paulo: Paulinas, 2004.

SILVA, Marcos Antônio. **Os nós da docência**: as vivências escolares de docentes e jovens alunos permeados pelo Ensino de Sociologia. 2016. 163 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD-ANJLUG/1/os_n_s_da_doc_ncia___marcos_antonio_silva___vers_o_final__.pdf. Acesso em: 24 fev. 2022.

SILVA, Marcos Antônio; SALGADO, Nayara de Amorim. “Juventudes” na cidade periférica e participação política: um estudo de caso do Coletivo Semifusa de Ribeirão das Neves, Minas Gerais – Brasil. *In: AUGUSTO, Guidyon. Ribeirão das Neves: pesquisa cultura e novos tempos.* 1. ed. [livro eletrônico]. São Paulo: Estúdio Aspas, 2021.

SILVA, Marcos Antônio; SALGADO, Nayara de Amorim. **Diagnóstico sobre evasão escolar no município de Ribeirão das Neves.** Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de Ribeirão das Neves, 2020.

SIMMEL, Georg. **Sociabilidade**: um exemplo de sociologia pura ou formal. São Paulo: Ática, 1983.

SOUZA, Jessé de; ARENARI, Brand. **Os batalhadores brasileiros**: nova classe média ou nova classe trabalhadora? 2. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

SOUZA, Joseane. **A expansão urbana de Belo Horizonte e Região Metropolitana de Belo Horizonte**: o caso específico do município de Ribeirão das Neves. 2008. 194 f. Tese (Doutorado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/AMSA-7FNJKN>. Acesso em: 20 set. 2021.

SPOSITO, Marília Pontes. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil. *In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Orgs.). Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional.* São Paulo: Instituto Cidadania; Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 87-128.

SPYER, Juliano. **O povo de Deus**: quem são os evangélicos e por que eles importam. São Paulo: Geração Editorial, 2020.

STARK, Rodney. Secularization, R.I.P. **Sociology of Religion**, Estados Unidos, p. 249-273, 1999.

TARDIF, Maurice; RAYMOND, Danielle. Saberes, tempo e aprendizagem do trabalho no magistério. **Educação & Sociedade**, Campinas, ano 21, n. 73, p. 209-244, 2000.

TAYLOR, Charles. **Uma era secular**. São Leopoldo: Editora da Unisinos, 2010.

TAYLOR, Charles. Why we need a radical redefinition of secularism? *In*: MENDIETA, Eduardo; VANANTWERPEN, Jonathan (Eds.). **The power of religion in the public sphere**. New York: Columbia University Press, 2011. p. 34-59.

TEIXEIRA, Maria Cristina. O direito à educação nas constituições brasileiras. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade Metodista**, São Bernardo do Campo, v. 5, n. 5, 2008.

VALENTE, Gabriela Abuhab. **As práticas docentes e a questão religiosa: elementos de comparação entre Brasil e França**. 2019. 295 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação/Universidade de São Paulo – Université Lumière Lyon 2/Ecole Doctorale Education, Psychologie, Information et Communication. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-03102019-122606/pt-br.php>. Acesso em: 23 set. 2021.

VALENTE, Gabriela Abuhab; SETTON, Maria da Graça Jacintho. Notas etnográficas sobre a religiosidade na escola. **Cadernos Ceru**, São Paulo, v. 25, n. 1, 09 G, 2014.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intraurbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel/Fapesp/Lincoln Institute, 1998.

WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2004. (Obra original publicada em 1904).

WILLAIME, Jean-Paul. Ensino das religiões. *In*: VAN ZANTEN, Agnès (Coord.). **Dicionário de Educação**. Petrópolis: Vozes, 2011.

XIMENES, Salomão Barros. **O ensino religioso nas escolas públicas brasileiras: do direito à liberdade de crença e culto ao direito à prestação estatal positiva**. São Paulo: Edusp, 2009.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Formulário dos estudantes – pesquisa sobre educação e religião

Olá!

O questionário a que você irá responder agora faz parte de uma pesquisa desenvolvida junto ao programa de Doutorado da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e intitulada “O impacto do aumento da presença de estudantes evangélicos pentecostais sobre o cotidiano escolar e os conteúdos curriculares em uma instituição pública de ensino médio da RMBH”. Neste questionário, pretende-se conhecer melhor a sua vida e sua vivência na escola e sobre o exercício de sua religiosidade dentro e fora do espaço escolar.

Desde já agradeço por sua participação.

1. DADOS PESSOAIS

1.1 Nome: _____

1.2 Idade: _____

1.3 Sexo/gênero:

- Masculino
- Feminino
- Outros

1.4 Estado civil:

- Solteiro(a)
- Casado(a)
- Viúvo(a)
- Separado(a)/divorciado(a)
- Morando junto
- Outro. Qual? _____

1.5 Você tem filhos:

- Não
- Sim Quantos ? _____

1.6 Qual é a sua cor/raça a partir da classificação do IBGE?

- Amarela (oriental)
- Branca
- Indígena
- Parda
- Preta

1.7 Você exerce alguma atividade remunerada (sem ou com carteira assinada)?

- Sim
- Não

Se sim, informe em que atividade trabalha: _____

1.8 Bairro onde mora: _____

1.9 Rua onde mora: _____

2. DADOS FAMILIARES

2.1 Quem mora com você? (Marque quantas alternativas forem necessárias.)

- Pai
- Mãe
- Irmão(s)
- Filhos
- Avós
- Tio(a) ou outros parentes
- Esposa(o)
- Moro sozinho ou com amigos
- Padrasto
- Madrasta
- Outros. Qual(is)? _____

2.2 Quantas pessoas moram em sua casa? _____

2.3 Quem é o principal responsável pelas despesas de sua família?

- Pai
- Avós
- Mãe
- Irmãos
- Esposo(a)
- Tio(a)
- Você mesmo(a)
- Padrasto
- Madrasta
- Outro. Qual? _____

2.4 Qual é o grau de escolaridade de sua mãe?

- Ensino fundamental incompleto
- Ensino fundamental completo
- Ensino médio incompleto
- Ensino médio completo
- Ensino superior incompleto
- Ensino superior completo
- Analfabeta
- Não sei informar

2.5 Qual é a profissão de sua mãe? _____

2.6 Qual é o grau de escolaridade do seu pai?

- Ensino fundamental incompleto
- Ensino fundamental completo
- Ensino médio incompleto
- Ensino médio completo
- Ensino superior incompleto
- Ensino superior completo
- Analfabeto
- Não sei informar

2.7 Qual é a profissão do seu pai? _____

2.8 Qual é a renda mensal de sua família? (Considere a soma dos salários recebidos por todos os membros que trabalham, e, caso more sozinho, informe apenas a sua renda.)

- Até 2 salários mínimos (menor que R\$ 2.424,00)
- De 2 até 4 salários mínimos (de R\$ 2.424,00 até R\$ 4.848,00)
- De 4 a 6 salários mínimos (de R\$ 4.848 até R\$ 7.272,00)
- De 6 a 10 salários mínimos (de R\$ 7.272,00 até 12.120,00)
- Acima de 10 salários mínimos (maior que R\$ 12.120,00)

Obs.: Valor do salário mínimo: R\$ 1.212,00

2.9 Situação de moradia:

- Moro em casa própria quitada
- Moro em casa própria em pagamento
- Moro de aluguel
- Moro de favor em casa de parentes ou pessoa conhecida
- Outras. Quais? _____

3. DADOS SOBRE O PERFIL RELIGIOSO

3.1 À qual religião você pertence? (Caso haja necessidade, você pode marcar mais de uma opção.)

- Afro-brasileira (umbanda, candomblé)
- Católica
- Espírita
- Evangélica
- Testemunha de Jeová
- Orientais (budista, hinduísmo, taoísmo etc.)
- Acredita em Deus, mas não tem religião
- Ateu (não acredita em Deus)
- Outra. Qual? _____

3.2 Há quanto tempo você pertence a essa religião?

- Menos de 6 meses
- De 6 meses a 1 ano
- Entre 2 e 5 anos
- Entre 6 e 10 anos
- Entre 11 e 15 anos
- Há mais de 15 anos

Não se aplica, pois não pertencço a nenhuma religião

3.3 Se você participa de encontros de alguma instituição religiosa, qual é a frequência?

- Todos os dias
- De 2 a 3 vezes por semana
- 1 vez por semana
- 1 vez a cada 15 dias
- 1 vez por mês
- Frequento os encontros da igreja apenas em ocasiões especiais (festas, batismos, casamentos, entre outros)
- Não frequento encontros de nenhuma instituição religiosa

3.4 Quais são as principais motivações para você ir à igreja ou a encontros religiosos? (Caso haja necessidade, você pode marcar mais de uma opção.)

- Para desenvolver e fortalecer a minha fé
- Realizar estudos bíblicos
- Cura de doenças
- Libertação de vício
- Cura espiritual (sua e de membros de sua família)
- Busca por prosperidade econômica e profissional
- Vida sentimental (buscar um relacionamento)
- Para encontrar amigos
- Para participar de ministérios de louvor, dança e teatro
- Para participar de festas e eventos
- Por que sou obrigado(a) pelos meus pais e/ou família
- Não se aplica, pois não costumo ir à igreja ou a encontros religiosos
- Outro: _____

3.5 Caso tenha respondido “evangélica” na questão 3.1, qual denominação você frequenta atualmente?

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Adventista do Sétimo Dia | <input type="checkbox"/> Igreja Universal do Reino de Deus |
| <input type="checkbox"/> Presbiteriana | <input type="checkbox"/> Igreja Mundial do Poder de Deus |
| <input type="checkbox"/> Batista Tradicional | <input type="checkbox"/> Igreja Internacional da Graça de Deus |
| <input type="checkbox"/> Batista Renovada | <input type="checkbox"/> Casa de Oração |
| <input type="checkbox"/> Assembleia de Deus | <input type="checkbox"/> Igreja Sara Nossa Terra |
| <input type="checkbox"/> Congregação Cristã do Brasil | <input type="checkbox"/> Sou cristão evangélico(a), mas não frequento nenhuma igreja |
| <input type="checkbox"/> Quadrangular | <input type="checkbox"/> Não se aplica, pois não sou evangélico |
| <input type="checkbox"/> Deus é Amor | |
| <input type="checkbox"/> Outra. Qual? _____ | |

3.6 Você já mudou de religião?

- Sim
- Não

3.6.1 Caso tenha respondido “sim” na questão 3.6, informe de qual religião saiu e em qual ingressou.

- Saí da igreja católica e passei a frequentar uma igreja evangélica
- Saí da igreja evangélica e passei a frequentar a igreja católica
- Saí da igreja católica e passei a frequentar encontros espíritas
- Saí da igreja evangélica e passei a frequentar encontros espíritas
- Saí do candomblé e passei a frequentar uma igreja evangélica
- Saí da igreja evangélica e passei a frequentar terreiros de candomblé

() Outra: _____

3.6.2 Caso tenha respondido “sim” na questão 3.6, informe o que motivou essa mudança de religião. (Caso haja necessidade, você pode marcar mais de uma opção.)

- () Conflito com as lideranças
- () Por não mais acreditar nos princípios e valores
- () Vontade de experimentar uma nova fé
- () Por influência de amigos e parentes
- () Dificuldade na vida familiar
- () Problemas com saúde e/ou vícios
- () Busca por prosperidade financeira
- () Outra: _____

3.7 Você já mudou de denominação religiosa ou igreja?

- () Sim
- () Não

3.7.1 Caso tenha respondido “sim” na questão 3.7, informe de qual denominação saiu e em qual ingressou.

- () Saí da Igreja Cristã do Brasil e passei a frequentar uma Igreja Batista
- () Saí da Igreja Quadrangular e passei a frequentar uma Igreja Assembleia de Deus
- () Saí da Igreja Deus é Amor e passei a frequentar uma Igreja Universal
- () Saí da Igreja Quadrangular e passei a frequentar uma Igreja Presbiteriana
- () Saí da Igreja Assembleia de Deus e passei a frequentar a Igreja Rosa de Saron
- () Outra: _____

3.7.2 Caso tenha mudado de denominação ou igreja, informe qual o motivo. (Caso haja necessidade, você pode marcar mais de uma opção.)

- () Conflito com as lideranças
- () Discordância das práticas
- () Discordância dos princípios
- () Vontade de experimentar uma nova interação com as pessoas
- () Distância ou tempo de deslocamento até à igreja
- () Por influência de amigos e parentes
- () Dificuldade na vida familiar
- () Problemas com saúde e/ou vícios
- () Busca por prosperidade financeira
- () Outro: _____

3.8 Você participa ou já participou de grupos de estudos bíblicos (escolas dominicais, seminários teológicos, perseverança, catecismo etc.)?

- () Sim
- () Não

3.9 Com que frequência você costuma ler a Bíblia e/ou outras publicações de cunho religioso?

- () Diariamente
- () De duas a três vezes por semana
- () Semanalmente
- () Uma vez por mês
- () Raramente

Não tenho o hábito de ler a Bíblia e/ou outras publicações de cunho religioso

3.10 Você desenvolve alguma atividade em sua igreja ou espaço de culto?

Sim

Não

Não se aplica, pois não frequento nenhuma igreja ou espaço de culto

3.10.1 Caso tenha respondido “sim” na questão 3.10, informar qual(is) atividades:

Música e louvor

Célula

Teatro

Dança

Grupo de jovens

Trabalho com crianças

Grupo de oração

Missões

Eventos

Administração ou pastoral

Evangelismo

Outra: _____

3.11 A igreja a que você pertence incentiva a realização de atividades ligadas à sua religião dentro do espaço escolar no intuito de fortalecer a sua fé e evangelizar outros estudantes?

Sim

Não

Não se aplica (não sou membro de nenhuma igreja)

3.12 À qual religião sua mãe pertence? (Caso haja necessidade, você pode marcar mais de uma opção.)

Afro-brasileira (umbanda, candomblé)

Católica

Espírita

Evangélica

Testemunha de Jeová

Orientais (budista, hinduísmo, taoísmo)

Acredita em Deus, mas não tem religião

Ateu (não acredita em Deus)

Não sei responder

Outra: _____

3.13 À qual religião seu pai pertence? (Caso haja necessidade, você pode marcar mais de uma opção.)

Afro-brasileira (umbanda, candomblé)

Católica

Espírita

Evangélica

Testemunha de Jeová

Orientais (budista, hinduísmo, taoísmo)

Acredita em Deus, mas não tem religião

Ateu (não acredita em Deus)

Não sei responder

Outra: _____

4. DADOS SOBRE A RELAÇÃO ENTRE ESCOLA E RELIGIÃO

4.1 Série que frequenta:

- () 1º ano
 () 2º ano
 () 3º ano

4.1.1 Qual é a sua turma? _____

4.2 Já repetiu de ano?

- () Sim
 () Não

4.3 Você pretende dar continuidade aos seus estudos após concluir o ensino médio?

- () Sim
 () Não

4.3.1 Se sim, como pretende dar continuidade aos seus estudos? (Marque quantas alternativas você achar necessárias.)

- () Ingressar em uma faculdade
 () Ingressar em um curso técnico
 () Realizar cursos curtos de qualificação profissional – pintor(a), cabeleireiro(a), eletricista etc.
 () Realizar cursos que me permitam abrir o próprio negócio (empreender)
 () Ingressar em um curso preparatório para concurso público
 () Outro. Qual?: _____

4.3.2 Caso tenha respondido “ingressar em uma faculdade” na questão 4.3.1, informar em qual curso pretende ingressar: _____

4.4 De qual(is) matéria(s) você mais gosta? (Marque quantas alternativas você achar necessárias.)

- | | |
|---------------------|----------------------------|
| () Arte | () Inglês |
| () Biologia | () Itinerários Formativos |
| () Educação Física | () Matemática |
| () Eletivas | () Português |
| () Filosofia | () Projeto de Vida |
| () Física | () Química |
| () Geografia | () Sociologia |
| () História | () Outra: _____ |

4.5 De qual(is) matéria(s) você menos gosta? (Marque quantas alternativas você achar necessárias.)

- | | |
|---------------------|----------------------------|
| () Arte | () Inglês |
| () Biologia | () Itinerários Formativos |
| () Educação Física | () Matemática |
| () Eletivas | () Português |
| () Filosofia | () Projeto de Vida |
| () Física | () Química |
| () Geografia | () Sociologia |
| () História | () Outra: _____ |

4.6 Com que frequência você lê livros e revistas (materiais não ligados a atividades escolares)?

- Diariamente
- De duas a três vezes por semana
- Semanalmente
- Uma vez por mês
- Raramente
- Não tenho o hábito de ler livros e revistas

4.7 Você participa de algum grupo político (grêmio, partido político, sindicato ou coletivo)?

- Sim
- Não

5. RELAÇÃO ENTRE RELIGIÃO E ESCOLA

5.1 As atividades que você desenvolve na igreja de alguma maneira lhe ajudam em seu desempenho escolar?

- Sim
- Não
- Não se aplica, pois não participo de encontros religiosos

5.1.1 Caso tenha respondido “sim” na questão 5.1, que atividades desenvolvidas por você na igreja ajudam em seu desempenho escolar? (Marque quantas alternativas você achar necessárias.)

- Leitura e interpretação de textos
- Apresentação de trabalhos
- Relação com professores e colegas
- Maior interesse pelas matérias em sala de aula
- Maior respeito com professores, colegas e direção
- Outra: _____

5.2 As disciplinas (matérias) estudadas por você em sala de aula abordam temas ligados à igreja, religião e religiosidade?

- Sim
- Não

5.2.1 Caso tenha respondido “sim” na questão 5.2, qual é a intensidade da presença de temas ligados à religião dentro das disciplinas (matérias) discutidas em sala de aula?

- Pouco presente
- Presente
- Muito presente

5.2.2 Caso tenha respondido “sim” na questão 5.2, informar em qual ou quais disciplinas (matérias) estudadas por você as discussões de temas ligados à igreja, religião e religiosidade estão mais presentes? (Marque quantas alternativas você achar necessárias.)

- Arte
- Biologia
- Educação Física

- Eletivas
- Filosofia
- Física
- Geografia
- História
- Inglês
- Itinerários Formativos
- Matemática
- Português
- Projeto de Vida
- Química
- Sociologia
- Outra: _____

5.3 Qual é a relação entre os conteúdos das disciplinas (matérias) abordados em sala de aula e os ensinamentos oferecidos pela sua igreja ou espaço de culto?

- Não há relação
- Se relacionam de maneira positiva
- Se relacionam de maneira conflituosa
- Não se aplica, pois não frequento nenhuma igreja ou espaço de culto
- Outra: _____

5.4 Para você, qual(is) do(s) tema(s) listado(s) abaixo, quando debatidos em sala de aula, se mostram conflituosos em relação à sua religião?

- Diversidade religiosa
- Diversidade cultural
- História das religiões
- Preconceitos de discriminações sociais
- Ensino de ciências
- Desigualdades de gênero (feminismo)
- Questão étnico-racial
- Diversidade sexual (homofobia, transexualidade etc.)
- Educação sexual
- Violência e criminalidade
- Não percebo nenhum conflito
- Política
- Não se aplica porque não pertencem a nenhuma religião
- Outro: _____

5.5 Ao longo de sua vida escolar, você já teve algum tipo de conflito com professores motivado por questões religiosas?

- Sim
- Não

5.6 Você já questionou a utilização, por parte dos professores, em sala de aula, de músicas, filmes, livros, poemas, textos e séries, entre outros materiais, que contradizem ou ofendem os valores e as doutrinas de sua religião?

- Sim
- Não

5.7 Quando temas ligados à religião são abordados pelo professor em sala de aula, qual é a reação da turma? (Caso tenha necessidade, você pode marcar mais de uma alternativa.)

- Todos agem de maneira natural, pois entendem que a presença de temas ligados à religião é importante e faz parte do currículo
- Alguns alunos questionam se, de fato, temas ligados à religião devem ser debatidos em sala de aula
- Alguns alunos se recusam a participar das aulas por entenderem que esses conteúdos ferem a sua fé
- Os professores nunca tocam em temas ligados à religião em sala de aula

5.8 Já presenciou episódios nos quais alunos se sentiram constrangidos durante as aulas quando foram abordados temas ligados à sua crença ou não crença religiosa?

- Sim
- Não

5.9 Durante as aulas ou em outros espaços escolares, você percebe que os(as) alunos(as) se relacionam, preferencialmente, com pessoas de sua mesma religião?

- Sim
- Não

5.10 Qual das frases abaixo melhor descreve o convívio entre os estudantes da escola Fernando Sabino no que diz respeito à religião?

- Existe um ambiente de respeito e não há nenhum tipo de discriminação, independentemente da religião que o colega professe
- Existe um ambiente de respeito, mas algumas pessoas, devido à sua crença ou não crença religiosa, sofrem algum tipo de discriminação
- Não existe respeito com a crença ou não crença do colega, sendo esse tema motivo de constantes provocações, insultos e discussões
- Outra: _____

APÊNDICE B – Formulário dos professores – pesquisa sobre educação e religião

Olá, colega professor:

O questionário a que você irá responder agora faz parte de uma pesquisa desenvolvida no programa de Doutorado da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais sobre a relação entre religião e escola.

Desde já agradeço por sua participação.

1. DADOS PESSOAIS

1.1 Idade:

- De 18 a 20 anos
- De 21 a 25 anos
- De 26 a 30 anos
- De 31 a 40 anos
- De 41 a 50 anos
- Acima de 51 anos

1.2 Sexo/gênero:

- Masculino
- Feminino
- Outro: _____

1.3 Estado civil:

- Solteiro(a)
- Casado(a)
- Separado(a)/divorciado(a)
- Viúvo(a)
- Separado(a)/divorciado(a)
- Viúvo(a)
- Outro: _____

1.4 Qual é a sua cor/raça a partir da classificação do IBGE?

- Amarela (oriental)
- Branca
- Indígena
- Parda
- Preta

1.5 Cidade onde mora: _____

1.6 Bairro onde mora: _____

2. DADOS SOBRE RELIGIOSIDADE

2.1) À qual religião você pertence? (Caso haja necessidade, você pode marcar mais de uma opção.)

- Afro-brasileira (umbanda, candomblé)
- Católica
- Espírita
- Evangélica
- Testemunha de Jeová
- Orientais (budista, hinduísmo, taoísmo etc.)
- Acredita em Deus, mas não tem religião
- Ateu (não acredita em Deus)
- Outra. Qual? _____

2.2 Se você participa de encontros de alguma instituição religiosa, qual é a frequência?

- Todos os dias
- De 2 a 3 vezes por semana
- 1 vez por semana
- 1 vez a cada 15 dias
- 1 vez por mês
- Frequento os encontros da igreja apenas em ocasiões especiais (festas, batismos, casamentos entre outros)
- Não frequento encontros de nenhuma instituição religiosa

2.3 Você possui o costume de ler a Bíblia e/ou outras literaturas de cunho religioso?

- Sim
- Não

2.4 Você participa de alguma ação desenvolvida por sua igreja ou espaço de culto?

- Sim
- Não
- Não se aplica, pois não frequento nenhuma religião ou culto

2.4.1 Caso tenha respondido “sim” na questão 2.4, informar de qual ação participa em sua igreja ou espaço de culto: _____

3. DADOS SOBRE FORMAÇÃO PROFISSIONAL E ATUAÇÃO DOCENTE

3.1 Área de formação (curso de graduação): _____

3.2 Grau de escolaridade:

- Graduação incompleta
- Graduação completa
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado

3.3 Qual é o nome da instituição de ensino em que você se graduou? _____

3.4 Durante a sua formação acadêmica (graduação e pós-graduação), temas ligados à religião faziam parte dos currículos?

- Sim
- Não

3.5 Durante a sua formação acadêmica (graduação ou pós-graduação), alguma disciplina cursada na faculdade entrou em conflito com os valores professados por sua religião?

- Sim
- Não
- Não se aplica, pois nunca tive religião

3.6 O fato de frequentar um curso universitário influenciou na forma como você enxerga as religiões e sua função dentro da sociedade?

- Sim
- Não

3.6.1 Caso tenha respondido “sim” na questão anterior, informe como se deu essa influência: _____

3.7 Há quanto tempo você atua como professor?

- Há menos de 1 ano
- De 1 a 2 anos
- De 3 a 5 anos
- De 6 a 10 anos
- De 11 a 15 anos
- De 16 a 20 anos
- 21 anos ou mais

3.8 Há quanto tempo você leciona na Escola Fernando Sabino?

- Há menos de 1 ano
- De 1 a 2 anos
- De 3 a 5 anos
- De 6 a 10 anos
- De 11 a 15 anos
- De 16 a 20 anos
- 21 anos ou mais

3.9 Qual(is) disciplina(s) você leciona?

- Arte
- Biologia
- Educação Física
- Eletivas
- Filosofia
- Física
- Geografia
- História
- Inglês
- Introdução ao Mundo do Trabalho
- Itinerário Formativo
- Matemática
- Português
- Projeto de Vida
- Química
- Sociologia

() Tecnologia e Inovação

Outra: _____

4. DADOS SOBRE A RELAÇÃO ENTRE ESCOLA E RELIGIÃO

4.1 Dentro dos parâmetros curriculares da(s) disciplina(s) que você ministra, há conteúdos que, de maneira direta ou indireta, fazem referência a temas ligados à religião?

() Sim

() Não

4.1.1 Caso tenha respondido “sim” na questão 4.1, cite os conteúdos e/ou temas presentes na(s) disciplina(s) ministrada(s) por você e que, de maneira direta ou indireta, fazem referência à religião: _____

4.2 Como você vê a relação entre os conhecimentos curriculares e os ensinamentos oferecidos pelas igrejas da comunidade onde está instalada a Escola Fernando Sabino?

() Não há relação

() Se relacionam de maneira complementar

() Se relacionam de maneira conflituosa

() Outro: _____

4.3 A seu ver, há diferença entre estudantes praticantes e não praticantes de uma religião no que se refere ao comportamento dentro do espaço escolar?

() Sim

() Não

4.3.1 Caso tenha respondido “sim” na questão 4.3, quais são essas diferenças?

4.4 Em sua avaliação, as atividades desenvolvidas pelos estudantes na igreja influenciam em sua vida escolar?

() Sim

() Não

4.4.1 Caso tenha respondido “sim” na questão 4.4, informe como se dá essa influência:

4.5 A seu ver, as atividades desenvolvidas na igreja pelos estudantes ajudam, de alguma maneira, no desempenho escolar deles?

() Sim

() Não

() Não conheço as atividades desenvolvidas pelos estudantes nas igrejas

4.4.1 Caso tenha respondido “sim” na questão 4.5, informe em que aspecto(s) as atividades desenvolvidas pelos estudantes na igreja ajudam em seu desempenho escolar. (Caso haja necessidade, você pode marcar mais de uma opção.)

- Leitura e interpretação de texto
- Apresentação de trabalhos
- Maior interesse pelas matérias em sala de aula
- Maior respeito com professores, colegas e direção
- Outro: _____

4.5 A seu ver, há movimentos de aproximação e afastamento entre os estudantes nas salas de aula, no recreio e nos demais espaços escolares motivados pelo fato de pertencerem ou não pertencerem a uma determinada igreja e/ou religião?

- Sim Não

4.5.1 Caso tenha respondido “sim” na questão 4.5, cite exemplos sobre como se dá esse processo de afastamento e aproximação dos estudantes dentro do espaço escolar motivado pelo seu pertencimento a uma igreja e/ou religião: _____

4.6 Como os estudantes da Escola Fernando Sabino convivem com a diversidade religiosa no espaço escolar? _____

4.7 Existe um ambiente de respeito e não há nenhum tipo de discriminação segundo a religião professada pelo colega:

- Existe um ambiente de respeito, mas alguns estudantes sofrem discriminação devido ao seu pertencimento religioso
- Não existe ambiente de respeito, sendo o pertencimento religioso motivo até mesmo de provocações, insultos e discussões
- Outro: _____

4.8 Ao longo de sua carreira docente, você já teve algum tipo de problema com algum(ns) estudante(s) motivado por questões religiosas?

- Sim
- Não

4.7.1 Caso tenha respondido “sim” na questão 4.8, informe qual foi a motivação desse problema: _____

4.8 Você já percebeu resistência, por parte de alguns estudantes, à utilização, durante as aulas, de músicas, filmes, livros, poemas, textos, séries etc., devido ao fato de esses materiais não fazerem parte do seu universo religioso ou irem contra as suas convicções de fé?

- Sim
- Não

4.9 Em suas aulas, você já deixou de ministrar algum conteúdo ou de utilizar materiais (livros, textos, músicas, filmes etc.) que, na sua avaliação, poderiam entrar em conflito

com a visão religiosa dos estudantes?

- Sim
 Não

4.10 Você já foi pedagogicamente orientado a não trabalhar em suas aulas conteúdos ligados a temas religiosos e/ou que apresentem uma visão crítica sobre as religiões no intuito de evitar problemas com estudantes e/ou seus familiares?

- Sim
 Não

4.11 A seu ver, existe resistência motivada por questões religiosas entre os estudantes e seus familiares a algum(ns) conteúdo(s) presente(s) no currículo escolar?

- Sim
 Não

4.11.1 Caso tenha respondido “sim” na questão 4.11, favor informar quais seriam esses conteúdos _____

4.11.2 Caso tenha respondido “sim” na questão 4.11, informe a qual(is) grupo(s) religioso(s) pertencem os estudantes que adotam essa postura de resistência frente a esses conteúdos curriculares. (Caso haja, necessidade você pode marcar mais de uma opção.)

- Afro-brasileira (umbanda, candomblé)
 Católica
 Espírita
 Evangélica pentecostal
 Protestantes históricos
 Testemunha de Jeová
 Orientais (budista, hinduísmo, taoísmo etc.)
 Agnóstico (acredita em Deus, mas não tem religião)
 Ateu (não acredita em Deus)

Outro: _____

4.12 Em situações escolares como feiras, mostras, semana da consciência negra, festa junina etc., nas quais temas ligados à religião são abordados, mesmo que de maneira indireta, qual seria a alternativa que melhor explicita a reação dos alunos da Escola Fernando Sabino?

- Não há reação ou resistência por parte dos estudantes à realização desses eventos
 Alguns alunos questionam se temas ligados à religião devem ser tratados em eventos promovidos pela escola
 Alguns alunos se recusam a participar desses eventos por entenderem que ferem a sua fé
 Nas escolas em que trabalhei, nunca percebi a presença de temas ligados à religião em festas e eventos

Outra: _____

4.13 Você percebe tentativas de interferência dentro do espaço escolar, mesmo que de forma indireta, por parte de lideranças religiosas que atuam na comunidade onde trabalha?

- Sim
- Não

APÊNDICE C – Roteiro de entrevista semiestruturada – alunos

DADOS GERAIS

Nome:

Idade:

Sexo/gênero:

Série:

1º BLOCO: IDENTIDADE RELIGIOSA

- 1) À qual igreja você é filiado e há quanto tempo?
- 2) Quantas vezes por semana você vai à igreja?
- 3) Quais são as motivações que te levam a frequentar essa igreja/culto?
- 4) Há movimentos dentro da sua igreja no sentido de orientar o seu futuro (carreira profissional, busca do primeiro emprego, vida sentimental, namoro, casamento etc.)?
- 5) Como é a sua participação na igreja/culto (apenas frequenta os encontros ou participa de movimentos de evangelização, grupos musicais, de teatro, de dança, obras sociais e/ou outros)?
- 6) Como as pessoas de fora da igreja enxergam o fato de você pertencer a esse grupo religioso?
- 7) A igreja que frequenta possui muitas doutrinas? Fale um pouco sobre elas?

2º BLOCO: IMPACTOS DA CRENÇA PENTECOSTAL EM SUA DISCIPLINA E DESEMPENHO ESCOLAR

- 1) Há quanto tempo você estuda nesta escola?
- 2) Quais são seus planos quando terminar o ensino médio?
- 3) Gosta de estudar na Escola Fernando Sabino? Por quê?
- 4) Na sua opinião, o fato de pertencer a uma igreja evangélica lhe ajuda de alguma forma nas atividades e nos trabalhos escolares?
- 5) A sua participação em atividades na igreja/culto (condução de encontro, atuação em grupos de teatro, grupos musicais, dança e ações de evangelização etc.) tem influência em seu rendimento escolar? De que tipo?
- 6) O fato de pertencer a uma igreja evangélica influencia na sua disciplina na escola?
- 7) Em sua igreja, o comportamento que você deve adotar na escola é discutido? (Verificar se há orientações por parte da igreja sobre como é ser um aluno evangélico – expectativa do testemunho do bom aluno.)
- 8) A igreja que você frequenta estimula o investimento nos estudos?
- 9) Nas atividades da igreja que você frequenta, são discutidos o papel da escola e a influência que ela tem na vida dos jovens?

BLOCO 3: CURRÍCULO E RELIGIOSIDADE

- 1) Durante as aulas, temas que tratam de questões religiosas são debatidos? Se sim, em quais disciplinas?
- 2) Qual a sua opinião sobre a discussão de temas ligados à religião em sala de aula? Para você, discutir esse tema na escola é necessário? Por quê?
- 3) Como você vê a atuação de seus professores quando eles abordam temáticas relacionadas à religião e religiosidade? (postura crítica x postura compreensiva)

- 4) Vê alguma relação entre as matérias estudadas na escola e as doutrinas e os ensinamentos oferecidos por sua igreja? (Caso tenha respondido sim, essa relação se dá de maneira complementar ou conflituosa?)
- 5) Caso os temas discutidos na escola entrem em contradição com o que foi ensinado na igreja, você tendência a confiar mais no que é pregado na igreja ou no que é ensinado pelo professor? Por quê?
- 6) Você já estudou algum conteúdo que se chocou com sua religião? Qual conteúdo?
- 7) Você ou algum de seus colegas já se recusaram a participar de atividades da escola (trabalhos escolares, festas, feiras e atividades culturais) que continham práticas (músicas, figurinos, danças etc.) que se opõem às doutrinas e aos valores de sua igreja?
- 8) Na escola, temas ligados à cultura e religiões afro-brasileiras são discutidos? Qual é a sua reação e a de seus colegas quando esses temas são apresentados em sala de aula?

BLOCO 4: SOCIABILIDADE E RELIGIOSIDADE

- 1) Na escola, você vê diferença entre os alunos evangélicos e os outros alunos? Se sim, quais seriam essas diferenças?
- 2) Dentro do espaço escolar, você prioriza a relação com pessoas de sua religião ou convive da mesma forma com todos os colegas? (Explorar a diferenciação entre igreja x mundo.)
- 3) Na sua opinião, como os professores e demais profissionais da escola enxergam os alunos evangélicos? Há alguma diferenciação no tratamento ou nas expectativas lançadas sobre esses alunos?
- 4) Na escola, você tem contato com pessoas de outras religiões (espíritas, católicos, candomblecistas e umbandistas)? O fato de serem dessas religiões impacta na forma como você interage com elas?
- 5) Na sua opinião, há na escola algum tipo de discriminação motivada por questões religiosas? Por parte de quem? Quem sofre? Por quê?

BLOCO 5: A RELIGIÃO NO ESPAÇO ESCOLAR

- 1) Você tem conhecimento da religião professada pelos professores e pela direção da escola?
- 2) Em algum momento de sua trajetória escolar, você foi obrigado a participar de atividade religiosa que não era a sua?
- 3) Há incentivo por parte da sua igreja/culto para que você realize movimento de evangelização dentro do espaço escolar? Como isso é feito?
- 4) Em sua igreja, você já recebeu orientação contrária aos conteúdos ministrados em sala de aula? (Religiões de matriz africana, questão de gênero, criação do homem, teoria da evolução etc.)
- 5) Durante os cultos ou encontros religiosos que você frequenta (escolas bíblicas, cultos de jovens, seminários etc.), se discute a influência da escola e dos professores em sua vida e em seu modo de ser? (Fale sobre isso.)

APÊNDICE D – Crucifixo instalado na escada da Escola Fernando Sabino

Fonte: Foto produzida pelo autor em 5/11/2022.

APÊNDICE E – Mural da Escola Fernando Sabino com a figura estilizada de Maria e do Menino Jesus



Fonte: Foto produzida pelo autor em 5/11/2022.

APÊNDICE F - Mapeamento das igrejas instaladas no território onde está localizada a escola-alvo da pesquisa



Fonte: Produzido pelo autor a partir de imagem do Google Earth.

- 1 – Igreja Rosa de Saron (estruturada)
- 2 – Igreja Pentecostal Mensagem do Salvador
- 3 – Igreja católica (estruturada)
- 4 – Igreja Deus é Amor – bairro A
- 5 – Igreja Santuário – bairro A
- 6 – Igreja Evangélica Resgate de Vidas
- 7 – Examinando as Escrituras
- 8 – Igreja Pentecostal Marca da Promessa
- 9 – Igreja Batista Avivamento
- 10 – Igreja Pentecostal Compromisso com a Obra de Deus
- 11 – Igreja Evangélica El Shaddai
- 12 – Igreja Pentecostal Fogo no Altar
- 13 – Casa das Freiras – propriedade da igreja católica
- 14 – Igreja Presbiteriana Ágape
- 15 – Igreja Casa de Oração para Todas as Nações
- 16 – Salão das Testemunhas de Jeová
- 17 – Instituto Educacional Cristão Gideões (Guerreiros de Cristo)
- 18 – Igreja Pentecostal Pronto Socorro de Deus

- 19 – Igreja Presbiteriana (estruturada)
- 20 – Igreja do Evangelho Quadrangular (estruturada)
- 21 – Igreja Cristã do Brasil (estruturada)
- 22 – Igreja Cristã Casa de Oração
- 23 – Lar dos Idosos – igreja católica
- 24 – Igreja Batista Yeshua Hamashia
- 25 – Igreja católica – bairro B (estruturada)
- 26 – Creche – igreja católica
- 27 – Igreja Batista Nacional no bairro B
- 28 – Igreja Evangélica Jesus é o Meu Senhor
- 29 – Igreja Deus é Amor – bairro B
- 30 – Assembleia de Deus – bairro B
- 31 – Igreja Batista Tradicional (estruturada)
- 32 – Assembleia de Deus – Ministério Semeando Bênçãos
- 33 – Posto de saúde do bairro Menezes (não estruturado)
- 34 – Igreja Pentecostal Deus é Amor – bairro A2
- 35 – Igreja Batista Ebenézer (Núcleo Pedreiras)
- 36 – Igreja Pentecostal Nova Jerusalém – garagem
- 37 – Igreja Evangélica Pentecostal Jesus é a Verdade
- 38 – Igreja Evangélica Templo da Rocha
- 39 – Assembleia de Deus (estruturada)
- 40 – Igreja Cristã do Brasil – bairro A2 (estruturada)
- 41 – Igreja católica – bairro A2
- 42 – Missão Batista Refúgio e Vida
- 43 – Igreja Pentecostal Semeadores
- 45 – Igreja Adventista do Sétimo Dia (estruturada)
- 46 – Igreja Missionária Tabernáculos de Cristo
- 47 – Assembleia de Deus – bairro C
- 48 – Igreja Quadrangular Templo do Espírito
- 49 – Comunidade Batista Nova Aliança – Templo Tabernáculos de Davi
- 50 – Igreja Pentecostal Caminhando com Cristo
- 51 – Igreja da Última Hora
- 52 – Igreja Sentinela
- 53 – Assembleia de Deus – Visão Mundial
- 54 – Igreja Quadrangular Templo Bethesda
- 55 – Comunidade Evangélica Atos 2

APÊNDICE G - Modelo de igreja estruturada



Fonte: Foto produzida pelo autor em 23/9/2021.

APÊNDICE H - Modelo de igreja não estruturada



Fonte: Foto produzida pelo autor em 23/9/2021.

APÊNDICE I - Imagem do prefeito de Ribeirão das Neves em culto de uma igreja evangélica da cidade



Fonte: Martins (2021).